

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

PÁDUA SUELY DA SILVA VASCONCELOS

GESTÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS - DIRETRIZES E DESAFIOS:
o caso do Território Campos e Lagos na Baixada Maranhense.

São Luís
2016

PÁDUA SUELY DA SILVA VASCONCELOS

GESTÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS – DIRETRIZES E DESAFIOS:
o caso do Território Campos e Lagos na Baixada Maranhense.

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de Mestre, sob orientação do Professor Doutor José Sampaio Mattos Junior

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº, José Sampaio Mattos Júnior
PPDSR – UEMA

Profª Drª, Silvane Magali Vale Nascimento
UFMA

Profª Drª, Marivania Leonor Souza Fartutado
PPDSR - UEMA

PÁDUA SUELY DA SILVA VASCONCELOS

GESTÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS: DIRETRIZES E DESAFIOS:
o caso do Território Campos e Lagos na Baixada Maranhense.

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de Mestre, sob orientação do Professor Doutor José Sampaio Mattos Junior.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Diversidade

Linha de Pesquisa: Território e Planejamento

São Luís
2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UEMA/MA

Vasconcelos, Pádua Suely da Silva

GESTÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS – DIRETRIZES E DESAFIOS: o caso do Território Campos e Lagos na Baixada Maranhense. / Pádua Suely da Silva Vasconcelos. – São Luis, 2014.

144 f.

Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Socio Espacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

Orientador: Profº. Drº. José Sampaio Mattos Junior.

I – Política de Desenvolvimento Territorial. 2 – Território . 3 – Gestão Social.
I Título.

CDU : 911.2

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus meu Senhor e Salvador, por todas as bênçãos recebidas e pela oportunidade de concretizar mais essa etapa na minha caminhada;

Aos meus amados pais, José Vasconcelos (in memoriam) e Maria Isa, pelo legado moral e espiritual transmitido a mim;

Ao meu companheiro Tiago Bezerra, pelo amor e compreensão dedicados a mim nas horas difíceis;

À minha querida tia Dayse por todo apoio espiritual e também à Farida e Junior pelas orações;

Às minhas irmãs queridas; Lúcia e Deborah pelas palavras de força e encorajamento, à princesinha Isadora e o príncipe Miguel pelos lindos sorrisos;

À minha amiga e Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima F. Rosar, pelos preciosos conselhos de vida, pelas orientações e correções precisas durante todo o trabalho;

Ao Prof. Dr^o. José Sampaio Mattos Junior, pelas orientações precisas durante todo o trabalho e pelas oportunidades acadêmicas vivenciadas;

À Prof.^a Dr^a. Zulene Barbosa, pelas boas palavras de incentivo e a todos os professores do mestrado que durante o curso dividiram conosco seus conhecimentos;

Aos meus colegas de mestrado pela convivência e troca de experiências, em especial Kátia Regina pela amizade e companheirismo;

Ao Instituto Formação, por todo o apoio institucional recebido para realização deste trabalho;

Aos homens e mulheres do Território Campos e Lagos e a todas às pessoas que têm lutado nessa e por essa região tão sofrida, na possibilidade de uma mudança social real;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para essa pesquisa.

RESUMO

O Programa Nacional dos Territórios da Cidadania – PRONAT, lançado em 25 de fevereiro de 2008 no governo de Luís Inácio Lula da Silva, surgiu como uma Política Pública de intervenção rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/SDT, objetivando o desenvolvimento rural e regional, a superação da pobreza e a diminuição das desigualdades. Ela caracteriza-se por ser uma estratégia inovadora no que diz respeito ao envolvimento institucional, na participação da sociedade civil e no processo de gestão onde foram criados os colegiados territoriais que se configuram como uma das instâncias de gestão do programa, os quais executam a política por meio de uma forma compartilhada entre sociedade civil e poder público, sendo o colegiado, a instância que garante a implantação e efetivação do processo gerencial no território. Entretanto, enfrenta uma gama de desafios para execução dessa política nos territórios. Assim, esse trabalho objetiva descrever de que forma o Colegiado através desse novo formato de gestão proposto pelo governo, tem contribuído para o desenvolvimento do Território Rural Campos e Lagos – TRCL. Para fazer a discussão dessa dissertação, optamos pelo Materialismo Histórico, que nos permitiu fazer uma análise crítica dos fatos sem perder de vista o aporte político, econômico. No início da pesquisa foi feito levantamento bibliográfico e documental de fontes primárias e secundárias, em sites oficiais dos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e abertas, coletivas e individuais com membros do codeter, representantes do poder público e da sociedade civil. Entrevistou-se o Articulador Estadual, o Delegado Federal do MDA e a Assessora Técnica territorial. Como resultado da pesquisa a princípio, identificou-se que a maioria dos participantes avaliaram como sendo boa a nova política territorial, tendo apenas pequenos avanços: o aumento do nível de participação da sociedade, a organização dos grupos e segmentos locais, a criação de espaços de diálogos entre poder público e sociedade civil. Entretanto, foi percebido também pelos mesmos que diante do aporte de ações colocadas pelo programa, avanços bem maiores e com certa profundidade de intervenção para uma mudança real nos territórios deveria ter acontecido. Outro resultado adquirido foi a confirmação positiva de que o colegiado tem contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento do Território Campos e Lagos. Como um dos grandes desafios identificados pelos entrevistados é a falta de participação e comprometimento dos gestores e das secretarias nas reuniões e assembleias. Enfim, conclui-se que muito ainda há por ser feito até que realmente os verdadeiros objetivos de superar a pobreza e diminuir as desigualdades sejam alcançados pelo programa e se concretize através da efetivação das políticas públicas.

Palavras - chave: Política de Desenvolvimento Territorial. Território. Gestão Social

ABSTRACT

The National Program for the Citizenship Territories - PRONAT, released on February 25, 2008 in the government of Luiz Inacio Lula da Silva, has emerged as a public policy of rural intervention of the Ministry of Agrarian Development - MDA / SDT, targeting the rural and regional development , overcoming poverty and reducing inequality. It is characterized by being an innovative strategy with regard to the institutional involvement, participation of civil society and in the management process where they were created territorial boards that constitute one of the program management bodies, which perform policy through a shared way between civil society and government, and the collegiate, the body that ensures the implementation and effectiveness of the management process in the territory. However, it faces a number of challenges for implementation of this policy in the territories. Thus, this study aims to describe how the Board through this new management format proposed by the government, has contributed to the development of the Rural Land Campos and Lagos - tret. To make the discussion of this thesis, we chose the Historical Materialism, which allowed us to make a critical analysis of the facts without losing sight of the political, economic contribution. At the beginning of the research was done bibliographical and documentary survey of primary and secondary sources, official sites of the Federal, State and Municipal Bodies. semi-structured and open, collective and individual interviews with codeter members, representatives of government and civil society were held. Interviewed the State Articulator, the Federal Delegate of MDA and the Advisory Technical territorial. As a result of research at first, it was found that the majority of participants rated as good the new territorial policy, with only small advances: increasing the level of participation of society, the organization of local groups and segments, creating spaces dialogue between government and civil society. However, it was also noticed by the same as on the stock intake placed by the program and major advances and with some depth of intervention for a real change in the territories should have happened. Another result obtained was a positive confirmation that the college has significantly contributed to the development of the territory and Fields Lakes. As one of the key challenges identified by respondents is the lack of participation and commitment of managers and secretaries at meetings and assemblies. Finally, it is concluded that there is still much to be done until really the true goals of overcoming poverty and reducing inequalities are achieved by the program and be realized through the execution of public policies

Keywords : Territorial Development Policy. Territory. Social management

RESUMEN

El Programa Nacional para los Territorios de Ciudadanía - PRONAT, publicado el 25 de febrero de 2008 en el gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva, se ha convertido en una política pública de intervención rural del Ministerio de Desarrollo Agrario - MDA / SDT, la orientación del desarrollo rural y regional, superar la pobreza y reducir la desigualdad. Se caracteriza por ser una estrategia innovadora en cuanto a la participación institucional, la participación de la sociedad civil y en el proceso de gestión donde se crearon las juntas territoriales que constituyen uno de los órganos de gestión de los programas, que realizan la política a través de una forma compartida entre la sociedad y el gobierno civil, y la colegiata, el organismo que vela por la aplicación y la eficacia del proceso de gestión en el territorio. Sin embargo, se enfrenta a una serie de desafíos para la implementación de esta política en los territorios. Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo describir la forma en la Junta a través de este nuevo formato de gestión propuesto por el gobierno, ha contribuido al desarrollo de la Tierra de Campos Rural y Lagos - tret. Para hacer que la discusión de esta tesis, hemos elegido el materialismo histórico, que nos permitió hacer un análisis crítico de los hechos, sin perder de vista la contribución política, económica. Al comienzo de la investigación se realizó revisión bibliográfica y documental de fuentes primarias y secundarias, sitios oficiales de los federales, estatales y organismos municipales. entrevistas semiestructuradas y abiertas, colectivos e individuales con miembros codeter, se llevaron a cabo los representantes del gobierno y de la sociedad civil. Entrevistaron al articulador Estado, el Delegado Federal de la MDA y el Asesor Técnico territorial. Como resultado de la investigación en un primer momento, se encontró que la mayoría de los participantes consideraron como buena la nueva política territorial, sólo con pequeños avances: aumentar el nivel de participación de la sociedad, la organización de grupos y segmentos locales, la creación de espacios el diálogo entre el gobierno y la sociedad civil. Sin embargo, también fue observado por los mismos que en la ingesta rodante puesto por el programa y los importantes avances y con cierta profundidad de la intervención de un cambio real en los territorios que debería haber ocurrido. Otro resultado obtenido fue una confirmación positiva de que la universidad ha contribuido significativamente al desarrollo del territorio y de los lagos Campos. Como uno de los principales retos identificados por los encuestados es la falta de participación y compromiso de los gerentes y secretarías en las reuniones y asambleas. Finalmente, Finalmente, se llegó a la conclusión de que todavía hay mucho por hacer hasta que realmente los verdaderos objetivos de superar la pobreza y reducir las desigualdades son alcanzados por el programa y se realizarán a través de la ejecución de políticas públicas.

Palabras clave: Política de Desarrollo Territorial. Territorio. Gestión Social

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 01 – Distribuição dos Territórios da Cidadania no Brasil	32
FIGURA 02 – Distribuição dos Territórios da cidadania no Estado do Maranhão.....	36
FIGURA 03 – Mapa do TR Campos e Lagos	42
FIGURA 04 – Instâncias da Gestão Colegiada	61
FIGURA 05 – Estrutura e Constituição da Gestão	62
FIGURA 06 – Ciclo da Gestão Territorial	63
TABELA 1 – Características Geográficas da Baixada.....	44
TABELA 2 – Demonstrativo dos Indicadores Sociais dos Municípios	45
TABELA 3 – Demonstrativo da Produção agrícola por área/hec.	46
TABELA 4 – Demonstrativo dos Indicadores Sociais dos Municípios	47
TABELA 5 – Demonstrativo dos Segmentos Territoriais	48

LISTA DE SIGLAS

ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável

AGED – Agência Estadual de Defesa Sanitária

AGERP – Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BB – Banco do Brasil

BID – Banco Interamericano

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CIAT – Comissão Interna de Atividades Territoriais

CIP – Conjunto Integrado de Projetos

CMD – Conselho Municipal de Desenvolvimento

CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial

CONDRAF – Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável

COOSPAT – Cooperativa de Serviços Pesquisa e Assessoria Técnica

COOPERLAGOS – Cooperativa dos Trabalhadores Agroecológicos do TCL

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Estado do Maranhão

FCP – Fundação Cultural Palmares

FAO – Food and Agricultural Organization

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores (as) Rurais do Estado do Maranhão

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

IMESC – Instituto Maranhense de Estudo Socioeconômico e Cartográfico

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERMA – Instituto de Terras do Ma

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu

MST – Movimento dos trabalhadores (as) Sem-Terra

PAT – Plano Anual de Trabalho

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

PAA – Programa de Aquisição de Alimento

PROINF – Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

REA – Relatório de Execução das Ações

SEAP – Secretaria Espacial de Aquicultura e Pesca

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEIR – Secretaria Especial de Igualdade Racial

TRCL ou TR Campos e Lagos – Território Rural Campos e Lagos

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. POLITICAS RURAIS NO BRASIL	17
2.1 Política de Desenvolvimento Rural	17
2.2 Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.....	22
3. IMPACTOS DO PROGRAMA NO ESTADO DO MARANHÃO	
3.1 Dinâmica de formação dos territórios no maranhão	35
3.2 Formação do Território Campos e Lagos	39
3.3 Criação do Colegiado e Desenvolvimento dos Projetos Territoriais	49
4. DESAFIOS DA POLITICA NO TERRITÓRIO CAMPOS E LAGOS	57
4.1 Gestão Social no Território	57
4.2 Processo de Elaboração e Implantação do PTDRS e do PAT	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICES	81
ANEXOS	84

1. INTRODUÇÃO

Como país em desenvolvimento, o Brasil tem enfrentado dificuldades históricas na luta para uma melhor distribuição de renda, terras e oportunidades para seus cidadãos, principalmente os que vivem na área rural, que é marcada por graves problemas fundiários e pela falta de efetividade das políticas públicas no campo. Essas questões são comuns na maioria dos Estados brasileiros e não seria diferente na realidade Maranhense.

Temos nos deparado nos últimos anos com algumas tentativas de mudanças de enfoque escalar nas variadas políticas públicas do nosso país, dentre essas está a Política de Desenvolvimento para o meio Rural.

Essa mudança de enfoque teve início na União Europeia a partir dos anos 90, onde aconteceu o Programa LEADER o qual “se tornou referência no estabelecimento de políticas fomentadoras do desenvolvimento rural com uma abordagem territorial”. Hespanhol (2010, p.307)

Essa abordagem territorial passou a ser incorporada às políticas de desenvolvimento rural no Brasil durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998 e 1999 -2002) e foi fortalecida no governo de Luis Inácio Lula da Silva a partir do ano 2003-2004 quando foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT e lançado o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR.

Outra mudança foi à própria forma de atendimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com os municípios, passando a fazer um atendimento mais priorizado aos novos territórios rurais que estavam se estabelecendo.

O Programa Nacional Territórios da Cidadania (PRONAT) veio com a proposta de enfrentar o desafio de melhorar a qualidade de vida de brasileiros que vivem nas regiões que mais precisam, mais especialmente do meio rural. Assim, o Programa se propõe a promover o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de “Desenvolvimento Territorial Sustentável”, sendo isso feito por meio da participação social dos cidadãos. Assim, para a efetivação dessa política, o governo contou com um conjunto integrado de 135 ações que seriam desenvolvidas pelos Ministérios.

A concepção de Desenvolvimento Rural Sustentável, com enfoque territorial, tem por referência a Política de Implantação dos Territórios Rurais, criados a partir de 2003, quando se configuravam como espaços de participação popular, de articulação, de diálogo institucional e de gestão de políticas públicas,

onde objetivava o enfrentamento da pobreza rural, da exclusão social, da degradação ambiental e das desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem tão duramente o meio rural brasileiro.

Essa estratégia de política territorial é inovadora quanto ao formato de “gestão coletiva” em relação ao modelo anterior de política onde os arranjos municipais vigoraram por anos. O programa territórios da cidadania tem como pano de fundo, apoiar e fortalecer as capacidades sociais de autogestão para o desenvolvimento, onde as próprias organizações dos agricultores(as) familiares rurais protagonizam essas iniciativas. Porém, apesar de ser inovador, o programa não está conseguindo efetivar o apoio as entidades locais e as capacidades para realização da autogestão nos territórios. Entretanto, para que este processo ganhasse força e dimensão, foram pensados mecanismos de estímulo e apoio à participação dos sujeitos nas atividades territoriais, sendo um desses mecanismos de estímulo a ajuda de custo. É um recurso financeiro que é disponibilizado aos participantes para auxiliar nas despesas com alimentação, transporte e hospedagem.

A escolha da área se deu diante da oportunidade que tivemos de participar *in loco* da experiência de constituição de um Território da Cidadania. Isso nos motivou bastante na escolha da temática para o mestrado, uma vez que nesse período, estávamos trabalhando na região da baixada maranhense pela ONG Formação¹ a princípio na formação dos Fóruns da Juventude nos municípios, depois, na orientação técnica ao território quando foi implantado.

Assim, o objetivo desse estudo é evidenciar se as ações realizadas pelo Colegiado do Território Campos e Lagos, contribuíram para o desenvolvimento da nova política territorial que foi concebida pelo MDA e executada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no Estado do Maranhão mais especificamente na Baixada Maranhense. Considerou-se o período temporal que vai de 2004 a 2011.

O Território Rural Campos e Lagos (TRCL), cenário dessa pesquisa, está situado na Mesorregião Norte Maranhense, mais comumente chamada Baixada Maranhense. É formado por 12 municípios: Arari, Cajari, Vitória do Mearim, Viana, Penalva, Matinha, Pedro do Rosário, Olinda Nova do Maranhão, São João Batista, São Vicente Ferrer, São Bento e Palmeirândia.

¹ O Centro de Apoio à Educação Básica (Formação), é uma ONG, sem fins lucrativos, fundada por um grupo de educadores, militantes na área da educação básica e da educação popular, com experiências em análise, elaboração e implementação de propostas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local, concepção e desenvolvimento de projetos educativos, produção de material didático, qualificação

profissional de adolescentes e jovens e formação de professores.

Esse território tem uma população total de 319.761 habitantes, sendo que 181.264 dessa população vive na zona rural, o que corresponde a 58,69% do total. Tem uma densidade média de 29,5 hab./km². O território possui 24.359 agricultores familiares, com 6.530 famílias assentadas. O IDH médio da região é 0,60. (IBGE, 2011).

Os municípios que compõem o território têm uma história de ocupação bastante semelhante. A política que persiste nos municípios ainda é hereditária se perpetuando de pai para filho, com ranço coronelista e desmandos nas decisões. Apresentam baixo dinamismo econômico com bases econômicas estreitas voltadas para a pecuária extensiva e agricultura de subsistência. De modo geral, os níveis de pobreza e de analfabetismo são elevados nesses municípios. São comuns movimentos de evasão populacional dos jovens para outros Estados em trabalhos escravo, sendo um peso para a composição populacional. As populações desses municípios são dependentes das políticas públicas assistencialistas locais, tornando-os dependentes desse sistema.

Enfim, para compreensão desse complexo mosaico de forças no território, que se constituiu historicamente, como entrave ou como alavanca de processos de transformação e de desenvolvimento, requereu uma pesquisa mais minuciosa, de modo que se evidenciasse como se deram os “arranjos” ou não, na gestão territorial, na definição dos projetos, ou na forma compartilhada entre o governo federal e o estadual e as organizações sociais articuladas nos Colegiados dos Territórios.

Para alcançar os resultados da pesquisa realizada, foram utilizados os pressupostos do materialismo histórico-dialético, para a busca da relação dos problemas identificados no TR Campos e Lagos e a ordem econômica do capitalismo vigente no país. Essa dimensão engloba os processos produtivos, bem como as relações sociais de produção, compreendendo a economia articulada com as relações sociais e as práticas culturais, nas quais se inclui a própria realização do modo de produção no capitalismo.

Foram definidas as seguintes categorias analíticas para o estudo: Política de Desenvolvimento Territorial, Território e Gestão Social.

Os procedimentos metodológicos executados para a realização do trabalho foram assim feitos; inicialmente foi feita a pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, em seguida realizada leituras de autores com estudos voltados sobre as temáticas conceituais, como território da cidadania, gestão social e políticas territoriais. Autores

como Montenegro (2006), Schneider (2003), Guanzirolli (2006) e Abramovay (2005) foram fundamentais para alcançarmos uma análise mais crítica dos temas propostos. Foram feitas buscas nos acervos da biblioteca da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, em monografias, teses, dissertações, buscas de fontes primárias e secundárias em órgãos públicos federais, municipais e estaduais, em sites do governo, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico (IMESC).

O levantamento de dados foi feito também por meio de entrevistas com perguntas semi estruturadas e abertas com alguns membros do colegiado e coordenadores do Núcleo Diretivo. As entrevistas foram realizadas durante o mês de fevereiro de 2014, nos municípios que compõem o território. Em São Luis, foram entrevistados o Delegado Federal do MDA, o ex-Articulador Estadual e a Articuladora Estadual atual e ainda a Assessora Técnica do território. No universo pesquisado, foram ao todo 20 sujeitos entrevistados, sendo 02 (dois) de cada município e com representatividade diferenciada, isto é, de cada município foram entrevistados: um representante da sociedade civil e outro do poder público, incluindo representantes do governo Federal e Estadual e Municipal.

Após a sistematização dos dados coletados, estruturou-se o trabalho em (03) três capítulos: No primeiro capítulo, foi feita uma abordagem sobre as **Políticas Rurais no Brasil**, onde se discorreu primeiramente sobre a Política de Desenvolvimento Rural, destinada ao meio rural e que antecedeu ao Programa Nacional dos Territórios da Cidadania implantado em 2003 nos municípios – PRONAT. Fez-se uma abordagem histórica da criação dessa política, destacando suas diretrizes e objetivos.

No segundo capítulo, falou-se da **Dinâmica de Formação dos Territórios no Maranhão**. Falou-se dos impactos das ações do programa no Maranhão, o processo de criação e homologação de (08) oito Territórios da Cidadania no Estado do Maranhão. Depois, discorreu-se sobre o histórico da formação do Território bem como da estruturação do Colegiado do Território Rural Campos e Lagos, como aconteceram sua estruturação física e jurídica. Fez-se a caracterização do território quanto à localização, destacando alguns indicadores sociais, como a produção agrícola e pecuária dos municípios. Finalizando o capítulo, falou-se sobre os projetos territoriais

que foram definidos e elaborados para o território em concordância com o PTDRS.

No terceiro e último capítulo discorreu-se sobre os **Desafios da Política no Território Campos e Lagos**, no primeiro momento falamos das orientações da SDT e do programa quanto à forma de gestão territorial, destacando seus apoiadores e suas responsabilidades, depois, abordamos ainda como aconteceu o desafio do colegiado no processo de gestão no TR Campos e Lagos; no segundo momento, ressaltamos outro desafio que foi o processo de elaboração do Plano Anual de Trabalho – PAT. Quais foram os apoios técnicos, a organização responsável e de que forma contribuíram para construção do plano que serviu de orientação para desenvolver as ações territoriais durante um ano, e no final do capítulo, falamos do terceiro desafio que foi o processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS do TR Campos e Lagos. Plano esse que é a base, o referencial de toda e qualquer ação a ser executada no território para os próximos anos. Finalizou-se com as considerações sobre o trabalho, fazendo nossas críticas e deixando sugestões.

2 . POLITICAS RURAIS NO BRASIL

Nesse capítulo, discorre-se sobre as políticas que foram destinadas ao meio rural brasileiro. Ao longo de décadas, a Política de Desenvolvimento Rural passou por transformações para atender às demandas da área rural mais especificamente da agricultura familiar. Como desdobramento dessa Política, tratou-se do modelo atual da Política de Desenvolvimento Territorial, o PRONAT que foi implantado a partir do ano de 2003, já no governo do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, a qual iremos tratar mais adiante.

2.1 POLITICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A experiência de uma política mais integradora para o campo foi realizada pela primeira vez na Europa. Segundo Guanzirolli “as políticas agrícolas da Comunidade Européia apresentaram uma alteração no caráter produtivista, estando cada vez mais condicionadas pelos aspectos de sustentabilidade e multifuncionalidade da agricultura”. O autor reforça ainda que a experiência da Terceira Itália² tornou-se uma referência para a formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento territorial em muitos lugares do mundo. Guanzirolli (2006, p. 6-7)

Para Montenegro Gómez (2006b), a Terceira Itália oferece um caminho para o desenvolvimento, com características que se aplicam para o Brasil e para o meio rural, servindo como eixos das políticas de desenvolvimento territorial, já que o modelo não requer grandes recursos para funcionar.

² A chamada Terceira Itália é um exemplo recorrente em todos os trabalhos relacionados ao desenvolvimento regional e colaboração entre micro e pequenas empresas. A partir da década de 70 quando as grandes empresas passaram a diminuir a produção e demitir empregados, as pequenas empresas italianas começaram a desempenhar um papel fundamental para o desenvolvimento e geração de renda.

Outro programa de referência da União Comunitária Europeia é o *Leader - Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais*, que foi instituído a partir de 1991 e é destinado a territórios rurais em desvantagem socioeconômica, desenvolvendo-se de forma descentralizada.

Pressupõe parcerias e cooperação entre todas as esferas de poder envolvidas, assim como a participação ativa de comunidades rurais. Assim, o programa não é setorial, atua no território, as atividades econômicas são reorientadas para maximizar a retenção dos benefícios dentro do local, se focalizam as capacidades e necessidades do povo da localidade, dando ênfase a participação dos atores locais nas decisões (GUANZIROLI, 2006, p. 6-7).

Abramovay (2005) ressalta que no programa *Leader*, quem define os territórios são os próprios grupos de ação local e não o governo. Na Europa, existe uma tradição de locais com identidade cultural e histórica muito forte, com políticas tendendo a fortalecer os territórios. No Brasil, verifica-se uma impossibilidade de tratar o país e mesmo as diversas regiões de forma homogênea, principalmente onde as políticas são centralizadas na União, sem a capacidade de surtir os efeitos esperados por serem insensíveis às particularidades locais e por pretender sujeitar a matriz social local aos interesses nacionais. (GUANZIROLI, 2006).

A partir dos anos 90, foi observado um interesse maior do governo federal pela área da agricultura familiar no Brasil. Este interesse se materializou numa política pública, sendo uma delas setorializada ao meio rural, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a outra foi a criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) que concentrou vários programas para essa área.

Dois desses interesses se materializaram de fato, porém com relação ao revigoramento da Reforma Agrária, não foi percebido nenhum avanço nessa área para que de fato possamos asseverar que houve esse revigoramento. Sendo implementada há quase 40 anos no Brasil, a reforma agrária ainda não apresenta perspectivas de alcance de seus objetivos que são de desconcentrar terra e de proporcionar melhorias na qualidade de vida no campo.

O MDA é o ministério ao qual se vincula a política da agricultura familiar brasileira. Sua missão é promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso a terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão

produtiva e a ampliação de renda da agricultura familiar, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. (MDA, 2013).

Todos os programas desenvolvidos ou executados pelo MDA são colocados com a finalidade de melhorar as condições de quem trabalha no meio rural, apoiando a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária, os povos e comunidades tradicionais. O MDA desenvolve uma variedade de programas e políticas como: PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), PROINF (Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais), entre outros.

Eles beneficiam mais de 4,2 milhões de unidades produtivas familiares em todo país e são responsáveis pela produção da maioria dos alimentos que sustentam a comercialização de produtos alimentícios básicos, consumidos pela maioria da população brasileira. (MDA, 2013, p.5)

A formulação dessas políticas que são favoráveis à agricultura familiar, em grande medida, resultou das reivindicações das organizações de trabalhadores rurais, juntamente com a pressão dos movimentos sociais organizados, mas está fundamentada em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como FAO, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Banco Mundial, BID, IICA, CEPAL, (Bonnal/Maluf, 2007, p.18d).

Essas instituições internacionais como outras, são apresentadas também por Fernandez, Amin e Vigil (2008) como as principais influências na formulação de políticas de desenvolvimento subnacional na América Latina e a forma como essas instituições internalizaram o discurso transnacional de desenvolvimento nos países latinos se deu através da:

Influência de um corpo teórico majoritariamente germinado e principalmente introduzido nos países centrais e, posteriormente assimilado com pouca capacidade crítica tanto pelos organismos supranacionais que operam a região, como pelas instituições nacionais e subnacionais (Fernandez, Amin e Vigil, 2008, p.50).

O modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil como em outros países foi baseado em sugestões dadas pelo Banco Mundial. Nesses modelos impostos pelos órgãos de controle internacional, são incluídas algumas propostas de participação, identidade e comunidade que contém formas de atrelamento da economia

do campo à reprodução do capital.

Para Montenegro Gómez (2006, p.63-67) a ideia de centralizar as políticas públicas rurais na agricultura familiar está relacionada a uma política defendida pelo Banco Mundial e assumida pelo governo brasileiro sem alterações logo no primeiro mandato de FHC que promulgava o combate à pobreza rural, baseado “na promoção de uma agricultura familiar empresarial integrada ao mercado”. Para esse autor, a concepção economicista da agricultura familiar complementa a “orientação econômica mercantil que substantia a proposta de política pública para o meio rural”.

No decorrer da década de 90, o FMI e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial) passaram a induzir os países subdesenvolvidos a tomar varias decisões econômicas como; privatizações, abertura de mercado, controle dos gastos públicos, entre outras medidas. Seguindo com isso as orientações do receituário neoliberal que foi adotado nessa época. Uma manobra política econômica colocada através do discurso camuflado do neoliberalismo passando a idéia desenvolvimentista para o meio rural, através da melhoria das condições de vida e bem-estar das populações rurais, mascarando, entretanto, os reais objetivos da exploração capitalista.

Montenegro Gómez (2006a) coloca que podemos observar os vários efeitos negativos provocados historicamente pelas políticas de desenvolvimento que sempre enfatizaram o mercado, criando um círculo vicioso que até hoje não está resolvido. A situação da pobreza rural faz com que haja implementação de políticas de desenvolvimento de base mercantil, provocando o aumento da concorrência e em consequência disso, ocorre o aumento das desigualdades, onde resulta na ampliação e agravamento do quadro de pobreza na área rural.

Essa continuidade se prolongou no Brasil, até o fim do período militar, quando foi realizada a transição dos governos ditatoriais para o modelo político democrático-neoliberal. Os movimentos de reforma do Estado, até mais recentemente, entre os governos de Cardoso e de Lula da Silva, promoveu a implementação de outra vertente na política pública de desenvolvimento rural. Uma política voltada ao fortalecimento dos agricultores familiares, baseada numa oferta maior de crédito rural, além das transferências de renda, através dos programas sociais destinados às populações de baixa renda.

No período de transição, do governo de FHC ao governo de Lula, foram

introduzidas algumas mudanças na política de desenvolvimento rural, sendo a mais significativa delas a que canalizou os recursos do Pronaf Infraestrutura e Serviços para projetos de caráter intermunicipal, fazendo com isso já uma introdução da nova versão da política que estava para ser implantada.

A tentativa de Tendência de Descentralização das políticas públicas com a proposta dos Consórcios Intermunicipais estabelecia que os municípios se aglomerassem em blocos de acordo com a proximidade para pensarem projetos estruturantes de desenvolvimento na realidade dos municípios.

A despeito do perfil neoliberal do governo FHC, foi nele que se deu o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ele se constituiu o primeiro exemplo de política setorial diferenciada, com um recorte social que definiu uma categoria de agricultor, segundo a qual se associa um tipo de agricultura.

Segundo Favareto (2009), o Pronaf representou o primeiro programa de envergadura que foi direcionado especificamente à agricultura familiar.

O Pronaf foi exemplo da forma de atuação das políticas de desenvolvimento rural que através de melhorias nas infraestruturas dos municípios, com forte presença do agrário o qual objetivava converter o pequeno agricultor em pequeno empresário.

É importante lembrar que, nos governos anteriores ao governo Lula, a política que vigorava tinha os municípios como marco de referência principal (Política de Municipalização) para a canalização de recursos a fundo perdido, através do “Proinf”. As prefeituras juntamente com os Conselhos Municipais tinham a responsabilidade de fazer o controle dos recursos que chegavam através dos projetos municipais.

Assim, algumas mudanças começaram a acontecer como: a redução de recursos a fundo perdidos do Proinf aos municípios, os Conselhos Municipais foram perdendo *o poder* do controle, e passaram a ser desativados, pois estavam sem operacionalidade. No ultimo mandato do FHC, o governo passou a buscar alternativas para diminuir a interferência dos prefeitos municipais na alocação de recursos do Pronaf. Nesse período uma nova proposta de política pública surgia para os municípios. Diante do inevitável, muitos prefeitos municipais passaram a se opor e a boicotar à nova política territorial que estava começando a ser implantada,

possivelmente devido à dupla perda; tanto de recursos como de parte do poder decisório. Até o ano de 2002 o recorte espacial de atuação do Pronaf era apenas em nível municipal, recorte esse que foi desconsiderado no governo de Lula que adotou os territórios rurais como referencia para a concentração de recursos.

2.2 PROGRAMA NACIONAL DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

A partir do ano de 2004, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passou a gerir o PRONAF Infraestrutura e Serviços, o PROINF. Essa linha do Pronaf foi incorporada aos objetivos e as linhas de atuação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), que criou o **PRONAT – PROGRAMA NACIONAL DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA**, que tinha como objetivo principal “combinar crescimento econômico e reequilíbrio social e territorial” por meio do financiamento de projetos selecionados e priorizados pelos Colegiados Territoriais. Bonnal (2008, p.1)

O objetivo do programa é fazer o Reequilíbrio social combinado com crescimento econômico, requerendo muito mais a coerência de fazer “o que é justo” do que recrutar um contingente grande de ministérios e de programas para dirimir uma situação que está estabelecida historicamente. Essa dificuldade em efetuar tal equilíbrio não deriva apenas do despreparo e da falta de vontade política dos agentes públicos e privados, mas de uma conjugação de vários fatores de ordem política, econômica, cultural e histórica que limita resultados positivos no país.

O Pronat se constituiu como uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA, que tem como objetivo promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia (MDA, 2007).

Essa dinamização da economia baseada numa transformação produtiva tem como objetivo a integração da produção territorial com a dinâmica do mercado, com o fim de fortalecer as relações mercantis, indo responder apenas ao “desenvolvimento” enquanto acumulação do capital.

Segundo Nascimento (2005, p. 235), a orientação estratégica do Governo Federal “direciona esforços para redução da pobreza, o combate à exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais”. Dessa forma, cabe ao MDA criar e implementar novas estratégias para intervenção pública, em prol do desenvolvimento

sustentável, dando prioridades especialmente aos espaços rurais de maior carência e demanda social.

O MDA define com clareza qual a parcela da sociedade que deve ser responsabilizada pelo desenvolvimento “os agricultores familiares pobres” sendo esses também incluídos na constituição e no movimento do mercado.

Para MONTENEGRO (2006 b) o meio rural brasileiro é um duplo candidato ao desenvolvimento, primeiro por ser brasileiro e depois por ser meio rural. O autor explicou que por ser brasileiro é considerado subdesenvolvido na forma que demonstra os setores produtivos, sua organização social e de sua cultura. Por ser meio rural, seja nos países desenvolvidos, sempre aparece como “o parente pobre” do meio urbano.

O programa territorial do governo aparece com uma estratégia de envolvimento institucional. Essa proposta de reformulação no arranjo institucional tem reflexos diretos na forma como os diferentes sujeitos históricos se envolvem no programa, seja nos processos de participação social, como nos debates consultivos e decisórios, no acompanhamento, monitoramento e controle público das ações implementadas. Esses diferentes sujeitos ou grupos estão presentes nas três esferas: em nível federal, onde estão envolvidos os ministérios; seja em nível estadual, por meio dos Comitês Estaduais e, finalmente, em nível municipal, pelos Colegiados Territoriais.

O envolvimento institucional deveria ser a participação efetiva das referidas partes no programa, fundamentado na parceria e no trabalho coletivo para alcançar os objetivos propostos. Entretanto, ficou evidente que essa parceria tenha acontecido mais forte no início do programa através do apoio e implementação das ações territoriais tendo uma dinâmica de relacionamentos. Entretanto, ao longo do tempo houve um arrefecimento das partes, as prefeituras e o governo estadual diminuíram o apoio às ações no território e o governo federal devido as mudanças de gestores no MDA, houve uma descontinuidade das ações no programa.

No bojo dessa nova política territorial, destacamos duas estratégias utilizadas pelo governo para o funcionamento da mesma. A primeira, diz respeito à forma diferenciada de gestão que se destaca nessa nova política territorial. É a gestão social, que é feita coletivamente no território, que é o processo no qual se estabelece

uma nova forma de participação dos sujeitos históricos, permitindo a integração, articulação e concertação entre os representantes de diversos segmentos sócias, que acontece por meio da negociação, dos consensos e da democratização das decisões. O outro diferencial estratégico é a criação de espaços de legitimação da participação organizada dos sujeitos históricos em cenários territoriais, os quais permitem estabelecer um modelo participativo de planejamento, uma estrutura institucional de participação e um modelo de gestão das decisões políticas e de controle social.

No Brasil, a introdução da perspectiva do desenvolvimento territorial no âmbito das políticas públicas, é recente e pode ser explicada, por um lado, pelo fato de que, até o início da década de 1980, a intervenção do Estado via planejamento regional e com políticas setoriais era predominante. A partir dessa década, com a crise financeira do Estado e a perda da sua capacidade em termos de intervenção via planejamento, “a região enquanto referência teórica e conceitual se torna insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos” Schneider (2003).

A concepção de Veiga (2001) parece ser a mais próxima do conceito adotado pelo MDA/SDT (2003) onde defende o desenvolvimento rural:

(...) concebido num quadro territorial, muito mais que setorial: nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados (MDA,2003^a, p.04).

Depois das abordagens históricas feitas em torno da Política de Desenvolvimento Rural no Brasil, que passou por reformulações no seu paradigma, passando do caráter setorial para o territorial e esse novo paradigma foi implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que em 2003 elabora um texto intitulado: *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*, que destaca a importância que os territórios têm para o desenvolvimento rural e ainda, que esse desenvolvimento agora deve ser concebido no quadro territorial, muito mais que setorial. Posteriormente, decorreria assim dessa concepção, o PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT), que articulou a Política de Desenvolvimento Territorial. (MDA, 2003)

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) inovou quando determinou concentrar esforços nos “territórios construídos” para adequar a política territorial. Eles se diferenciaram das Unidades Federativas estabelecidas pela Constituição de 1988.

O Programa Territórios da Cidadania tem o mesmo referencial conceitual dos Territórios Rurais e é amparado também pela mesma Portaria nº 5, de 18/07/2005, entretanto com uma forma de gestão mais complexa do que a gestão dos territórios rurais; sejam pelos vários sujeitos envolvidos, seja pela dimensão geográfica numa escala territorial ou pelas diferentes ações setorializadas oriundas dos diversos ministérios envolvidos.

Os territórios Rurais foram instituídos a partir da agregação de municípios contíguos, situados em áreas com baixo IDH e baixa densidade demográfica, inferior a 80 habitantes por quilometro quadrado, com concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária. Afinal, foi do formato do programa dos Territórios Rurais, desenvolvido anteriormente, que o governo também se baseou em selecionar os novos Territórios da Cidadania. A prioridade era atender aos territórios que apresentassem principalmente baixo IDH, com pouco acesso a serviços básicos, que tivessem índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica de médio prazo.

Assim, no primeiro momento, foram incluídos no Programa Territórios da Cidadania, 60 Territórios que faziam parte do anterior “Territórios Rurais” que possuíam os menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH e com indicadores de baixo dinamismo econômico. Esses territórios receberam os programas do Governo Federal de forma não integrada. Ao todo foram “135 ações de 15 ministérios para o desenvolvimento regional e a garantia de direitos sociais, que beneficiaria mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais”. Favareto (2009, p.22)

De acordo com os documentos oficiais do governo, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial adotou o seguinte conceito de território que é adotado no Programa Territórios da Cidadania:

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente, por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”. (Brasil, MDA/SDT, 2005d).

A seleção das áreas que foram incluídas pelo programa foi definida a partir da base de dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) referente a municípios e microrregiões. Essa priorização de atendimento para essas áreas foi

estabelecida de forma a convergir com os interesses do MDA.

A emenda do Programa quando foi lançado, o conceito acima aparece de forma sintética da seguinte maneira “o território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica.” (REVISTA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, p.03).

Para Schneider (2003, p. 9), o território emerge assim com uma nova roupagem para a atuação do Estado e uma amplitude para participação de atores da sociedade.

Neste cenário, ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários, a redefinição do papel das instituições e cresce a importância das esferas intra-nacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil. Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com estes organismos locais tornou-se necessário forjar uma nova unidade de referência, que passou a ser o território e, conseqüentemente, as ações de intervenção decorrentes deste deslocamento passaram a se denominar desenvolvimento territorial.

HAESBAERT, coloca com apropriação de sentido de território é algo mais complexo, pois envolve uma correlação de força e poder:

(...) território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos territoriais e as escalas geográficas que estivermos analisando (HAESBAERT, 2005, p. 121)

O autor coloca com propriedade a questão da relação desigual de forças e do controle político e econômico de grupos, partidos e pessoas que existe no território e a consequência desse controle é a soberania nas decisões públicas que podem fazer a diferença entre a expansão ou a estagnação de um território.

Para Montenegro (2006, p.88-89) “a perspectiva de um território de identidade pode ser compreendida como uma tentativa de humanizar o capitalismo a partir de um caráter integrador cuja promessa de redistribuição da riqueza e de melhoria da qualidade de vida através do mercado nunca é cumprida”. Para o autor, a crítica fica por conta do peso que é dado a Densidade demográfica utilizada como critério metodológico fundamental para formação de um território. Pois ao reunir municípios levando-se em conta apenas esse critério se reduz e simplifica-se a complexidade do território.

(...) induz a elaboração de políticas públicas para o meio rural que tornam o território como simples depositário de intervenção, como receptor de uma

ação mais bem direcionada, já que agora se conheceria melhor onde se localiza, graças aos indicadores utilizados, o “verdadeiro” meio rural. Mero receptor, porque o território definido a partir da densidade demográfica não é um território carregado de interações homem-meio, porque perde a miríade de relações entre a sociedade e a natureza, não considera que o território está no cerne da dinâmica social (MONTENEGRO, 2006, p.104)

A temática territorial também foi trabalhada pelos geógrafos, de acordo com as concepções abaixo citadas.

A primeira a ser destacada, tem uma tendência bem naturalista, isto é, ela apresenta o território como sendo um elemento da natureza, inerente a um povo ou a uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger e conquistar. Um ícone em defesa dessa visão foi Friedrich Ratzel. Para esse autor, sua noção de território está baseada na ideia de um habitat, vinda da área da biologia e usada para delimitação de áreas de domínio de determinada espécie ou grupo de animais, um conceito mais primitivo, senão vejamos.

Pode-se, portanto aceitar como regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe (RATZEL, apud MORAES 1990a, p.72)

Claude Raffestin (1993) trabalhou a discussão sobre a temática, Estado e poder, onde colocou que o “espaço é anterior ao território” e por isso “o território se forma a partir do espaço”. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o sujeito “territorializa” o espaço. O caráter bem claro da relação entre espaço e o sujeito social para transforma-lo em território fica bem claro nas palavras do autor.

“O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder”. (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Raffestin no seu conceito sobre território faz referencia também às relações de poder assim como Haesbart destacou em seu conceito de território.

Souza apresentou o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Souza (1995, p.78), e por esse motivo, segundo o autor, para haver território é preciso que haja uma sociedade, já que, os territórios são caracterizados primordialmente pelas relações sociais projetadas no espaço.

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido em que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio, “paisagem”).

E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis (...) mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio espacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, como o poder controlador desse território. (SOUZA, 1995, p. 84)

A definição que Souza coloca sobre território é a que mais se aproxima da definição dada pelo MDA, colocando o território como espaço multidimensional onde estão inseridas as pessoas com sua multiplicidade de relações e as dinâmicas que decorrem dessas relações.

Schneider novamente apresenta uma visão mais voltada para a questão social do território, citando que o território, não é um espaço físico objetivamente existente, mas sendo uma construção social, um conjunto de relações sociais, que se originam e se expressam em uma identidade e em um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados.

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômica, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir das ações entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. (SCHNEIDER, 2004, p.99)

O Presidente da República, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a" da Constituição, através do Decreto de 25 de fevereiro de 2005, institui o Programa Territórios da Cidadania, que define no seu Art. 1º: “Fica instituído o Programa Territórios da Cidadania, a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País, como vemos no Decreto Oficial. (ANEXO I)

O Programa Territórios da Cidadania passou a operar de forma regulamentada em julho de 2005, quando obteve sua formalização por intermédio da Portaria nº 5, já citada anteriormente. Esta portaria, emitida pela SDT, reconhece a seleção, alteração e administração de territórios rurais e garante suporte legal para os Territórios da Cidadania.

As **DIRETRIZES** do programa que foram criadas, aprovadas e implementadas nos territórios, que ora passamos a descrevê-las passam a ser a base para análise para o entendimento de diversas questões territoriais.

O Ministério passa a adotar a abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e compreender o

território como espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Entende o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental e a valorizar ações que estimulem a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça; O programa passa a adotar metodologias participativas e mecanismos de planejamento ascendente como estratégias de fortalecimento dos processos de descentralização de políticas públicas, estimulando a autogestão dos territórios; Estimular a construção de alianças buscando fortalecer o protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social nas políticas públicas; Atuar em sintonia e sinergia com os vários níveis de governo, com as entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos sociais representativos dos diversos segmentos comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar e na reforma agrária; Priorizar a redução de desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares assentados da reforma agrária; Estimular a articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, promovendo instâncias plurais e participativas que viabilizem espaços para discussão, negociação, concentração e compartilhamento do poder decisório, no processo de gestão social; Incentivar processos de fortalecimento da participação de diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, qualificando os mecanismos de representação e participação direta para a gestão social de políticas públicas. Incentiva o desenvolvimento sustentável considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária. MDA(2005a, p.12-13).

Uma das diretrizes do programa coloca que os vários níveis do governo, aí se entendem os entes Federais Estaduais e Municipais devem atuar em sintonia com as Entidades e Organizações da Sociedade Civil para alcançar os objetivos. Entretanto, o que se observa é um caminhar descompassado dessas partes. A falta de compromisso dos gestores municipais, assim como a falta de participação dos órgãos estaduais, associado a burocracia do governo, faz com que a sinergia política territorial não aconteça.

A permanência de uma estrutura institucional arcaica, vinculada á lógica produtivista neoliberal, também obstrui a dinamização dos espaços rurais a partir da adoção da abordagem do desenvolvimento territorial.

Com relação aos **OBJETIVOS** do Programa, estão inseridos no Art. 2º que coloca: “ O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla: a integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; ainda a ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania e a inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais; a valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Para alcançar esses objetivos, o programa pretende desenvolver ações vinculadas a 03 (três) eixos principais:

- 1) Acesso aos direitos sociais: as ações se concentram em educação, saúde, cultura e documentação pessoal;
- 2) Infraestrutura: com investimentos em saneamento e acesso à água, construção de moradias em assentamentos e estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental;
- 3) Apoio às atividades produtivas agrícolas e pecuárias: com ações que visam à assistência técnica, crédito rural, comercialização da produção (por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos ou de iniciativas ligadas ao cooperativismo e às agroindústrias), regularização fundiária.

O Programa Territórios da Cidadania colocou como ação principal a ser realizada a Redução das Desigualdades, proposta pela Agenda Social do Governo Federal, sendo seu objetivo a “superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”. (Revista Território da Cidadania)

Especificamente, o programa visava à promoção da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, por meio do planejamento e integração de políticas públicas, se propondo também a ampliar a participação social e garantir a universalização dos programas básicos de cidadania.

“Assim, a SDT se preocupa em estabelecer articulações com outros programas públicos territoriais tais como: Luz para todos do Ministério das

Minas e Energia (MME), CONSAD (Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Educação no Campo do Ministério da Educação (ME), SENAES-Secretaria Nacional da Economia solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Contudo, é com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) que a SDT tem maior vinculação” (BONNAL /MALUF, 2006. p.17).

No Art.3º do Decreto Federal que instituiu o Programa Territórios da Cidadania, estão definidos os **CRITÉRIOS** que foram utilizados para fazer a seleção dos territórios que foram; estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do

Ministério do Desenvolvimento Agrário; ter menor Índice de Desenvolvimento Humano -IDH territorial; ter uma maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família, ter maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária e ter uma maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas; com baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional; tendo convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo e maior organização social.

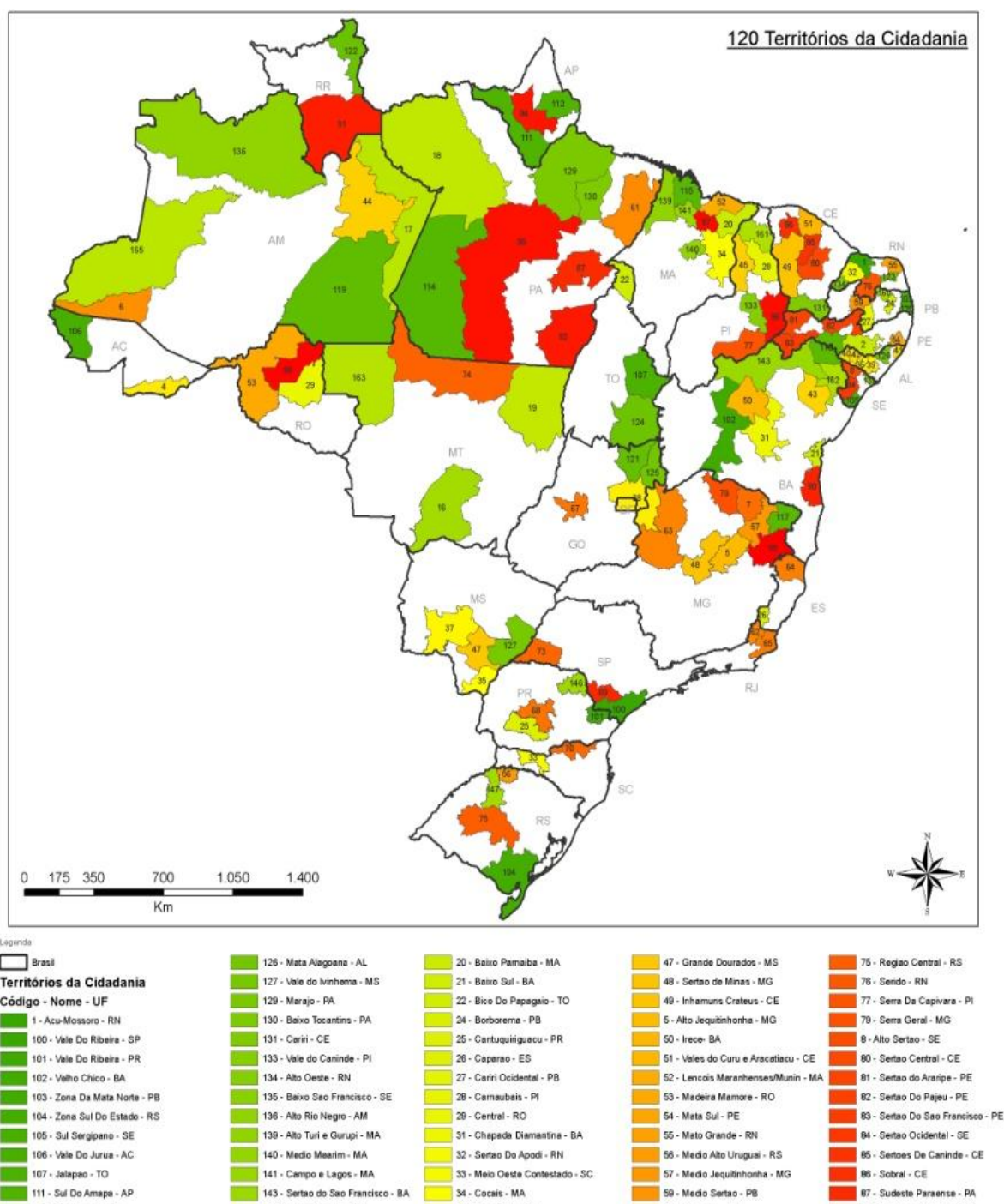
Ao considerarmos o último critério – da maior organização social – entendida aqui como nível organizado das instituições formais como; sindicatos, clube de mães, etc. Constatamos uma contradição diante da proposta do governo que é de levar cidadania a essas instituições e as populações tradicionais. “Que cidadania”, de que tipo?”. Como esse contingente populacional criaria suas próprias estratégias de intervenção nas ações do programa, sabendo-se que historicamente essas populações têm sido conduzidas a uma situação de exclusão e abandono social e econômico e isso devido à ausência de ação desse mesmo poder frente a essas populações.

Os territórios foram formados por meio da união de municípios com forte perfil rural, geralmente contíguo ou não, e de preferência pertencente a um mesmo Estado da Federação, de acordo com os critérios acima citados.

Fica implícito diante dos critérios do MDA a proposta de divisão do território nacional para melhor controlá-lo facilitando com isso, o controle dos bens públicos, das instituições e da economia.

No Brasil, até no mês de maio de 2009, existiam 120 territórios rurais no país, incluídos nessa política pública denominada PRONAT, criada com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento territorial nas propriedades/estabelecimentos de agricultores familiares.

Fig. 01- Distribuição dos Territórios da Cidadania no Brasil



A SDT, por meio do PRONAT, assumiu a missão oficial como representante do Estado de "apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais, na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas". (MDA, 2005, p. 14).

Assim, o MDA/SDT trabalha com um programa que apoia os territórios em várias ações de suporte aos sujeitos locais, visando garantir que ocorram importantes transformações em cada uma das dimensões do desenvolvimento e que elas contribuam decisivamente para sua sustentabilidade.

O programa Territórios da Cidadania tem um Ciclo de Gestão que funciona sobre um tripé, que é composto pelo: Comitê Gestor Nacional, Comitês de Articulação Estadual e os Colegiados Territoriais. Em termos institucionais, o Comitê Gestor Nacional é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e conta com o envolvimento de outros Ministérios³. Em nível das unidades da federação, as delegacias do MDA deverão coordenar os Comitês Gestores Estaduais, compostos pelos representantes dos órgãos federais e dos colegiados territoriais (BONNAL, 2008).

Na operacionalização do Ciclo de Gestão, o governo propõe algumas ações a serem desenvolvidas a partir do governo federal até a sua chegada aos colegiados.

1 - Ações do governo federal - os ministérios, hoje em número de 22 e órgãos do governo federal apresentam o conjunto de ações previstas para cada território. Esta Matriz de ações contém dados descritivos e metas físicas e valores territorializados. Essas ações são apresentadas anualmente para cada território.

2 - Participação e integração - a matriz de ações é levada ao Colegiado territorial, composto pelos governos federal, estadual e municipais e a sociedade civil. Durante o

debate territorial, a matriz é avaliada e são indicadas as demandas e/ou prioridades com base em seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

3 - Execução e controle - a Matriz de ações com ajustes e complementações feitas pelos Colegiados é detalhada. O resultado é o Plano de Execução, que pode ser acompanhado, para controle público, através do Portal da Cidadania. (Informativo Território da Cidadania, 2009, nº.1

³ Os ministérios participantes do programa são; Casa Civil, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cidades, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e combate a fome, Educação, Integração Nacional, Justiça Meio Ambiente, Minas e Energia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Saúde, Trabalho e Emprego, Sec. Especial de Aquicultura e Pesca, Sec. Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sec. Espec. de Políticas para Mulheres, Sec. Geral da Presidência da República, Secretaria de Relações Institucionais.

Segundo a *Mensagem ao Congresso Nacional em 2009*, este programa constituía-

se “na principal estratégia do governo para redução das desigualdades no meio rural, por meio de integração de políticas públicas”. (Revista Dados, 2011, vol. 54, nº.1).

Chama a atenção a forte preocupação do programa com a redução das assimetrias sociais e geográficas no meio rural, dentro e entre as regiões naturais do país. Entendem que a redução das desigualdades passa pelo apoio discricionário do Estado em benefício dos componentes mais fragilizados da sociedade rural, nomeadamente, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados, extrativistas e comunidades remanescentes de quilombos. A preocupação de reequilíbrio social e territorial faz com que o programa da SDT se ancore tanto nas políticas de redução da pobreza rural, quanto nas políticas de desenvolvimento territorial. Ele se encontra, portanto, em posição complementar às políticas públicas voltadas, especificamente, para a redução da pobreza rural através de transferências sociais (Fome Zero) ou para o desenvolvimento regional baseado em incentivos econômicos de estímulo à iniciativa privada ou de investimentos públicos de infraestrutura. (BONNAL, 2007, p.17)

Quando o Pronat começou a ser desenvolvido pelo governo federal, no ano de 2004, nesse mesmo ano foram criados 60 (sessenta) territórios. Já em 2006, o programa abrangia 118 (cento e dezoito) territórios. Oficialmente, existem hoje no país 120 (cento e vinte) Territórios da Cidadania, já definidos pelo Governo Federal.

Os dados oficiais mostraram que foram 1.852 municípios foram contemplados pelo programa, isto equivalem a 46% da população rural brasileira, 1,9 milhão de famílias agricultoras, 525,1 mil famílias assentadas da Reforma Agrária, 810 comunidades quilombolas, 317 comunidades indígenas e 210,5 mil famílias de pescadores. (MDA, 2013).

Apesar dos tempos de existência da política e de todos esses elevados números alcançados (quase 50% da população rural brasileira atingida) pelos diversos

programas e ações ministeriais, questiona-se o porquê ainda não foram modificadas ou sequer melhoradas as condições de vida dos cidadãos que vivem na zona rural. Já que esse é o objetivo principal colocado pelo governo, que apostava na superação da pobreza e nas desigualdades sociais.

Isso não significa dizer que tais políticas não sejam importantes, mas é preciso reconhecer que ainda há muito por ser feito para que a abordagem territorial tenha efetividade e contribua para impulsionar o desenvolvimento.

3. IMPACTOS DO PROGRAMA NO ESTADO DO MARANHÃO

Nesse capítulo, iniciamos falando sobre os impactos em nível de estrutura que aconteceram no Estado do Maranhão pela ação do MDA/SDT, que foi o processo de formação e estruturação dos Territórios da Cidadania nos municípios, assim, decidimos discorrer sobre a criação de somente 03 (três) territórios maranhenses, pois não é de nosso interesse falar sobre todos os doze territórios criados mas, a dinâmica de formação dos 03 primeiros territórios criados, tendo-se com isso apropriação do processo de formação e da dinâmica territorial. Depois desse momento, detalhamos mais especificamente sobre o processo de criação do Território Campos e Lagos como também do seu Colegiado Territorial com todas as suas implicações. Detivemos-nos em conhecer um pouco sobre a Baixada Maranhense, área onde está localizado o território em estudo. Finalizamos o capítulo abordando sobre os projetos do referido território, seus processos de criação e desenvolvimento nos municípios.

3.1 DINÂMICAS DE FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO MARANHÃO

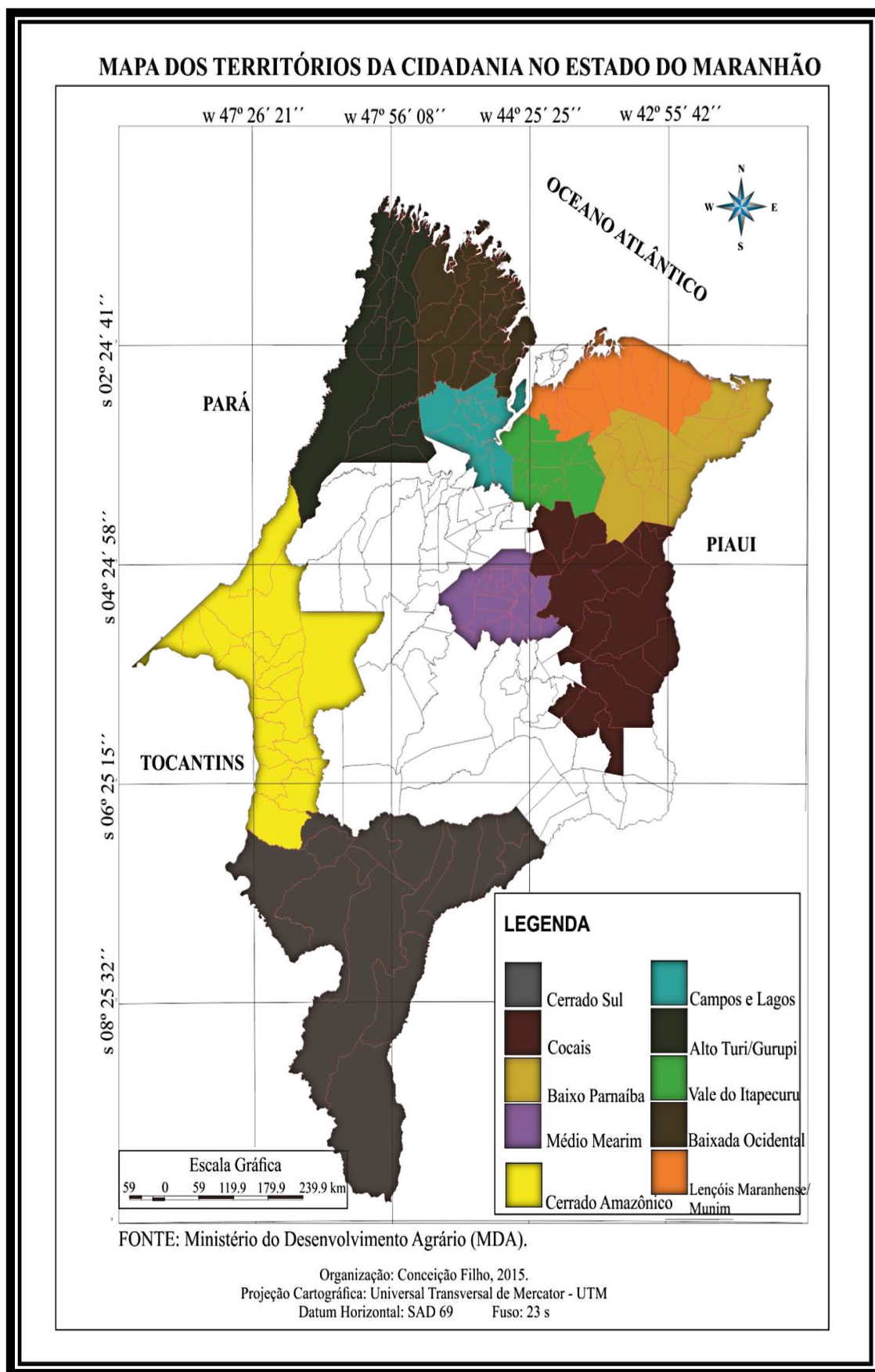
As ações da Delegacia Federal do MDA no Estado do Maranhão ocorreram de acordo com as orientações da SDT para criação dos Territórios da Cidadania que aconteceu de forma sequenciada.

No ano de 2003 inicialmente foram criados 04 (quatro) territórios: Território dos Cocais, Território do Vale do Itapecuru, Território dos Lençóis/Munim e Território do Baixo Parnaíba. Em 2009, foram criados mais 04 (quatro) territórios: Território Alto Turi e Gurupi, Território Médio Mearim, Território da Baixada Ocidental Maranhense

e Território Campos e Lagos, sendo que os dois últimos situados na Baixada Maranhense. Já no ano de 2013, foram criados mais 02 (dois) Territórios: Território Cerrado Sul e Território Cerrado Amazônico. Assim, existem atualmente no Estado do Maranhão 10 (dez) territórios implantados e mais quatro (04) em processo de homologação.

A proposta do governo através do Programa Territórios da Cidadania em querer reduzir as desigualdades sociais, superar a pobreza especificamente no meio rural brasileiro objetivando a inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais os quais contemplam a mesma problemática de terem baixo dinamismo econômico e baixo nível de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), sendo a média de 0,595 de acordo com a (Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento) PNUD,2010. Esses baixos índices sociais só vem ratificar a ineficácia das políticas públicas, acirrando assim, as precárias condições de vida.

Fig. 02 - Distribuição dos Territórios da Cidadania no Estado do Maranhão



Cada território maranhense se estruturou de maneira particular e específica, cada território recebeu as orientações técnicas de uma entidade que acompanhou todo o processo de estruturação e apoiou os sujeitos e as organizações locais com relação

aos procedimentos a serem adotados para implantação dos mesmos. Assim, passamos a relatar o processo de estruturação e formação inicial de 04(quatro) territórios maranhenses.

O TERRITÓRIO BAIXO PARNAÍBA no ano de 2003, depois de instalada a CIAT (Comissão de Instalação das Ações Territoriais) que juntamente com as lideranças locais de organizações, gestores municipais, secretários e ONGs, que consolidou sua primeira formação com os municípios de Araisos, Tutoia, Santana do Maranhão e Água Doce do Maranhão. Entretanto, no dia 09 de junho de 2004, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) homologou a ampliação dos Territórios do Maranhão de forma generalizada, assim, foram incluídos mais 09 (nove) municípios, totalizando 13 municípios que compõem o Território Baixo Parnaíba. Araisos, Tutoia, Santana do Maranhão, Água Doce do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Brejo, São Bernardo, Magalhães de Almeida, Anapurus, Mata Roma, Chapadinha, São Benedito do Rio Preto, Urbano Santos e Belágua. Esse território se construiu a partir de uma visão integrada de espaços e sujeitos históricos com respeito à diversidade. A entidade base que orientou esse território foi a ETHOS e CULTIVAR – Consultoria e Desenvolvimento Sustentável.

NO TERRITÓRIO COCAIS foi organizado também uma CIAT em cuja composição estava presentes lideranças locais, dirigentes de ONGs e gestores municipais. Essa Comissão inicial estabeleceu o Território que em sua primeira formação era composto pelos municípios de Afonso Cunha, Aldeias Altas, Buriti Bravo, Caxias, Coelho Neto, Duque Bacelar, Fortuna, Lagoa do Mato, Matões, Parnarama, São João do Sóter e Timon. Em 2004, quando o CEDRUS homologou a ampliação dos territórios, foram incluídos também os municípios de Codó, Coroatá, Senador Alexandre Costa, Timbóras e Peritoró, totalizando 17 municípios na atual composição do território. A COOSPAT foi a entidade que orientou o território.

O Pronat que tinha como diretriz apoiar o desenvolvimento rural a partir de uma abordagem territorial, resolveu estabelecer o TERRITÓRIO DOS LENÇÓIS MARANHENSES/MUNIM através da união de duas microrregiões já pré-estabelecidas geograficamente no Estado; a dos Lençóis Maranhenses que possuía 06 (seis) municípios e a de Rosário com 07 (sete) municípios. Ainda na fase inicial de instalação do Território, criou-se outra CIAT, em cuja composição constava lideranças locais, dirigentes de Organizações não Governamentais, secretários e gestores municipais. Essa Comissão contribuiu na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS realizado na época, pela ETHOS –

Assessoria, Consultoria e Capacitação em Desenvolvimento Local Sustentável. No decorrer do processo de consolidação da política territorial, a Comissão de Instalação das Ações Territoriais se transformou no atual Colegiado de Desenvolvimento Territorial - Codeter.

Cada município que compõe seu território possui sua história, seus determinantes e suas especificidades e subjetividades que se manterão ao longo do tempo, porém, as questões de ordem social, econômica, política e ambiental são comuns em todos os municípios, tornando-os semelhantes, mas diferentes em suas particularidades, descortinando sua identidade territorial, que se consolidou a partir das ações solidárias.

3.2 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPOS E LAGOS

Antes de falarmos sobre a formação desse território, faz-se necessário fazer uma citação sobre região. Essa categoria foi tomada como “eixo privilegiado

para ações de controle e intervenção estatal, o Programa pretende implementar o desenvolvimento econômico em todas as regiões do país. Assentado na perspectiva economicista o texto afirma: “O Brasil encontrou o caminho para o crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais e regionais”. (Furtado et al. 2010, p.362)

A área onde está localizado o Território Campos e Lagos é a Baixada Maranhense. “Ela começou a ser colonizada ainda no século XVII. A capitania secundária de Cumã, que posteriormente deu origem ao município de São Bento, tem documento que revelam sua criação no ano de 1621”. (Rosar et al. 2010, p. 23)

Depois de transcorridos mais de dois séculos do período colonial, atualmente, o Atlas do Desenvolvimento Humano registrou dados precários da realidade do TR Campos e Lagos na Baixada Maranhense, deixando clara a tendência de abandono dessa população por parte dos órgãos governamentais.

A população dessa região tem sido historicamente abandonada e mantém-se empobrecida com números representativos de baixa escolaridade e renda. A região da Baixada tem uma realidade histórica precária e atrasada com resquícios ainda da época colonial, com baixos indicadores sociais que se reproduzem há décadas, evidenciando problemas de ordem estrutural e de caráter conjuntural, devido à inexistência e/ ou fragilidade das políticas públicas de Estado.

Ainda que estejam nesse território, municípios muito antigos, criados ainda no século XVII , como é o caso de Viana e São Bento, constata-se que elementos predominantes do paradigma colonial de desenvolvimento ainda produzem impactos no presente. (ROSAR et al, 2010, p. 20)

Nessa área materializa-se uma característica que não diz respeito apenas à economia do Estado, mas que é própria do país no conjunto de suas regiões, qual seja a existência de um processo de desenvolvimento que é desigual e diferenciado, o que implica em articulações entre segmentos avançados e menos avançados da economia como um todo.

As atividades econômicas que predominam na região são concentradas basicamente no setor agrícola e na pecuária. As atividades na agricultura são basicamente de subsistência e de baixo impacto para o desenvolvimento econômico da região e do Estado. A pecuária é caracterizada ainda pelo uso de práticas rudimentares de criação, o sistema é o extensivo, criação é variada de animais sendo mais para consumo próprio ou na venda do animal diante da necessidade.

Um problema bastante comum nessa região é a dificuldade de manutenção

das populações na área rural, devido a falta de titularidade da terra aos agricultores, pois há uma elevada concentração fundiária, que tem motivado os deslocamentos do campo para a sede dos municípios, causando os inchaços nas periferias da capital. São basicamente os recursos públicos que mantêm a economia dos municípios em movimento em duas áreas; o recurso dos aposentados e do funcionalismo municipal.

A predominância de campos inundados e lagos perenes faz parte de seu cenário natural. A maior parte do ano esses campos e lagos recebem as águas dos rios (Grajaú, Mearim, Pindaré e Turiaçu), e sofrem influência das marés, chegando a atingir até 170 km da Foz do rio Mearim. O clima é úmido com precipitação alta de chuvas e período sêco curto. Nessa região é perceptível a abundância de recursos naturais; seja de terra cultivável ou de flora e fauna e a escassez que se reflete nas moradias precárias e na baixa qualidade de vida, de alimentação e de educação da população que habita na zona rural desses municípios.

Nessa região, no período de 2003 a 2008, desenvolveu-se um Conjunto Integrado de Projetos, denominado CIP Jovem Cidadão⁴, através da ONG Formação. Essa entidade articulou dentre outras ações, o protagonismo de organizações da sociedade civil na região. Esse fato influenciou decisivamente na condução dos debates e na capacidade de formulação das propostas, culminando assim com a criação do território.

Assim, um movimento endógeno e orgânico no território se iniciava, tanto os cidadãos como as organizações sociais dos municípios envolveram-se no movimento de reconhecimento do território. Havia um forte sentimento de pertencimento e um desejo de querer melhorar e reverter uma realidade adversa, amarga, sem grandes esperanças na qual viviam e sobreviviam os cidadãos.

“Estávamos vivendo um movimento interessante, onde a gente lutava juntos por uma causa maior, de criar o território, tinham algumas organizações que estavam a frente como o Portal da Educação e principalmente o Formação ...” (B.M. Palmeirândia – Gestora da Sec.Educação)

“Quando o MDA chegou com a proposta de território, já havia um movimento grande das organizações locais na Baixada através do Formação, que já havia articulado e realizado muitas ações”. (J.R. São Bento – Gestor da Sec. Agricultura)

4 Esse Conjunto Integrado de Projetos – CIP Jovem Cidadão, contou com o apoio fundamental da Fundação Kellog e de nove prefeituras municipais da região. Contou ainda com o apoio de Unicef, Unesco, Oi Futuro, Fifa, CEF e MDA. (Rosar et al, 2010, p.20)

Nesse movimento pró-território, foi fundamental a participação dos trabalhadores (as), dos agricultores (as) familiares, das organizações sindicais locais,

das organizações juvenis, o apoio do poder público através de seus representantes das Secretarias Municipais, da área da Educação e da Agricultura constituindo-se assim a CIAT territorial.

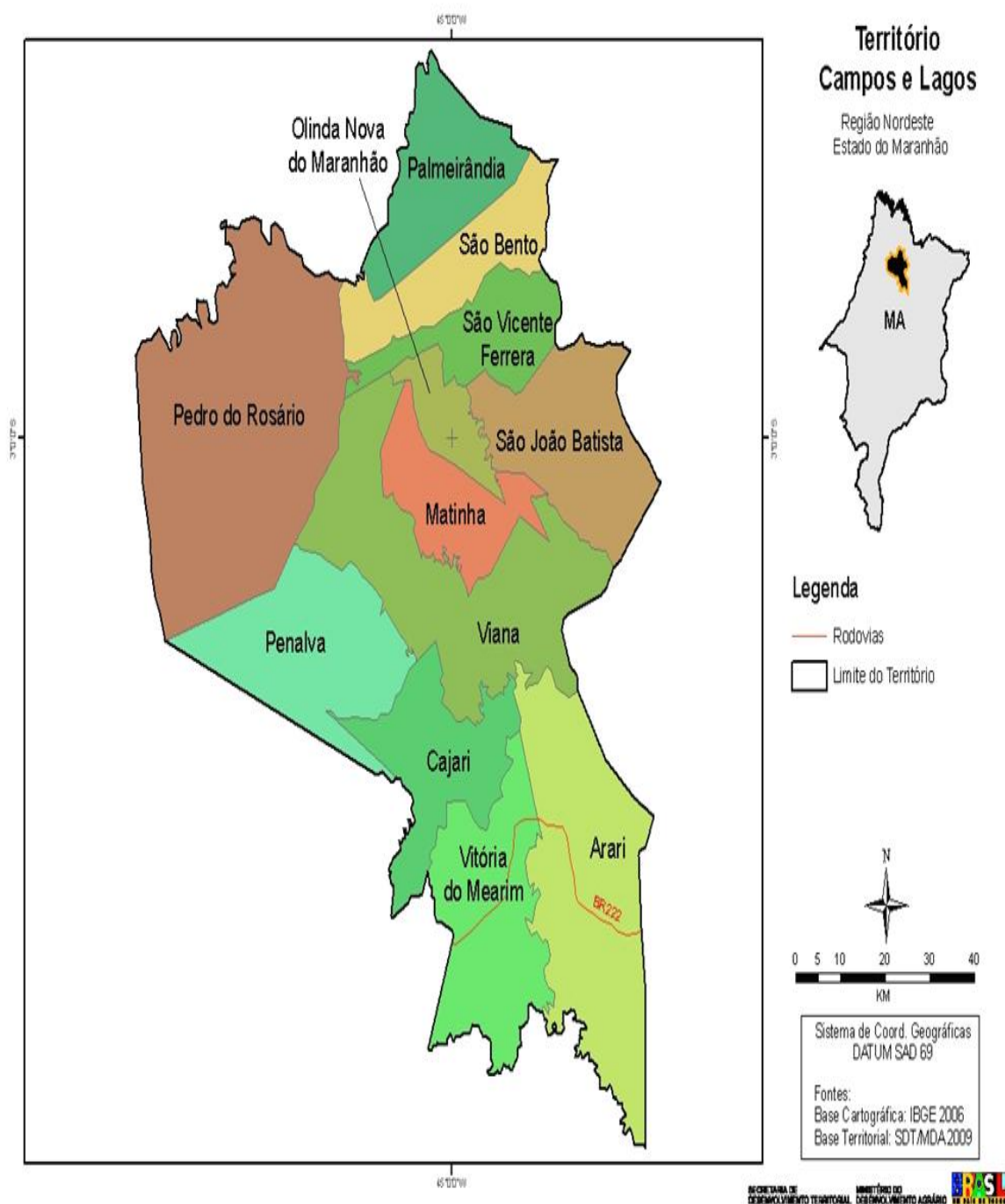
O TR Campos e Lagos foi considerado pré-território em 2008 e homologado em 2009. Com a homologação desse território pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário abriram-se novas perspectivas de inclusão de sua população nos programas e projetos do governo federal.

No território haviam várias entidades locais que participaram desse processo de criação do território, mas, a principal rede e mais atuante foi a dos Trabalhadores Rurais, representados pelos Polos Sindicais e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's). Destacaram-se em seguida, os representantes dos Pescadores, estavam organizados na Colônia de Pescadores e Associações. Também estavam presentes os apicultores e as quebradeiras de coco (MIQCB), além dos segmentos dos assentados (as) - na sua maioria remanescentes da antiga Colone. Organizava-se um amplo arco de representação dos segmentos: agricultores/produtores familiares, assentados (as), mulheres, jovens produtores, extrativistas quilombolas, artesãos e ribeirinhos.

Representantes de outras entidades que deram seu apoio: Consad, Iderma, Formação, Coosert, Coospat, Conguará, , Instituto Territorium, Codesum, Assema, Fetaema, , Efas, ConsadLom, ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável), Igrejas; Católicas (Grupos de Base) e Evangélicas (Grupos de Jovens), Fóruns da Juventude, Rádio Guará, Grupos Artísticos, Secretarias Municipais: de Educação e Esporte, de Agricultura, Conselho Tutelar, Cooperlagos, etc.

O TR Campos e Lagos está situado na Mesorregião Norte Maranhense, mais comumente chamada de Baixada Maranhense, com uma população total estimada em 319.761 habitantes, sendo que 181.264 dessa população vivem na zona rural, que corresponde a 58,69 do total. Tem uma densidade média de 29,5 hab./km². Os municípios em média estão separados uns dos outros entre 30 a 50 km. Os municípios variam de área, indo de 1.749,9 km² (Pedro do Rosário) a 197,6 km² (Olinda Nova do Maranhão) a menor densidade. O território ainda possui 24.359 agricultores familiares, com 6.530 famílias assentadas. O IDH médio da região é 0,60. (IBGE, 2011). Esse território ocupa uma área de 17.579,366 km² equivalente a 27% do Estado, é formado por 12 municípios: Arari, Cajari, Vitória do Mearim, Viana, Penalva, Matinha, Pedro do Rosário, Olinda Nova do Maranhão, São João Batista, São Vicente Ferrer, São Bento e Palmeirândia, como dito anteriormente.

Fig. 03: Mapa do TR Campos e Lagos



Fonte: IBGE, SDT/MDA, 2009

Depois de estar em funcionamento, o território tornou-se palco de uma série de ações e movimentos que o modificaram em diferentes níveis, seja nas relações

internas e externas de seus sujeitos, ou seja nas formas de articulação entre setores da sociedade civil organizada e nas instâncias governamentais, constituindo-o assim, numa arena de forças políticas diversificadas, como colocaram os representantes do colegiado.

“a sociedade civil é quem mais comparece nas reuniões do território, os sindicato, a colônia, igrejas, as câmara de vereadores comparece de vez em quando..... mas, o grande problema são os gestores executivos municipais ... ouvi de um dos prefeitos uma vez que, ele não acreditava no território e que vai logo direto na fonte, em Brasília”. (B. S. Palmeirandia – Representante de organização comunitária)

“teoricamente é muito interessante eu fortalecer a participação popular.. mas, efetivamente não está acontecendo isso, o governo pratica uma Democracia Dirigida, a maioria das decisões já chegam definidas no território, nós decidimos quase nada, coisa pequena”. (F. P. Penalva – Professor da rede pública)

“ o que deixa a desejar ainda é a falta de compromisso do poder público, ele acha que está acima da sociedade civil e não é assim...” (M. C. Matinha – Representante do Fórum da Juventude)

“o poder público não leva a política territorial á serio ...” (R. N. Olinda Nova – Representante do STTR)

Essa correlação de forças sociais ocorre evidenciado, em muitos casos, a aplicação de lógicas clientelistas predominantes em órgãos oficiais, por exemplo, em prefeituras, nas quais, os gestores concentram suas ações em favor da execução de políticas públicas pelas secretarias municipais, em detrimento das políticas de desenvolvimento territorial, evidenciando certa conduta no sentido de resguardar, em nível da administração municipal o controle dos recursos públicos.

Nas tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 que ora passamos a visualizar, nos revelam algumas características desse território. São evidenciadas através dos indicadores sociais que nos possibilitam entender melhor a situação econômica, educacional e social em que vivem os cidadãos baixadeiros, bem como algumas características na área de produção animal e vegetal. Quanto na dimensão demográfica, citamos apenas aspectos dos segmentos populacionais com seus quantitativos que se fixaram no território.

Tabela 1 - Características Geográficas da Baixada Maranhense

Municípios	População Total	Área Km ²	Densidade Demog.
Arari	28.488	1. 100.275	25.89
Cajari	18.338	662.066	27.7
Matinha	21.885	408.727	53.54
Olinda	13.181	197.636	66.69
Palmeirândia	18.764	525.582	35.7
Pedro do Rosário	22.732	1.749.885	12 99
Penalva	34.267	738.252	46.42
São Bento	40.736	469.070	88.74
São João Batista	19.920	690. 683	28.84
São Vicente Ferrer	20.863	390. 845	53.38
Viana	49.496	1.168.443	42.36
Vitoria do Mearim	31. 217	716.719	43.56

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

No município de Pedro do Rosário, a Densidade populacional é a menor do território em contraposição a sua grande extensão de área em quilometro quadrado. Ele difere dos demais municípios por não se localizar perto de uma malha viária, com difícil acesso até o mesmo, tendo apenas estradas vicinais com baixas condições de trafego. No verão devido ao extenso areal, acesso com carro tracionado ou com animais. Já no inverno, com áreas alagadas e lamaçal, o município fica quase isolado. A ausência de políticas públicas no município

Em contrapartida, o município de São Vicente Ferrer tem a segunda menor área do território, mas com alta densidade demográfica. A rodovia corta o município, facilitando o acesso a outras localidades inclusive a capital.

Tabela 2 - Indicadores Sociais dos Municípios

Municípios	Educação	Longevidade	Renda	IDH	Índice Gini	Índice Pobreza
Arari	0. 546	0. 764	0. 587	0. 626	0.42	55.01
Cajari	0. 421	0. 747	0. 456	0. 523	0.38	54.42
Matinha	0. 560	0. 731	0. 579	0. 619	0.39	54.22
Olinda	0. 531	0. 724	0. 495	0. 575	0.37	57.21
Palmeirandia	0. 492	0. 715	0. 488	0. 556	0.38	51.74
Pedro Rosário	0. 415	0. 696	0. 475	0. 516	0.36	52.05
Penalva	0. 472	0. 693	0. 519	0. 554	0.39	60.51
São Bento	0. 545	0. 762	0. 525	0. 602	0.41	54.42
São J. Batista	0. 577	0. 752	0. 493	0. 598	0.42	51.88
São V. Ferrer	0. 541	0. 762	0. 504	0. 592	0.38	50.13
Viana	0. 548	0. 758	0. 567	0. 618	0.41	56.01
Vit. Mearim	0. 534	0. 733	0. 540	0. 596	0.39	56.24

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Observamos na tabela 2 uma similaridade dos números nos indicadores sociais dos municípios. O território é composto de municípios com o índice menos prósperos como Penalva, que evidencia o mais alto índice de pobreza do território. No município predomina apenas o pequeno comércio varejista, sem existência de indústrias ou de uma grande produção pecuária que alavanque o município.

Arari e Matinha apresentam os maiores números no índice de renda, indicando que são os mais prósperos economicamente, isso pode se dever ao fato de que em Arari, a presença do Agronegócio representado através da monocultura do arroz irrigado (rizicultura) em larga escala. É o município do território mais próximo da capital. Em Matinha, a grande produção pecuária predomina, assim como comércios maiores. Em todos os municípios é perceptível a ausência de políticas públicas que elevassem os índices sociais dos municípios e os tirassem dessa realidade amarga em que vivem os baixadeiros.

Entretanto, algumas características dos municípios que compõem o território são bem similares, fato esse que de alguma forma fortaleceu os laços de identidade do povo, tornando-os mais fortes e que provavelmente colaborou direta ou indiretamente na criação do território. A região da baixada tem predomínio de população afrodescendentes e mestiça com grande número de comunidades quilombolas e assentamentos. E essas comunidades contêm um grau elevado de parentesco.

A economia do território está concentrada no setor agrícola e na pecuária. A agricultura é familiar e de subsistência, significa dizer que o plantio de milho, feijão, arroz e principalmente a mandioca são indispensáveis para o sustento das famílias da baixada. Na tabela seguinte visualizamos a produção de grãos por hectare nos municípios.

Tabela 3 – Demonstrativo da Produção agrícola área/hec.

Municípios	Milho	Feijão	Arroz	Mandioca
Arari	576	-	4020	264
Cajari	566	-	749	795
Matinha	1347	-	1069	1447
Olinda N. do Maranhão	1469	-	1271	1299
Palmeirândia	1030	57.85	1295	1810
Penalva	2893	-	2608	2360
Pedro do Rosário	1013	-	1373	1691
São João Batista	535	-	197	1079
São Vicente Ferrer	1146	-	1032	1328
São Bento	1110	53.39	1755	500
Viana	2356	-	2656	1471
Vitoria Mearim	285	-	3189	809

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2012

Apenas Palmeirândia e São Bento se destacam como o cultivo de feijão, isso significa que a maioria dos municípios compra esse grão do mercado externo já que o mesmo faz parte da mesa dos moradores. O milho e arroz são os grãos de prioridades no cultivo de área na Baixada, servindo para consumo próprio dos moradores, para os animais e para o próximo plantio.

Ainda como atividade econômica, aparece o extrativismo do babaçu sendo bem forte na economia local, e que se caracteriza como uma atividade de subsistência, realizada especificamente por mulheres. “A coleta e a extração das amêndoas do babaçu cumprem na unidade familiar agroextrativista as seguintes funções: (I) geração de renda, que é necessária para a família adquirir bens de consumo; (II) ocupação de mão de obra familiar com escassas oportunidades de emprego alternativo; (III) proteção contra o risco da atividade agropecuária”. (ROSAR et al, 2010, p.74)

Na economia agroextrativista, a unidade familiar é incapaz de subsistir sem

os produtos obtidos na "quitanda" onde acontece a troca ou venda da amêndoa do babaçu por produtos de primeira necessidade, sendo essa dinâmica comercial essencial para a manutenção e sustento da família na maioria dos municípios do território.

A pesca artesanal é outra atividade realizada durante o ano inteiro nos campos da baixada. Para algumas famílias, ela se torna a única possibilidade de alimentação na maioria das vezes, sendo o único sustento das famílias da Baixada. Na pecuária, os rebanhos são diversificados com criação de: suínos, aves, bovinos (gado de corte), caprinos, ovinos e bubalinos, sem assistência técnica ao rebanho apesar de grande e na agricultura, isso faz com que a produção seja tímida e fragilizada apenas para o abastecimento do mercado local, sem grande alcance no mercado interno do Estado.

Tabela 4 – Demonstrativo da Produção pecuária/cab.

	Bovino	Caprino	Bubalino	Aves	Suíno
Arari	43. 552	751	3854	10 282	2350
Cajari	17. 743	1829	5371	8153	8822
Matinha	19. 359	926	3008	6993	2261
Olinda Nova do Ma.	7966	3446	3130	9141	3649
Palmeirândia	7121	865	1936	10 250	20. 315
Pedro do Rosário	18. 387	871	485	12 401	2262
Penalva	13. 167	938	2279	12 567	5499
São Bento	8438	1589	2030	26. 116	31. 747
São João Batista	13. 835	3881	6885	11 303	7278
São Vicente Ferrer	9343	1194	334	8819	2867
Viana	17. 393	1643	18. 558	17. 915	2774
Vitória	27. 883	601	2153	8351	1823

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2012

Na tabela acima, percebe-se que na maioria dos municípios a criação de bovino e de aves se destaca muito fortemente, isso pode significar que os moradores além de ter essas criações como suporte para o alimento da família, pode utilizá-las para venda no comércio local. O município de São Bento aparece com números altos na criação de aves e suínos e apenas Viana se destaca com número bastante expressivo na criação de bubalinos, local onde os campos alagados ocupam grande parte desse município.

Tabela 5 – Demonstrativo dos Segmentos Sociais da Baixada Maranhense

MUNICÍPIOS	Agricultores Familiars	Famílias Assentadas	Comunidades Quilombolas	Pescadores
Arari	587	499	-	3168
Cajari	1619	190	4	3069
Matinha	1616	182	16	2433
Palmeirândia	2247	751	2	494
Penalva	3191	406	6	873
Pedro do Rosário	3030	1304	6	733
Olinda Nova	1258	205	4	500
São Bento	1805	28	2	1079
São J. Batista	2529	-	-	2005
São V. Ferrer	2194	37	7	262
Viana	2971	651	12	3054
Vitoria Mearim	1312	2279	-	2952

Fontes: FCP 2014, SEAP, 2010; INCRA, 2009

Na tabela acima, o município de Arari se destaca por algumas características como o menor número de agricultores familiares com relação aos outros municípios do território que são essencialmente agrícolas. por apresentar um número muito elevado de pescadores e não apresentar nenhuma comunidade quilombola. Em contrapartida, os municípios de Penalva e Pedro do Rosário que são próximos em localização, apresentam a maior concentração de agricultores familiares do território e número elevado de famílias assentadas. Para Mesquita,

“materializa-se uma característica que não diz respeito apenas à economia do estado do Maranhão, mas que é própria do país no conjunto de suas regiões, qual seja a existência de um processo de desenvolvimento que é desigual e diferenciado, implicando em articulações entre segmentos avançados e menos avançados da economia como um todo, sendo notório o estabelecimento de "relações de produção capitalistas modernas ao lado de outras atrasadas não-capitalistas, mas completamente integradas ao mercado" (MESQUITA, 2006, p.36)

3. 3 CRIAÇÃO DO COLEGIADO E DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS TERRITORIAIS

Depois da implantação do Território Campos e Lagos, o passo seguinte a ser realizado era a organização do COLEGIADO, que foi constituído de acordo com o regulamento oficial do PRONAT, tendo sido observada a questão da paridade, a diversidade dos sujeitos históricos e das organizações locais na composição dos colegiados.

De acordo com o programa, a composição do colegiado deveria conter representantes das três esferas governamentais e da sociedade civil. Esse critério foi observado quando da instalação de todos os Colegiados Territoriais no Maranhão, todos foram constituídos por representantes de entidades de direito público (Estado e Municípios) e de entidades da sociedade civil organizada em cada território.

A organização social nos colegiados maranhenses foram diversificadas tanto no que diz respeito às esferas de atuação, quanto aos interesses e as necessidades de sua população como na forma jurídica que assumiram. Nesse sentido, encontraram-se participando, grupos formais e informais, desempenhando papéis de representações e/ou assessorias que se expressaram por meio das associações, cooperativas, sindicatos, movimentos de igrejas, etc. que objetivavam: promover a organização interna dos grupos; mediação com o poder público e a sociedade civil; acesso as políticas públicas variadas (crédito, assistência técnica, infra estrutura); participação nos espaços de consulta e decisão (conselhos, fóruns), refletindo a heterogeneidade dos **Colegiados dos Territórios(Codeter's)**.

Durante o processo de estruturação dos colegiados, foi fundamental a presença de apoios externos mediante as Assessorias Técnicas que foram prestadas aos territórios. Essas ações foram realizadas por Entidades de Base territorial como: Fórum Carajás, Coospat, Formação, Codesul, Instituto Territorium, etc. entidades essas que contribuíram na mediação dos trabalhos iniciais de estruturação dos territórios, por meio da realização de oficinas de capacitação, trabalho de mobilização e articulação das entidades locais, preparação de Oficinas de Nivelamento Conceitual, etc.

Uma situação real encontrada e bastante delicada foi que os municípios apesar de disporem de uma equipe técnica, entretanto não estavam capacitadas a realizarem esse processo pelo fato de não conhecerem as bases teóricas do novo programa e fosse capaz de garantir o atendimento às demandas em várias dimensões, solicitadas pelos territórios para implantação dos Colegiados, dos Núcleos Técnicos, das Câmaras Temáticas, e também para elaboração do Regimento Interno dos

Colegiados, bem como a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS.

Para a estruturação física dos colegiados, o governo disponibilizou para cada território: 01 veículo e alguns poucos equipamentos de escritório. Cada território de acordo com seu Regimento Interno definiu as responsabilidades para uso dos equipamentos.

No TR Campos e Lagos, o veículo ficou sob a responsabilidade da coordenação eleita, isto é, do Núcleo Diretivo. O uso do veículo deveria ser restrito aos da coordenação e seria para apoiar as ações específicas do colegiado no território, entretanto ao longo do tempo, ficou comprovado por componentes do colegiado que o veículo era usado para uso particular de terceiros e em atividades que não eram do colegiado.

Os Colegiados Territoriais constituem-se em instâncias políticas de deliberação sobre o processo de desenvolvimento sustentável dos territórios. São espaços de participação social, de representação, de articulação e concertação política, nos quais são elaborados os planejamentos das ações territoriais e se definem programas e projetos com base em um plano territorial. Um dos entrevistados colocou muito bem sua definição de colegiado.

“ o colegiado não é uma arena onde vão se digladiar a sociedade civil e poder público, mas é um espaço de entendimento, de procurarmos na adversidade aliados para desenvolver uma região”. (Z.L Arari – Representante de organização)

Acaba se tornando mito, o território como espaço de concertação política que é o processo de articulação entre os órgãos e o governo, pois a parceria não se estabelece na prática e as pactuações se alteram não conseguindo os territórios executarem muitas ações.

No Programa Território da Cidadania – PTC, esse colegiado tem como atribuições as seguintes: dar ampla divulgação sobre as ações do Programa, identificar demandas para o órgão gestor priorizar o atendimento (de acordo com critérios, sistemas de gestão pré-estabelecidos, especificidades legais e instâncias de participação existentes), promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais, contribuir com sugestões para qualificação e integração de ações, sistematizar as contribuições para o Plano de Execução das ações federais e exercer o controle social do Programa.

O Colegiado do TR Campos e Lagos – CODETER foi criado durante a

Oficina de Constituição do Colegiado, que aconteceu, nos dias 08 a 10 de Dezembro de 2008, na paróquia da Igreja Matriz do município de Matinha. (ANEXO II). Essa oficina foi organizada pela ONG Formação com orientação do MDA/SDT.

O público presente no evento foi no total de 90 pessoas e dentre esses estavam representantes do poder público tanto da esfera Estadual como da Federal e da sociedade civil dos 10 municípios.

Os Colegiados Territoriais possibilitavam ambientes propícios para o desenrolar das dinâmicas territoriais, as quais estavam correlacionadas a uma série de fatores, como o fortalecimento dos sindicatos e movimentos sociais e entidades ligadas à agricultura familiar. A participação apresentou-se como uma das mais importantes ferramentas do processo de gestão de um território, pois esse processo agrega um número bem significativo de entidades representativas dos segmentos históricos de agricultores e trabalhadores rurais.

No TR Campos e Lagos quando da constituição do colegiado, foi constatado que alguns assentos ficaram vagos por tempo indeterminado, isto pode ser devido a impasses políticos ou indecisão dos representantes das entidades em assumirem a responsabilidade do assento no colegiado.

Essa situação fez com que o preenchimento das vagas do colegiado ocorresse de forma gradativa ou até nunca ocorresse. Essa ausência ou demora em ocupar os assentos, pode ser reflexo da rotatividade e mudanças esporádicas dos representantes das entidades, secretarias municipais nas reuniões preparatórias. Os assentos vagos na sua maioria eram representantes das organizações Federais e Estaduais, exatamente aquelas que deveriam dar apoio ao território, mas, se ausentaram da responsabilidade como; INCRA, IBAMA, ITERMA, SEMA.

Durante o funcionamento dos Colegiados Territoriais, aconteceram entraves, que dificultaram, mas, não impediram o caminhar da política de desenvolvimento territorial. Os arranjos institucionais e políticos foram um desses entraves, por vezes, se estabeleciam, favorecendo alguns municípios que tinham maior poder de barganha junto aos órgãos estaduais e federais.

A constituição do Colegiado do TR Campos e Lagos foi orientada pelos princípios que estavam de acordo com o Regimento Interno do programa. (ANEXO III)

- I** – respeito às formas de organização existentes no Território, fortalecimento da rede de organizações protagonistas das ações de Reconhecimento do Território Rural Campos e Lagos;
- II** – tratamento equitativo dos interesses das representações Municipais;
- III** – pluralidade na composição das representações Municipais;
- IV** – na composição das representações a garantia de no mínimo 50% da sociedade civil e no máximo 50% do Poder Público.

A estrutura organizacional do colegiado foi composta por duas instâncias:

1ª- As Instâncias Administrativas, são constituídas pela Assembleia Geral e pelo Núcleo Diretivo.

2ª- As Instâncias de Apoio são constituídas pelo Núcleo Técnico e pelas Câmaras Temáticas.

A assembleia geral é a instância máxima e tem o papel **deliberativo e consultivo**, assim como cabe ao Núcleo Diretivo (nível decisório intermediário), com o papel **diretivo e técnico** na gestão das iniciativas territoriais. O Núcleo Diretivo é uma instância de caráter deliberativo, sem fins lucrativos com personalidade jurídica, com duração determinada no Regimento Interno. A área de atuação dessas instâncias é territorial.

No TR Campos e Lagos, a assembleia geral do colegiado, sendo o órgão máximo de deliberação, foi composta inicialmente com 56 membros, indicados para um mandato de 02 (dois) anos, (2008 a 2010). A composição foi paritária, isto é, 50% das cadeiras, representadas pelo poder público das três esferas e 50% eram representantes de organizações da sociedade civil, de acordo com as orientações do programa. A primeira eleição do colegiado foi realizada de forma democrática com a forte participação da sociedade na definição das entidades representativas, o poder público deixou ainda cadeiras a serem preenchidas ao longo do tempo e infelizmente isso ainda perdura.

As representações sociais no colegiado ficaram assim distribuídas:

- 24 (vinte e quatro) pessoas, eram representantes do Poder Público Municipal;
- 04 (quatro) representavam o poder Público Estadual e Federal;
- 24 (vinte e quatro) eram representantes da Sociedade Civil Municipal;
- 04 (quatro) representavam a Sociedade Civil Estadual e Territorial. (ANEXO IV)

As Câmaras Temáticas foram criadas posteriormente, com o objetivo de descentralizar internamente às decisões e desenvolver ações específicas da câmara. No

TR Campos e Lagos, a prioridade na constituição das Câmaras foi de acordo com as necessidades, por apresentar demanda territorial e por abranger praticamente todos os municípios do território; câmaras da saúde, meio ambiente, educação e esporte.

Passado esse momento inicial, o território necessitava do Articulador (a) territorial. O papel desse profissional foi fundamental para o desenvolvimento das primeiras ações como também no apoio ao processo de interlocução com as organizações locais. As atribuições conferidas eram: assessorar tecnicamente as instancias eleitas do colegiado, realizar ações territoriais como mobilização, sensibilização e articulação dos movimentos populares e segmentos do território, diálogos com entidades parceiras, execução do PAT, como também a participação no processo de construção do PTDRS.

A técnica S.M foi contratada bem depois do funcionamento do colegiado, sua escolha se deveu pelo fato da mesma já ser bastante conhecida nos municípios e ter executado trabalhos nos movimentos populares junto aos sindicatos da baixada. Inclusive, o território enquanto organização, fez sua demanda diretamente à Delegacia do MDA/SDT em São Luiz, requerendo a técnica, demonstrando com isso, seu poder pressão e negociação junto a delegacia do MDA. Apesar de todo o esforço realizado, ela foi contratada por uma entidade do Estado do Maranhão. Sobre esse fato, foi colocado pelo entrevistado:

“ o MDA colocou vários critérios rigorosos para contratar o articulador entretanto, ele é pago de maneira perversa por entidades que atrasam meses o pagamento, enfim, havia uma contradição enorme entre o que se queria e o que o próprio MDA queria e o que era oferecido”. (F.O. Penalva- 2º Coordenador do colegiado)

No período de 2008 a 2011, foi recorrente o problema de contratação e renovação de contratos dos articuladores que era feito anualmente, causando a demora no pagamento do profissional o que culminou com a dificuldade de acompanhamento das ações no território por um período longo, deixando o núcleo diretivo sem cobertura técnica. Esse problema de contratação de articulador aconteceu em todos os territórios maranhenses.

A primeira ‘Sede do colegiado’ se estabeleceu no município de Olinda Nova, no qual o coordenador do Núcleo Diretivo tinha residência fixa. Ficou definido de acordo com o Regimento Interno que a sede seria itinerante, isto é, a sede permaneceria no mesmo município onde o coordenador do Núcleo Diretivo residisse. A mudança de sede só poderia ocorrer por decisão da Assembleia Geral pelo voto de metade mais um de seus membros de acordo com o Regimento. Quanto à definição do local da sede, nunca houve problemas nessa questão. Até o período da pesquisa, dois

locais haviam sido escolhidos como sede; Olinda Nova e Penalva.

Um fato importante a se destacar, é que o N. Diretivo se preocupava em realizar cada reunião em municípios diferentes, para possibilitar a participação de um numero maior dos cidadãos e das entidades locais, embora nem sempre surtisse efeito positivo.

De acordo com o MDA/SDT, os projetos territoriais são iniciativas territoriais com metas específicas, apoiadas com recursos públicos de investimentos federais em obras, empreendimentos, máquinas, equipamentos e outros bens necessários para o fortalecimento da agricultura familiar, com destaque para os aspectos econômicos, sociais, culturais, sendo todos coerentes com a proposta do PTDRS.

No TR Campos e Lagos, o processo de definição e divisão dos projetos por município, aconteceu numa Plenária Territorial, coordenada pelo Formação na qual estavam presentes representantes dos municípios e o Articulador Estadual, o qual apresentou as orientações do MDA/SDT para o processo de indicação, elaboração e os trâmites dos projetos territoriais para os anos 2009 e 2010. Foi apresentada a matriz consolidada do PTDRS a qual subsidiou a definição dos projetos estratégicos territoriais pois a matriz evidenciava as necessidades, as demandas de cada município.

Estes projetos estão incluídos no PTDRS e se enquadram nas seguintes ações: infraestrutura e serviços territoriais; capacitação; apoio às entidades associativas e cooperadas; apoio às iniciativas de comércio e desenvolvimento de negócios; e cooperação horizontal e institucional. A vinculação dos projetos com o PTDRS e a sistemática de escolha dos projetos acaba por eximir o MDA da suposta responsabilidade de estabelecer a priorização dos projetos – apenas supostamente, pois acaba por fazê-lo no momento em que define o próprio programa e as linhas de financiamento que poderão ser acessadas pelo território, visto que já os recebe em acordo com as ações orçamentárias que podem executar.

Após a apresentação, aconteceram os trabalhos em grupo para discussão dos projetos que seriam priorizados pelo Colegiado, a metodologia utilizada era que cada equipe dos municípios, discutissem e entrassem em consenso e definissem qual projeto seria melhor para alavancar as condições da economia local e do território. Foram eleitos 08(oito) projetos específicos a principio para execução. A localização dos oito projetos foi definida levando-se em consideração alguns critérios; a potencialidade do município, a localização e o acesso á malha viária. Isso tudo sem perder de vista a visão macro de território e não restrita e diminuta de município.

Embora tenha sido um exercício inovador para os sujeitos, pensar além do que está colocado como real e imutável historicamente, era pensar para além do horizonte. Assim, os projetos foram definidos por prioridade e de acordo com a demanda e localização, 08 (oito) projetos para o Proinf 2009/2010. (ANEXO V)

Depois de definidos, havia a necessidade de elaborar os projetos, dessa forma, a equipe seguiu sequencia de aplicação dos critérios básicos da política, sendo a responsabilidade na elaboração dos projetos territoriais do corpo técnico do território, que nesse período estava incompleto na sua composição, mas, mesmo sendo os trabalhos e vagarosos, conseguiram elaborar os projetos. Não houve a participação dos técnicos das prefeituras, pois são contratados temporariamente e não ficam nos municípios, como coloca esse entrevistado.

“os projetos que vem pelos prefeitos é difícil, por que nós do colegiado nem sempre temos o responsável dentro dos municípios, estão sempre em S. Luiz onde os prefeitos moram e tem o poder de para mudar alguma coisa”.
(W.G. São Bento – Representante do STTR)

Após elaborados os projetos, eram avaliados pelo CODETER e enviados ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, formados por órgãos estaduais como a AGERP e órgãos afins. Depois, os projetos são enviados ao MDA/SDT que faz uma avaliação técnica dos projetos, tendo em vista sua viabilidade. Depois de aprovados, os projetos voltavam aos territórios para seguir na execução dos mesmos. Na fase de execução, já nos municípios são realizados contratos de pessoas e empresas nas localidades.

Na sequencia, acontecem às etapas de Supervisão da execução física e o Controle da execução financeira que são realizados durante o processo de construção dos projetos, ficando sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal, como parte do acordo com a SDT.

Assim, na etapa final, o cumprimento das metas e dos impactos territoriais sociais atribuídos aos projetos faz parte do Processo de Avaliação dos Resultados que vão além da execução, e devem corresponder ao verdadeiro sentido econômico e social dos projetos.

Os projetos do Proinf, quando não são aprovados pelo MDA/SDT, são reelaborados e reenviados para esse órgão no ano seguinte, dessa forma, anualmente os projetos podem ser reapresentados.

Do total de oito (08) projetos enviados anualmente ao Proinf, apenas dois (02) projetos estão ainda na fase de construção; a Agroindústria de Beneficiamento da mandioca em São Bento e a Agroindústria de Pescado em Matinha, os outros projetos, não tiveram êxito por motivos diversos que podem ser: terrenos com problemas de

regularização fundiária, localização inadequada do terreno para construção e o mais recorrente que é a inadimplência das prefeituras que impedem ou dificulta a aprovação dos recursos.

Assim, desde 2009, sendo já passados (06) seis anos de existência do território, constatou-se que dos projetos aprovados pelo Proinf, nenhum está finalizado, isso significa dizer que, desde que o território foi homologado até os dias atuais, ainda não tem um projeto em funcionamento no território. Dificuldade similar são os projetos anuais da Proinf.

Podemos assim resumir que, a proposta do Programa de Desenvolvimento via projetos estruturantes ainda não se consolidou no território. Isso demonstra que o desenvolvimento propalado pelo programa, ainda não se estabeleceu e esse viés pode ter sido causado pela própria gestão municipal que coloca entraves a esse desenvolver ou ainda pela própria legislação burocrática do programa quando restringe o repasse de recursos para os órgãos estatais, devido à falta de um ordenamento jurídico mais claro sobre as organizações sociais. E aí os projetos acabam tendo como proponentes as prefeituras municipais. Desta forma, as entidades dependem em grande medida de prefeituras para a assinatura dos contratos e da liberação de contrapartida, relegando às outras entidades o papel de “parceiras no projeto”, consolidando a centralidade dos órgãos estatais na intervenção no território.

Evidencia desse fato no território foi exemplificado quando da entrevista com o coordenador do território, o mesmo nos relatou todo o processo que aconteceu com relação a não aprovação dos projetos do Proinf/2014, relatou o descaso, a inoperância, a dificuldade de diálogo e principalmente a falta de apoio do órgão federal na aceitação dos projetos territoriais simplesmente por uma questão temporal. Ele como representante do território, expressou sua indignação a esse fato redigindo uma carta repúdio e enviando ao MDA de Brasília. (ANEXO VI)

4. DESAFIOS DA POLITICA NO TERRITÓRIO CAMPOS E LAGOS

Nesse capítulo discorremos sobre os vários desafios que o Território Campos e Lagos enfrentou para se consolidar. Inicialmente abordamos sobre o primeiro desafio do território que foi a de realizar o processo de gestão colegiada entre sociedade civil e poder público em todos os níveis. Discorremos ainda sobre o outro desafio que foi o processo de elaboração dos Pat's, plano que orienta as ações territoriais durante o ano. Por ultimo, destaca-se o desafio de construção do PTDRS, plano que norteia as ações do território por tempo mais prolongado.

4.1 GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO

Nesse momento é necessário fazer uma rápida abordagem sobre o conceito de Gestão social, que iniciamos com o conceito de Silva Jr. *et. al.*(2008, p.16), onde o mesmo coloca que as mudanças são necessárias e considera relevante a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão, já fazendo alusão ao empoderamento da mesma. E escreve:

A discussão da gestão social do desenvolvimento se dá, hoje, no contexto de drama e de urgência. Outro mundo é possível sem dúvida, mas são necessárias mudanças nos processos concretos de tomada de decisão, priorizando sempre os dois grandes objetivos de redução da desigualdade e reequilíbrio ambiental. A orientação básica é que precisamos organizar com muito mais força a presença da sociedade civil no processo.

A gestão social não significa apenas gerir a coisa pública, vai muito, além disso, significa administrar, cuidar dos interesses sociais, colocando-os em consonância com o objetivo principal de compartilhar o poder de decisão, sobre o que pode ou não ser dialogado, decidido e feito entre o Estado e a Sociedade civil. A gestão social é entendida pelo MDA como:

o processo através do qual o conjunto dos atores sociais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento, mas sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a mobilização desses agentes e fatores locais até à implementação e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação de políticas e projetos. Gestão social implica, assim, um constante compartilhamento da responsabilidade pelos destinos do território (Brasil, 2005a, p. 10).

Fica evidente que nesse conceito de gestão social esboçado pelo MDA, é apoiado no “capital social” existente nos territórios, baseado nos laços de identidade, de confiança e de colaboração que há entre as forças locais.

Como instância política deliberativa, o Colegiado Territorial constituiu-se como o eixo central da gestão territorial, onde a participação se efetiva e se realiza o “ciclo de gestão territorial”, envolvendo dimensões como: negociação, deliberação, participação, planejamento, organização, direção, implementação, monitoramento e finalizando avaliação. Por meio da gestão o território é conduzido a tomar decisões que favoreçam o processo de desenvolvimento a partir de ações coletivas e compartilhadas entre sujeitos e instituições, mais especificamente, Sociedade civil e Estado, que visam dar os rumos mais adequados ao território, considerando suas potencialidades e vulnerabilidades, visando manter as características de identidade territorial para fortalecer suas bases econômicas, sociais, culturais, institucionais.

Entretanto, durante o processo de gestão, as orientações dadas pelo programa nem sempre foram levadas a termo pelo menos por uma das partes envolvidas, acabando a gestão se tornando um peso apenas para uma das partes, sendo bem difícil para quem estava à frente, pela falta de bom senso nas tomadas de decisões, pela falta de envolvimento, comprometimento e cumprimento de realização das ações territoriais, talvez pelo fato de alguns participantes ainda continuarem com um pensamento fechado e diminuto sobre a sua atuação na escala espacial do território, isto é, tendo um pensamento localizado apenas no espaço municipal e não no sentido macro territorial.

Essa distorção na prática gerencial está impregnada na difícil realidade do TR Campos e Lagos, realidade heterogênea e complexa da Baixada Maranhense, que é marcada pela existência de níveis de desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais que produzem uma variedade de conflitos seja a nível fundiário, seja político ou de interesses particulares de grupos e de classes sociais, o desafio com o qual se defrontou o Núcleo Diretivo do território para realizar a gestão pública foi árdua.

No organograma de gestão dos territórios, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER, do TR Campos e Lagos, foi reconhecido pelo CEDRUS /MA E CONDRAF, MDA/SDT. Entretanto, é importante lembrar que anterior a constituição do colegiado, foi organizada uma Comissão de Iniciativas de Ações Territoriais – CIAT, composta de representantes dos municípios, que tiveram a responsabilidade de fazer a análise propositiva do modelo de Regimento interno e do Modelo de Ata que deveria ser trabalhado posteriormente no colegiado para aprovação.

Na Gestão do TR Campos e Lagos, o Colegiado é a principal instância, ele coordena as sessões plenárias que contam com a participação do: **Núcleo Diretivo**, instância que têm a função de coordenar as ações definidas no Plano Anual, coordenar as reuniões, plenárias e assembleias, articular os atores sociais e instituições para execução das ações; o **Núcleo Técnico**, que cuida do apoio técnico aos projetos territoriais; as **Câmaras Temáticas**, cujo papel é de dar suporte às ações de apoio à implementação do Plano, propondo, dialogando e articulando temas específicos, executando ações paralelas e específicas de cada câmara.

No início, o Núcleo Diretivo do Território depois de formado, foi coordenado por representantes da sociedade civil e do poder público, onde contou também com colaboração dos técnicos da ONG Formação, fazendo o apoio externo ao Núcleo Diretivo nas ações territoriais. O apoio do Formação se deu através do apoio na elaboração da agenda mensal do colegiado, na mediação das reuniões territoriais, na orientação das assembleias geral e acompanhamento nas visitas ao MDA, bem como na construção de material didático sobre o território.

As reuniões iniciais aconteciam obedecendo a agenda do colegiado que era construída coletivamente. Havia um esforço grande dessa instância para manter a coesão nas discussões, decisões entre os diferentes entes, já que os interesses eram diversificados. Logo no início, as reuniões eram periódicas, com o passar do tempo e as dificuldades de varias ordem foram aparecendo, a frequência das reuniões foram

diminuindo, como colocaram os entrevistados.

“no início, as reuniões eram periódicas, a gente saía de uma, já marcava a outra em outro município, para envolver todo o território,. . . agora estão desarticuladas as reuniões ”. (M. M. Viana– Representante de Igreja católica)

“ hoje, as reuniões não seguem um cronograma sistemático, não tem uma agenda construída coletivamente, antigamente eram organizadas e todos sabiam de tudo...” (A. C. Matinha – Representante da sociedade civil)

O Núcleo Técnico do Colegiado tinha a responsabilidade de pensar e elaborar os projetos de cunho variados para o território. Essa instância tardou a se compor, ou melhor, até o final da pesquisa, não encontramos sequer um técnico no território. Assim, pode-se asseverar que as câmaras temáticas ainda não haviam se consolidado. Os motivos podem ser os mais variados: talvez a desinformação sobre essa instância, disponibilidade de tempo, desinteresse ou descrédito dos técnicos em formar uma equipe que prestasse um serviço voluntário e solidário aos projetos e também às comunidades sem receber retorno financeiro. Isso contribuiu de certa maneira para retardar as ações que poderiam contribuir com o território como a elaboração de projetos estruturantes e de outras atividades afins.

Quanto as Câmaras Temáticas, foram inicialmente criadas em numero de 03 (três): meio ambiente, depois foram criadas outras, porém nem todas estão ainda em funcionamento. Algumas delas não têm sequer um quadro mínimo de membros e as reuniões acontecem minimamente durante a reunião do Núcleo Diretivo. Para compor as câmaras, foram convidadas pessoas que tinham afinidade com a temática ou trabalhavam em atividade similar ao tema, porém, poucos sujeitos se habilitam. É importante ressaltar que o trabalho nas câmaras é voluntário e solidário, os participantes não recebem nenhum tipo de remuneração.

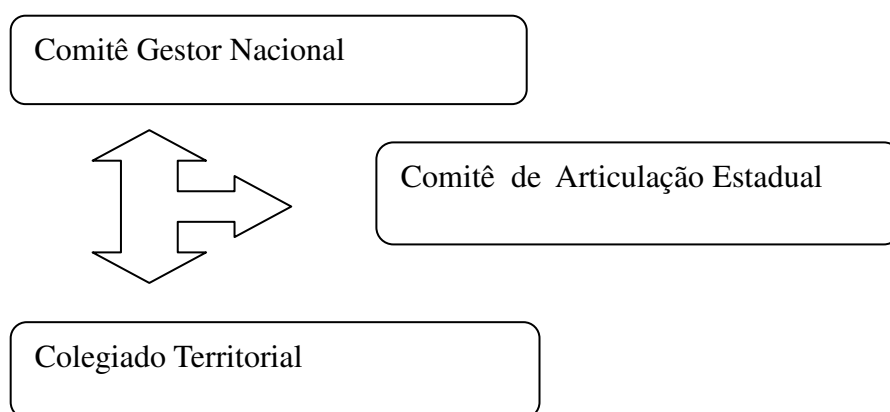
Enfim, o que constatamos no território foi a fragilidade de funcionamento das mesmas, quanto a capacidade humana, técnica e instrumental. Quase nenhuma ação com resultados efetivos havia sido feita após o funcionamento das câmaras temáticas no território.

De acordo com o Programa Territórios da Cidadania, o que ficou estabelecido quanto à forma de gestão é que essa atividade deveria ser realizada por meio de 03 (três) instâncias: na Esfera federal constituída pelo Comitê Gestor Nacional; na estadual, realizada pelo Comitê de Articulação Estadual e na esfera municipal pelo Colegiado Territorial.

E aí observa-se que a gestão é construída de forma descendente, isto é, sempre no sentido de cima para baixo ou seja, do ministério em direção ao agricultor. Porém esse formato de gestão não tem o objetivo de discutir a política em si, mas de determinar a atuação de atores locais através do controle social.

Na figura 4 na página seguinte, vemos a distribuição espacial das três esferas com sua ordem de gerenciamento em nível escalar.

Fig. 04: INSTÂNCIAS DA GESTÃO COLEGIADA



Fonte: MDA/SDT, 2009

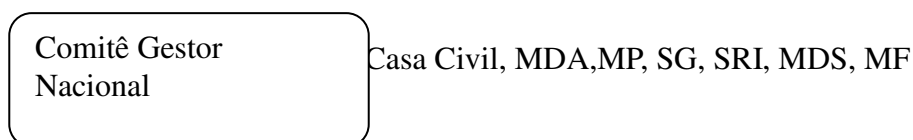
Para entender mais sobre as (03) três instâncias envolvidas no processo de gestão, destacamos a composição de cada uma delas e suas atribuições no funcionamento do processo de gestão social que acontece nos territórios.

O Comitê Gestor Nacional localizado em Brasília é a instância maior desse tripé, ele é composto de: Secretários Executivos de todos os Ministérios que compõem o Programa. As atribuições desse comitê são: aprovar diretrizes, organizar as ações federais, adotar medidas para execução do Programa, avaliar o Programa, mobilizar

atores federativos, e por último, definir novos territórios.

O Comitê de Articulação Estadual tem caráter consultivo e propositivo sendo suas atribuições: apoiar a organização e mobilização dos colegiados, apresentar ou articular ações para o programa, acompanhar a execução do programa, fomentar a integração das diversas políticas públicas nos territórios, apresentar sugestões de novos territórios e auxiliar na divulgação do programa. Esse comitê é composto por: todos os órgãos federais parceiros do programa, todos os órgãos estaduais indicados pelo Estado, até 02 (dois) prefeitos de cada território do Estado.

O Colegiado Territorial tem na sua composição: representantes das três esferas de governo e também da sociedade civil de cada Território. Ele deve ter uma



coordenação executiva, com uma composição paritária. As atribuições do colegiado são: elaborar ou aperfeiçoar o Plano de Desenvolvimento do Território, promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais, contribuir para qualificação e integração de ações, ajudar na execução das ações e identificar ações a serem priorizadas, exercer o controle social do Programa e finalmente, dar ampla divulgação sobre as ações do Programa.

Na figura 5, está colocada a Estrutura da Gestão, com alguns de seus atores mais atuantes, especificamente os constituintes do Comitê Gestor Nacional e do Grupo Interministerial de Acompanhamento e Execução.

Fig.05: ESTRUTURA E CONSTITUIÇÃO DA GESTÃO

Grupo Interministerial

Casa Civil, MP, MF, MDA, MEC, SDH, M.Cid.
MAPA, M.Com. MPA,MMA,M.C, MCTI,SPM,
SEPPIR, SG, MS,MJ,MME,MI,TEM,SRI,MDS.

Fonte: MDA/SD

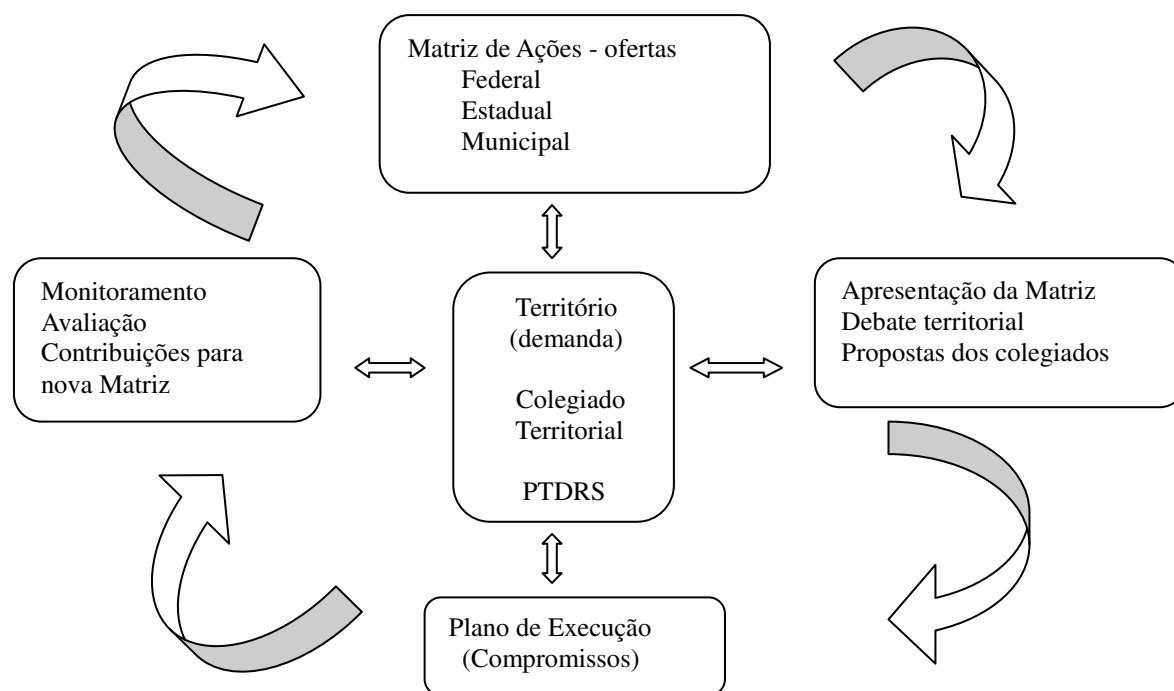
É importante percebermos que na instância maior, o Comitê Gestor, a Casa Civil aparece em primeiro plano significando a força maior, o carro chefe, quem tem o aporte maior de recursos e a competência de chamar os ministérios para cumprir seu papel no processo. O MDA aparece em segundo plano nessa instância, embora seja o coordenador executivo do programa.

Nessas duas figuras anteriores, fica bem evidente a formalização de instituições que possuam a prerrogativa de determinar as ações individuais nada mais é que a legitimação de um governo “do social”, e não pode ser confundido como inclusão política dos indivíduos nos centros de decisão. Além disso, a gestão social nesse caso é construída somente de forma descendente – em última análise, do ministério em direção ao agricultor. Porém, ela não tem o objetivo de discutir a política em si, mas tão somente de determinar a atuação dos atores locais por meio do controle social. Essa unilateralidade das ações fica evidente também quando do envio da Matriz (já definida) aos territórios.

O Ciclo da Gestão Social proposto pelo MDA mostra que a gestão social é um ciclo contínuo e retro alimentador que precisa ser sistematicamente acompanhado e avaliado em seus objetivos e resultados. A ideia de ciclo pode ser visualizada na figura 6, onde vemos a distribuição espacial das três esferas com sua ordem de

gerenciamento em nível escalar.

Fig. 06: CICLO DA GESTÃO TERRITORIAL



Fonte: MDA/SDT, 2009

O Ciclo de gestão pode ser detalhado da seguinte forma; anualmente, o governo federal via MDA/SDT envia a Matriz ao território a qual contém um demonstrativo de ações e o quantitativo de recursos previstos para execução das ações em um ano. Nela está contemplado o conjunto de ações territorializadas, com propostas de áreas a serem trabalhadas, com os órgãos e os ministérios de apoio, bem como as metas físicas e financeiras para cada ação.

Essa matriz já pré-estabelecida pelo ente federal, chega ao colegiado onde os sujeitos trabalharam seu conteúdo, realizando debates e discussões para definição e surgimento das propostas qualificadas do território. Esse momento é de suma importância, pois apesar de já está pré-estabelecida, é nessa fase onde os sujeitos ajustam as demandas e necessidades do território, onde são definidas as ações a serem implementadas nos municípios, sendo esse um dos momentos onde a participação cidadã se efetiva nas bases da sociedade civil. É nesse momento que ela exerce seu “empoderamento e protagonismo” de requerer para o território ações de efeitos estruturantes e que possibilite o desenvolvimento comum, mesmo que encontre

entraves para isso. Após esse momento, as propostas são enviadas ao MDA/SDT. Entretanto, algumas críticas foram colocadas contra esse formato de matriz usada pelo MDA.

“quando ela chega pra gente discutir, as coisas já vêm amarradas. Olha, o que tá colocado pra vocês é isso aqui, dentro dessa área, a gente tem só que dizer; quanto é, como vai ser, para quais municípios, então é assim, a política federal que está chegando em todas as áreas, a gente só faz ajuste”. (Z.T. Vitoria do Mearim – Representante da Sec. Agric.)

“se pensar de fato como deveria ser, teria que vir não de lá para cá, mas, a gente fazer as propostas de acordo com o que o território precisa”. (F.O. São V. Ferrer –Professor da rede pública)

“não foi uma política pensada na base, o novo formato é muito bonito e parece bom, o organograma da política é excelente mas, não funciona tão bem assim...” (A.D Cajari – Representante da sociedade civil)

No momento seguinte, avança o Ciclo de Gestão para a fase de comprometimento e de apoio logístico dos gestores e das instituições, tanto em nível municipal como estadual, passando pelo planejamento e seu desdobramento em planos e projetos específicos, seguindo para o nível da articulação das políticas e dos instrumentos necessários, para dar vida a esse plano, mediante sua execução.

A fase final é a de monitoramento e avaliação das ações territoriais, num processo de ação e reflexão sobre as ações realizadas. Esse processo, sempre irá ensejar a atualização da visão de futuro (feita no início do plano), os diagnósticos analíticos sobre os entraves, os retrocessos e avanços durante o processo, irá também contribuir para que seja concebido o desenho para uma nova matriz e assim, sucessivamente finalizando e iniciando, sempre ocorrerá um novo ciclo que resultará do balanço dos resultados do ciclo anterior.

Os resultados esperados de acordo com o programa deveriam ser: acordos de integração por parte dos prefeitos e instituições; compromissos de apoio logístico e de participação formalizados; a participação das organizações da sociedade civil mobilizada e representada; corresponsabilização da população na definição de diretrizes, sujeitos locais comprometidos com o processo de desenvolvimento; interesses coletivos expressos com os respectivos grupos e segmentos devidamente representados e comprometidos com o processo de desenvolvimento territorial.

O resultado deste movimento de descentralização proposto pelo programa sendo muito mais administrativo do que político é a tentativa de que os municípios se enquadrem aos critérios definidos pelas políticas nacionais para que possam receber os

recursos oriundos do âmbito federal, ou seja, de se organizarem de forma subalterna aos interesses do governo federal.

Quanto à organização da gestão, o MDA enfatiza que não significa apenas a divisão de responsabilidades, ele exige o comprometimento de todos os interessados no desenvolvimento do território, estabelecendo-se uma corresponsabilidade na execução das atividades, assim como na obtenção dos resultados. Assim, para obtenção desses resultados, os cidadãos, compromissados com o desenvolvimento são os responsáveis pelas cobranças, acontecendo dessa forma o *controle social*, que é feito pelos membros do colegiado através dos meios tecnológicos como também no acompanhamento das atividades no município, esse controle é feito em menor proporção pelos moradores dos municípios.

Com relação ao controle social dentro dessa política, ele é colocado como principal estratégia de intervenção. O programa estabelece uma relação direta entre o controle da forma como os atores se relacionam e o sucesso do projeto, isto é, quanto maior o controle sobre a dinâmica social, maior a previsibilidade da ação assim, será maior a possibilidade de adequação da dinâmica às necessidades do projeto.

Ao configurar um território onde tudo vale, o que o governo realmente pretende é configurar um **controle** sobre todos os aspectos da vida social dos cidadãos. Por isso no conceito de território que foi adotado pelo MDA é possível encaixar cultura, meio ambiente, economia, políticas sociais e toda uma ampla gama de aspectos da vida social dos cidadãos.

Por outro lado, no território, o controle social (por outro ângulo) é realizado pelos componentes do colegiado e cidadãos nas varias formas e na medida do possível. Seja através da fiscalização do uso dos maquinários que chegam ao território, no monitoramento via internet dos recursos a serem repassados ao território através projetos e outras ações que são realizadas localmente.

Entretanto existem opiniões por parte dos cidadãos a essa forma de acompanhar o programa nos territórios, sendo também um controle social, como coloca um entrevistado:

“o Mda joga as coisas pro município e não acompanha... parece que não dá valor ao nosso território, ninguém aparece, eles tem que ter mais ajuste junto com a gente”. (J.S. São João Batista – Representante do STTR)

Uma das formas disponíveis de fazer o controle é através da internet, no site Portal da Cidadania e em outros disponíveis, que constitui-se uma ferramenta

pela qual permite que os cidadãos acompanhem o andamento das ações previstas no Programa para os territórios, bem como a aplicação dos recursos financeiros. Os balanços anuais da execução física e financeira por território são publicados anualmente.

Outra forma de controle social feita pelo colegiado bem mais perto e nos próprios municípios é através o uso das câmaras de vereadores para fazer pressão ou reclamação aos órgãos. É o que coloca os entrevistados.

“O colegiado tem cobrado aqui na câmara, a presença do Delegado Regional que viesse mostrar ao poder público a finalidade dos equipamentos e maquinários.... mas, até agora nada foi feito, pois não houve resposta, mas nos vamos continuar cobrando” (R.S. São Bento – Gestor da C.M)

“O que o colegiado faz é brigar e pressionar, o que a gente pode fazer a gente faz”. (R.F. Cajari – Representante da sociedade civil)

Teoricamente, todas as orientações do MDA na realização da gestão são pertinentes, entretanto, na prática nem sempre acontecem de acordo com os desdobramentos da política territorial. Os acordos nem sempre são cumpridos, as responsabilidades no apoio, principalmente por parte dos prefeitos nem sempre são efetuadas, havendo certo descaso com o cumprimento do que havia sido definido, senão vejamos pelas entrevistas.

“acho que as instituições lá em cima, parece que dão tanta prioridade ao gestor municipal e é onde o gestor não tá nem ligando quase para esse andamento, porque ele não dá prioridade e ouvido, porque ele não quer ver a sociedade civil informada, ele acha que vamos prejudicar ele quando não fizer o correto e ele fazendo do jeito dele, alcança o que é melhor pra ele e não pra sociedade”. (J. C. Olinda Nova – 1º coordenador do colegiado)

“ a gente vê uma ausência grande do poder público com relação ao território” (R.F Viana – Representante de organização social)

O Apoio Técnico ao território se deu através de dois apoios técnicos, que foram fundamentais para o desempenho das ações territoriais no TR Campos e Lagos o Articulador Estadual e o Assessor Territorial bem como a assessoria técnica da Base.

A Assessoria Territorial (S.M.) realizava algumas atividades como: acompanhamento e desenvolvimento das ações e reuniões territoriais, visitas técnicas e articulação das entidades locais, estimulando-as à participação social. Realizava a interlocução entre MDA/SDT e entidades de apoio com as organizações do território. Elaborava planejamento das ações junto com o Núcleo diretivo, etc.

O Articulador Estadual (W.M.) representava o MDA no território, participava das reuniões, auxiliava o núcleo diretivo na construção e elaboração de

ações mais complexas, fazia interlocução entre MDA e território, apoiava nas mediações com entidades estaduais, participava das ações no território, etc. Logo no início, a presença era constante desse profissional nas reuniões, entretanto, depois de certo tempo, a ausência do mesmo foi bastante sentida, não havendo mais retorno do articulador do MDA ao território por quase (02) dois anos.

Em meados do 2011 até 2012, no período de transição dos governos federais, aconteceram mudanças na política nacional em nível de ministérios, tanto no MDA como em nível das Secretarias estaduais. Essa mudança ocasionou uma paralisação nas ações do MDA, causando contratempos na execução das ações no território, ficando os territórios sem as devidas explicações nem o que estava acontecendo por um longo tempo. O Delegado Federal do MDA no Maranhão confirmou esse fato na sua entrevista:

“houve um período em que o MDA passou por mudanças e reformulações na política territorial, desde o final de 2010 até 2012, ficando sem muitas atividades nos territórios. Os articuladores estaduais não foram mais contratados e a forma de contratação dos mobilizadores territoriais passou a ser Regional e não mais Estadual, por isso, os técnicos foram contratados por uma organização do Estado do Ceará e não do Maranhão”. (N.J. Delegado do MDA)

As consequências dessa paralisação para os territórios foram complicadas, pois durante esse período as atividades territoriais não aconteceram com muita frequência, pois não havia repasse de recursos aos territórios para execução das ações.

No TR Campos e Lagos, algumas vezes o MDA/SDT foi convidado a participar das reuniões e plenárias territoriais, inclusive na assembleia de renovação do Colegiado mas, não compareceu. Inicialmente não foi dada nenhuma explicação oficial da instituição aos territórios.

4.2 PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PAT E PTDRS

Depois da estruturação do Colegiado, a elaboração do PAT (Plano Anual de Trabalho) territorial foi necessária. O PAT foi o documento que orientou os territórios no início das atividades e durante todo o ano. No plano estavam descritas e detalhadas todas as ações que iriam ser desenvolvidas no território em um ano. Todo ano, os territórios elaboram seus PAT'S para apresentação junto ao MDA\SDT.

Para elaboração do PAT, o MDA/SDT enviou um documento padrão para as entidades executoras, que no caso do TR Campos e Lagos, foi a ONG FORMAÇÃO, que já orientava os trabalhos no território e desenvolvia um projeto social em vários municípios da Baixada. O PAT foi elaborado de acordo com as orientações do MDA/SDT. (ANEXO VII).

A elaboração do documento foi feita coletivamente, pelos profissionais da entidade juntamente com os membros do colegiado. Nessa construção foram detalhadas todas as atividades que dariam suporte a implantação da Política no território, inclusive com seus respectivos valores e quantitativos.

Após a elaboração final do plano, ele foi enviado à SDT para apreciação. É importante se colocar que nenhuma entidade tinha conhecimento ou familiaridade com a documentação padrão da nova política territorial. Assim, por esse desconhecimento, por algumas vezes o trabalho teve idas e voltas para ajustes devido a excessos de detalhes burocráticos exigidos pelo MDA/SDT que tornou o processo um pouco cansativo, já que poderia ter ocorrido sem muitos atropelos. O PAT 2008 do TR Campos e Lagos começou a ser executado imediatamente no território (no segundo semestre), antes mesmo da homologação do território e dos recursos chegarem para execução das ações territoriais. O apoio nesse momento foi dado pelos recursos do projeto social que estava em andamento no território – Projeto Jovem Cidadão. Pelas orientações da SDT, todas as ações descritas no plano deveriam ser executadas mesmo que ultrapasse para o ano seguinte.

O PAT do TR Campos e Lagos do ano de 2008 tinha como meta: Assessorar à Implantação da Política de Desenvolvimento Territorial da SDT / MDA no Território. Para dar suporte a implementação desse objetivo, o projeto tinha 04 (quatro) metas a serem executadas como podemos ver no anexo. (ANEXO VIII)

Para execução das atividades do PAT, o governo liberava os recursos em parcelas. Assim, depois de liberada a primeira parcela, as seguintes seriam condicionadas mediante a prestação de contas que era feita diante da apresentação do REA (Relatório de Execução de Atividades). A SDT enviou uma equipe para orientar as organizações no preenchimento do relatório. Esse relatório era padrão, enviado pela Caixa Econômica Federal (CEF) para ser preenchido e devolvido. Esse processo acontecia a cada final de parcela. A devolução era feita somente via internet. Não havia um setor da SDT ou da CEF localmente, responsável por essa pasta e que dirimisse as

duvidas no preenchimento As interlocuções com a SDT (em Brasília) normalmente eram feitas somente via telefone ou internet. Esse foi um problema enfrentado por todas as organizações na prestação de contas e que dificultou o andamento da política.

A cada final e início de ano, acontecia um problema real enfrentado pelas entidades executoras que repercutia nas ações territoriais: havia uma expressiva demora no retorno a essas atividades. Essa demora era ocasionada pela burocracia da CEF em liberar os recursos das parcelas do PAT, ficando assim o território sem a assessoria técnica dos profissionais e da execução das ações, ocasionando um esfriamento e desestímulo na caminhada. Isso repercutiu na diminuição da frequência dos sujeitos da sociedade civil nas reuniões do colegiado, pois havia uma carência de recursos para promover a articulação dos sujeitos no âmbito territorial. Ficando assim as reuniões esvaziadas, com baixa participação dos sujeitos e das entidades. Isso se justificou pelo fato de que eram disponibilizados recursos para cada evento, como pagamento de transporte, alimentação e hospedagem aos participantes das atividades caso fossem de outros municípios.

O pagamento relativo ao deslocamento do participante era feito logo após o término de cada evento, mediante apresentação das notas fiscais relativas aos gastos efetuados pelo participante ou pela equipe de cada município. A apresentação da Nota Fiscal como condicionante ao pagamento foi outro grande problema enfrentado pelas entidades executoras, já que nos municípios da Baixada, não era comum o uso da nota fiscal nos meios de transportes e comércios, assim como na grande maioria dos serviços prestados como restaurantes, hospedarias ou hotéis.

O PTDRS era o plano que continha as ações que seriam desenvolvidas no território a longo prazo. Ele expressava a opinião e a vontade dos atores inseridos no processo de luta territorial, contendo uma visão de futuro a ser concretizada.

De acordo com as orientações do MDA/SDT, no Guia para Planejamento, o PTDRS era assim definido:

PTDRS é um instrumento que expressa a síntese das decisões que o conjunto de atores sociais em conjunto com o Estado alcançou num dado momento no processo de planejamento do desenvolvimento territorial. Torna-se a partir daí, um dos instrumentos para gestão participativa do território, pois contém as diretrizes e estratégias que nortearão os rumos do

A elaboração do PTDRS aconteceu de forma similar ao PAT, onde o MDA/SDT enviou novo Guia de Orientação à entidade para auxiliar na construção do mesmo.

No TRCL antes da construção do plano, no ano de 2005, período bem anterior à implantação do Território Campos e Lagos, foi criada na Baixada Maranhense, uma organização local que pudesse coordenar o diálogo entre os municípios que foi a Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS, que sob a orientação da ONG Formação, elaborou um Plano de Desenvolvimento para o bloco de 10 (dez) municípios (é importante colocar que a política territorial nesse período ainda não havia sido criada). Debates aprofundados entre os Secretários Municipais e organizações locais, onde ocorreu uma dinâmica de planejamento coletivo numa tentativa de apreender a realidade, considerando as diferenças, as especificidades, as potencialidades, os níveis de organização e de interesses de cada município objetivando a construção do plano.

Assim, baseado nesse marco inicial e de acordo com o Guia para Elaboração do PTDRS, a metodologia prescrevia que na situação do TR Campos e Lagos, poderia ser feita uma adaptação no marco inicial, conforme a necessidade do território ou do nível de organização em que se encontrava o território. Nesse caso, o território já se encontrava com certa vantagem, pois já havia realizado duas etapas da metodologia do plano; a preparação e o conhecimento crítico da realidade, por já ter elaborado inicialmente um diagnóstico situacional do território feito pelo Formação.

Diante disso, havia apenas a necessidade de fazer novas pesquisas para atualização dos dados, e fazer algumas adaptações no plano original para a minuta do PTDRS ficar finalizada.

Durante o processo de elaboração do Plano, o Território vivenciou um processo de planejamento participativo que contou com representantes de quase todos os municípios, incluindo entidades representativas dos agricultores familiares do Território – sindicatos, conselhos, cooperativas, associações, federações etc.; poder público – prefeituras, bem como a população rural, que participou mais ativamente do que o público urbano.

“foi total a participação do colegiado na elaboração do PTDRS, todos discutiam a política, e na câmara da Agricultura foi onde primeiro pensamos os equipamentos, as capacitações e projetos futuros para a agricultura familiar, juntamos todas as propostas e elaboramos o PTDRS”. (G.F. São V. Ferrer Representante da organização comunitária)

A metodologia adotada na construção da minuta do plano, em julho 2010, foi referenciada com base nas diretrizes gerais da estratégia de intervenção territorial concebida pela SDT, que tem como pressuposto a gestão social dos territórios, com vista ao alcance das seguintes áreas de resultados: Fortalecimento de Redes Sociais de Cooperação; Articulação de políticas públicas; Fortalecimento da Gestão social; Dinamização Econômica Territorial. Assim os passos para elaboração foram:

- 1 – Resgate da 1ª sistematização realizada;
- 2 – Sistematização dos dados da nova pesquisa (realizada entre 2008 e 2010) para ser contemplado no texto – como diagnóstico (janeiro a junho 2010);
- 3 – Reorganização do texto-base para apreciação de trabalhadores da agricultura familiar e de outros protagonistas e agentes de desenvolvimento do TR Campos e Lagos, a partir das novas discussões na Baixada e da proposta apresentada pelo MDA para a elaboração dos PTDR's (janeiro a março 2010);
- 4 – Debate desse texto em seminários ou plenárias municipais (foi enviado entre abril e junho de 2010);
- 5 – Realização de plenária territorial específica para aprovação do texto final julho (2010).

(Adib, p. 2, 2009)

Já na ultima fase, a de PLANIFICAÇÃO DO PTDRS, era o momento de aprofundar as discussões do futuro desejado e voltar com essa proposta ao território, para que as organizações locais pudessem colaborar ainda mais nas discussões, enriquecendo o plano, ouvindo, discutindo com os sujeitos, para estabelecer os rumos ao processo de desenvolvimento local.

O PTDRS é constituído por Eixos Aglutinadores, Linhas de Ação e pelos Projetos territoriais, onde são consideradas as seguintes Dimensões: Econômica, Ambiental, Social e Político Institucional. A partir de cada eixo prioritário apontado no diagnóstico e encampado no PTDRS, foram desenhados diversos projetos estratégicos. Todas as ações do território depois da elaboração do PTDRS serão orientadas pelo mesmo.

As DIRETRIZES do plano foram definidas:

- Primar pela eficiência econômica, redução da pobreza, qualidade de vida e aperfeiçoamento das relações políticos-institucionais.
- Trabalhar em sintonia com a conservação do meio ambiente do TR Campos e Lagos.
- Atuar nas áreas estratégicas para consolidação de políticas estruturantes do desenvolvimento econômico, social, cultural e político.

A primeira resenha elaborada pode ser visualizada no (ANEXO IX).

No TR Campos e Lagos, ficou evidente a importância do processo de elaboração do diagnóstico territorial construído anteriormente à formulação do Plano Territorial servindo como base e apoio. O PTDRS foi qualificado pela equipe do Formação com a aprovação do Codeter, apesar da participação das organizações e sujeitos ter sido abaixo do esperado. Embora o território tenha uma diversidade organizacional, que é expressa através do movimento de produtores, principalmente dos agricultores familiares, assentados ou não da Reforma Agrária, de mulheres e, em maior participação, de quebradeiras de coco, de quilombolas, pescadores e entre as principais organizações da sociedade civil que atuam no Território estão: os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, presentes em todos os municípios, a participação foi bastante “acanhada” das entidades nas discussões.

Trata-se de um Plano territorial de dinamização econômica, que propõe a revitalização e valorização do espaço rural e das atividades da agricultura familiar que tem nos agricultores familiares, jovens e cidadãs, representados pelas entidades sociais organizadas, seus principais e verdadeiros protagonistas. O plano propunha ações que seriam materializadas através de projetos que alavancassem a economia do território, para a produção de resultados positivos, a médio e longo prazo, que viessem garantir a melhoria das condições da qualidade de vida da população do território rural, porém, o que percebemos é que a vagarosa dinâmica social dos moradores dificulta-os a sair da lentidão que os embala, na busca de melhores condições de vida.

No PTDRS existem importantes propostas de projetos a serem executados e que têm como foco a questão da sustentabilidade alimentar e ambiental.

Os projetos territoriais específicos exemplificam qual é o verdadeiro investimento público por parte do MDA. Os projetos devem estar incluídos no PTDRS e essa vinculação e a sistemática de escolha desses projetos acaba tirando o MDA da suposta responsabilidade de estabelecer a prioridade nos projetos (apenas supostamente) pois acaba fazendo essa função quando define os limites de financiamentos a serem acessados pelo território.

Projetos de limpeza dos campos e rios e o da criação de alevinos são fundamentais, já que a região onde se localiza o Território possui muito lagos, igarapés e rios, alguns com profundidade suficiente para promover a implantação de tanques para criação de peixes, mas que não são aproveitados pelos agricultores da região, por causa da grande sujeira existente, causada pelos moradores e animais através do uso da criação extensiva de animais. O que se confirma é que até esse momento nenhum desses projetos foi desenvolvido na área.

Na categoria de produtividade, ressalta-se o projeto de construção e aparelhamento de unidades de beneficiamento da mandioca, que não avançou devido a problemas de titulação de terras, deve-se salientar também que o projeto de agroindústria de frutas também não foi desenvolvido.

Um grande desafio para o Território é o projeto de reflorestamento e revitalização de áreas degradadas dos babaquais que são usadas para o plantio de capim na pecuária. Na agricultura, a população local utiliza tradicionalmente o sistema de corte e queima. Após alguns anos de cultivo na terra, passam-na adiante e quando não conseguem outra área, deslocam-se para as áreas urbanas, contribuindo para elevar o inchaço nas cidades. A roça ainda é feita de forma tradicional (do tôco) com uso de pequenas queimadas feitas pelo agricultor, que apesar do uso do fogo, respeita o tempo de pousio e plantio da terra, Daí a necessidade de projetos de aprendizagem de novas técnicas de plantio e capacitações na área da Educação Ambiental para preservação do meio ambiente.

Na categoria de produtividade, os projetos de ampliação e aparelhamento de unidades de beneficiamento da mandioca não foram avante por conta de problemas com a titulação de terras ou questões burocráticas.

No Eixo Aglutinador nº 01 que se refere a questão quilombola, foi destacada no “Titulação de novas terras bem como a Regularização fundiária”, sendo esse eixo fundamental para garantir aos trabalhadores acesso a terra, a produção e ao sustento da família. Eixo bastante trabalhoso e complicado, pois o andamento na regularização das terras no território pelas instituições é vagaroso e se arrasta com a burocracia do INCRA.

Enfim, com relação ao cumprimento do PTDRS no TR Campos e Lagos, as suas ações os projetos previstos no PTDRS na sua maioria ainda não foram implantados. A execução do plano é lenta e se arrasta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRONAT é uma experiência inovadora e pioneira no Brasil, uma política pensada como um processo contínuo e não sendo mais uma política fragmentada. A ideia que é defendida pela política territorial é que “o Programa Território da Cidadania” transforme-se numa Política de Estado o que seria de interesse dos governantes, pois a permanência de uma estrutura institucional com vínculos na lógica produtivista, capitalista impede a dinamização dos espaços rurais a partir da adoção da abordagem do desenvolvimento territorial.

Para continuidade dessa política algumas questões tenham que ser ainda modificadas e melhoradas para se perceber a real efetivação da política nos territórios, garantindo assim os objetivos propostos; a redução da pobreza, a diminuição das desigualdades e o combate a exclusão social.

É uma política relativamente nova para a obtenção de mudanças profundas na difícil realidade da zona rural. Por outro lado, avançou no nível de participação concreta dos cidadãos e na maior visibilidade das organizações locais, as entidades e grupos locais, porém isso, está muito abaixo do que havia sido colocado como objetivos a serem alcançados pelo programa.

De acordo com a pesquisa realizada no território, alguns entrevistados não apoiam totalmente a política territorial e colocaram de que muito mais já poderia já ter sido realizado.

Consideramos o Colegiado territorial como principal espaço de diálogo, discussão e principalmente de exercício da gestão social. A consolidação dessa instância aconteceu através do processo de escolha dos membros, na estruturação e nas capacitações territoriais, porém, o reconhecimento dessa instância, o apoio e a parceria por parte dos gestores municipais ainda está longe de acontecer, acarretando problemas que dificultam o caminhar do colegiado, pois algumas decisões dependem do respaldo e aceitação por parte do gestor municipal para concretização.

A gestão colegiada vai ficando comprometida e dando sinais de descompasso, pois, são constantes os embates travados entre o poder público e o colegiado para execução da gestão em diferentes níveis e na maioria das vezes com insucesso, ficando o colegiado sem estímulo e cansado para continuar a luta. Para os cidadãos do território, ter o discernimento de que “o governo e seus aparelhos ideológicos, compromissados com os interesses da classe dominante, detentora dos meios de produção e do poder político, não possibilita e por vezes impede qualquer possibilidade de mudança que possa diminuir o poder que exerce” é difícil.

É tão somente, instrumento que mantém, conserva e reproduz o *status quo*, um espaço de dominação, alienação e, conseqüentemente, de morte dos desejos de mudança”. (SAVIANI, 1985, p. 36)

Diante da consolidação da política territorial, podemos elencar alguns pontos que consideramos como negativos na política:

Um desses é o **excesso de burocracia**, que já instituída nos órgãos governamentais da Caixa Econômica para liberação dos recursos dos projetos do Proinf no território, como as parcelas do PAT para execução das ações, causando com isso a lentidão do andamento dos processos territoriais, que se arrastaram por muito tempo a serem liberados e colocados em prática.

Assim, diante de certo descrédito da política em concretizar as ações devido à demora do recurso pelo excesso de burocracia, começou a ocorrer um esvaziamento nas reuniões pela falta de participação dos sujeitos.

Os critérios definidos pelo MDA para priorização dos recursos com vistas ao desenvolvimento territorial rural são as convergências dos programas públicos e a convergência de interesses da sociedade civil e governos estaduais e municipais, critérios que em parte são levados em consideração na hora de colocar a política em ação.

Um ponto negativo bastante sentido pelo colegiado foi a pouca assistência dada pelo MDA/SDT ao Núcleo Diretivo na figura do articulador estadual. Isso pode se dever as mudanças em nível federal, nos ministérios que desarticularam as chefias estaduais no Maranhão, culminando assim na demora da contratação dos articuladores estaduais e mobilizadores, ficando o território sem orientação técnica, sem a presença do articulador por um tempo longo, sem recursos para realizar as ações territoriais, o que acabou desmotivando a caminhada e ocorrendo um distanciamento entre o MDA e o território.

Um dos entraves ao desenvolvimento dos territórios foram as constantes substituições dos representantes das entidades e das secretarias, nas reuniões e assembleias, bem como as desistências dos representantes de suas entidades nas instâncias do Colegiado. Essa dinâmica de troca de representação, fez com que o repasse de informações, a divulgação das ações territoriais ficassem comprometidas, prejudicando no avanço da participação dos sujeitos, ocorrendo sim, uma diminuição dos participantes provocando um movimento cíclico de descontinuidade das atividades.

Outro problema enfrentado pelos territórios, que dificultou e ainda dificulta

o desenvolvimento das ações; são as pendências fiscais das prefeituras junto ao INSS, visto que esse é um dos pré requisitos para a liberação dos recursos federais, a regularidade das obrigações previdenciárias. Assim, as inadimplências que são bastante recorrentes nas administrações municipais, impossibilita que qualquer projeto seja implantado no município. Esse problema é comum também em todos os territórios maranhenses.

Com relação à demora na execução dos projetos territoriais, algumas justificativas podem ser apontadas como: os projetos elaborados foram apresentados pela equipe sem análises prévia de viabilidade econômica, pois havia grandes problemas de regularização fundiária nas áreas de intervenção, isso, aliado aos problemas de inadimplência das prefeituras impedia o avanço das negociações. Havia ainda o problema das áreas inadequadas para construção dos projetos, etc. Quando confrontamos o quantitativo de recursos que são destinados ao território com os resultados, são bastante acanhados, está muito aquém daquilo que foi colocado pela política de desenvolvimento territorial na superação da pobreza e diminuição das desigualdades.

Em suma, podemos afirmar que alguns cidadãos do colegiado do TR Campos e Lagos, através de sua luta política cidadã, por meio das ações e reclamações, dos encantos e desencantos, têm se esforçado para contribuir com o desenvolvimento do território. Eles têm tentado estabelecer diálogos com o poder público, constituído parcerias com as entidades e exercido o controle social, embora encontrando muitas barreiras e mesmo sabendo que o desenvolvimento está além de suas forças e vontades, pois são conscientes de suas limitações.

Existe uma necessidade concreta de avaliar e repensar questões fundamentais do programa que dificultam o desenvolvimento na área rural, questões como; o aperfeiçoamento nos meios utilizados para a aplicação dos recursos financeiros, a diminuição da burocracia e uma melhor qualificação do processo de planejamento e execução das ações culminando com um controle social mais efetivo por parte do Colegiado Territorial.

Enfim, enquanto o governo trabalhar com a perspectiva do desenvolvimento positivista que é perceptível no referencial teórico do programa o qual buscava a elevação dos índices econômicos e da superação da pobreza, fica evidente que não foram percebidas na prática essas e outras melhorias explicitadas no programa, especialmente no tocante ao desenvolvimento humano e social, através da satisfação das necessidades básicas respeitando as particularidades locais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Representatividade e inovação**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, Brasília, 2005. Disponível em: < [http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/...](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/) > Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

ADIB, ALBERTO R. Guia para o Planejamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. PRONAT – MDA/SDT. 2009.

AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**. São Paulo: Atlas, 2000.

BAIXADA INFORMA. Informativo. São Luiz- MA, nº 1, mar./ago. 2009.

BONNAL, P.; MALUF R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Florianópolis (SC), Agosto de 2007.

BONNAL, P. Território da cidadania, evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural. **Observatório de Políticas Públicas para Agricultura, Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, UFRRJ, nº 14, p.1, fev. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). 2005. “Resolução nº52”, de 16 de fevereiro de 2005. Diário Oficial da União, 17/2/2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005a.

_____. Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para Redução da Desigualdade Social no Meio Rural Brasileiro. Brasília, MDA/SDT, 2007.

_____. **Referências conceituais do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável**. CONDRAF/NEAD, 2003.

_____. **Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Documentos Institucionais, fevereiro. 2005.

_____. **Documento base da etapa preparatória da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília: MDA/CONDRAF, 2007. Disponível em <http://www.fetape.org.br/> > Acesso: 10 de março de 2013.

_____. **Políticas agrícolas e programas para os municípios**. Brasília: MDA/SDT. www.mda.gov.br – prefeitura@mda.gov.br. Por um Brasil. Rural com gente feliz.

_____. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: MDA/SDT, 2005a.

]_____. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** Brasília: MDA/SDT, 2005b.

_____. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais.** Documento Institucional Nº 3. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Novembro de 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/...> Acesso em: 28 de março de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 25 ago. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal 11.445 de janeiro de 2007.** Brasília, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em 25 ago. 2013.

Censo agropecuário 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/> (Censos)... > Acesso em: 02 de junho de 2013.

ENCARTE CAMPOS E LAGOS. Março 2009.

FAVARETO, Arilson. **Retratos das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil.** Documento de trabalho. M 26. Programa. **Dinâmicas Territoriales Rurales.** Rinesp. Santiago. 2009.

_____. **A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural.** In: I Encontro da Rede Rural, Niterói, p.01-23, 2007.

FERNÁNDEZ, V.R.; AMIN, A.; VIGIL, J.I. Discutiendo el desarrollo regional: desde la emergencia y la institucionalización de la nueva ortodoxia hacia su reconsideración. *In: Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana.* Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008)

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006b.

GUANZIROLLI, Carlos Enrique. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil.** In: Seminário FAO/MDA em preparação da Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural Foz de Iguaçu de 14 a 16 de Dezembro de 2006.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HESPAANHOL Rosangela Aparecida de Medeiros. **A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. The adoption of the territorial perspectives in the politics of rural development in Brazil.** Campo-Território: revista de Geografia Agrária, v.5, n.10, agosto 2010.

Informativo do Território R. Campos e Lagos Maranhense. São Luis-MA. nº 2, março 2010

Informativo do Território R. Campos e Lagos Maranhense. São Luis-MA. nº 3, maio 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contagem da população**. Brasília: 2011. Disponível em: < w.w.w.w.ibge.gov.br/ > Acesso em 23 de janeiro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 25 ago. 2013.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. Maranhão em Dados. **Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro**. São Luís, 2010a.

MESQUITA, Benjamin. Alvino de. A transformação da pecuária maranhense sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmo e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000. 2006. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Maranhão- Université Paris III - Sorbone, Nouvelle, São Luis.

_____. **Desenvolvimento territorial rural: mudar para que nada mude**. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1. , 2006, Anais... Niterói, 2006a.

NASCIMENTO, P. C. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. In: A. FLAVIO, L.; SANTOS, R. (Org's). Espaço e território: interpretação e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n.43, p.83-100, set./dez. 2001.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração sobre o direito ao desenvolvimento**. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/q/direitos/... > Acesso em 04/ abr/ 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. França. São Paulo: Ática (1980) 1993.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do Homem (Antropogeografia)**. In: MORAES, Antônio Carlos. Ratzel. SP: Ática, 1990a, p.32-107.

_____. As leis do crescimento espacial dos estados. In: MORAES, Antônio Carlos. Ratzel. SP: Ática, 1990b, p.175-192. Revista Territórios da Cidadania. Março, 2009.

Revista Territórios da Cidadania. Março, 2009, p. 3

Revista Dados – 2011 – Vol. 54 no1 p.433

ROSAR, Maria de Fatima Felix. et al. **Trabalhadores e trabalhadoras no território campos e lagos na região da baixada maranhense**: condições de vida e de trabalho: pesquisa diagnostica para o PTDRS. São Luiz. Ed. Central dos Livros, 2010, p. 74.

SILVA JR, Jeová Torres *et al.* **Gestão Social: Práticas em Debate, Teorias em Construção.**

Juazeiro do Norte: UFC/CARIRI, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopez de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, GOMES e CORRÊA (orgs). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1995, p.78.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações. **I Fórum Internacional Desenvolvimento Rural e Democracia,** Fortaleza/CE, 2003.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias,** Porto Alegre, nº .11, p. 88-125. Jan./jul. 2004.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Ivan G. Peyré. Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. In: **Jornadas de Intercambio y discusión: el desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial,** 1., 2005, Buenos Aires. Disponível em http://www.ufgs.br/PGDR/textosabertos/sergio_e_tartaruga.pdf. Acesso .

Territórios da Cidadania. www.territoriosdacidadania.gov.br. Acesso em: 07 de dezembro de 2013.

VEIGA, José Eli da et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS MEMBROS DO COLEGIADO DO TERRITÓRIO CAMPOS E LAGOS – MA

1. Nome do Entrevistado: _____
2. Cargo _____
3. Instituição: _____
4. Município: _____
5. Data: _____

1- DE QUE MODO DEU-SE A DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO?

2- QUAL A REPRESENTATIVIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DO TR CAMPOS E LAGO?

3- COMO FOI A SUA PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DO COLEGIADO?

4- QUAL A PERIODICIDADE E/OU FREQUÊNCIA DAS REUNIÕES?

5- QUE PROBLEMAS EXISTEM NO FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO?

6- QUAL O NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E DOS GESTORES PÚBLICOS?

7- DE QUE FORMA O COLEGIADO TOMA SUAS DECISÕES?

8 - QUE AÇÕES FORAM DESENVOLVIDAS PELO COLEGIADO?

9 - EM QUE ÁREAS DE CONHECIMENTO OS MEMBROS DO COLEGIADO RECEBERAM CAPACITAÇÃO?

10- QUAL FOI O PAPEL DO COLEGIADO NA ELABORAÇÃO DO PTDRS?

11- COMO VOCE AVALIA AS AÇÕES DO COLEGIADO?

12- QUAIS OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO COLEGIADO E COMO FORAM SOLUCIONADOS?

13- QUAIS AS EVIDÊNCIAS DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TR CAMPOS E LAGOS?

APÊNDICES B - ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS REPRESENTANTES ESTADUAIS, FEDERAIS E MUNICIPAIS DO TRCAMPOS E LAGOS.

1. Nome: _____
2. Cargo: _____
3. Instituição: _____
4. Município: _____
5. Data: _____

1- COMO VOCÊ AVALIA A POLITICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL?

2- QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NOS TERRITÓRIOS PARA DIFICULTAR O DESENVOLVIMENTO DOS MESMOS?

3- QUAL O FATOR QUE INTERROMPEU A CONTINUIDADE DA POLITICA TERRITORIAL NOS ÚLTIMOS ANOS?

4- COMO FICA A FUNÇÃO DA ARTICULAÇÃO ESTADUAL NO TERRITÓRIO?

5- QUAIS OS RESULTADOS CONCRETOS ALCANÇADOS POR ESSA POLITICA?

APÊNDICE C - TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ENTREVEISTAS

TÉRMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado e identificado, autorizo o aluno (a) -----, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso, ou ainda destinadas à inclusão em outros projetos educativos, organizados e/ou licenciados pela UEMA, sem limitação de tempo ou de número de exibições. Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia___/___/___ pelo aluno (a), de pós graduação da UEMA, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD (compact disc.), CD ROM, CD-I (compact-disc interativo), “home vídeo”, DAT (“digital áudio tape”), DVD (“digital vídeo disc.”), bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da UEMA, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, o aluno (a) e a UEMA poderá dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins. Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

_____, ____ de _____ 2014.

Nome: _____

End.: _____

CPF: _____

Decreto de 25 de Fevereiro de 2008

Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º instituído o Programa Territórios da Cidadania, a ser implementado de forma

integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País.

§ 1º Os Territórios da Cidadania serão criados pelo Comitê Gestor Nacional, previsto no art. 5º deste Decreto, a partir dos agrupamentos municipais que apresentem densidade populacional média abaixo de oitenta habitantes por quilômetro quadrado e, concomitantemente, população média municipal de até cinquenta mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes.

§ 2º Os Municípios que compõem os Territórios da Cidadania serão agrupados segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos e reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidades que ampliam as possibilidades de coesão social e territorial.

§ 3º São Territórios da Cidadania, sem prejuízo daqueles que forem instituídos na forma do § 1º, os agrupamentos de Municípios relacionados no Anexo a este Decreto.

Art. 2º O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla:

- I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
- II - ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;
- III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;

IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais;

V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Art. 3º A escolha e priorização do território a ser incorporado ao Programa Territórios da Cidadania dar-se-ão pela ponderação dos seguintes critérios:

I - estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

II - menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial;

III - maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família;

IV - maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;

V - maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;

VI - baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional;

VII - convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; e

VIII - maior organização social.

Art. 4º Para fins de execução das ações previstas no Programa Territórios da Cidadania, os órgãos públicos envolvidos poderão firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com consórcios públicos, entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação vigente.

Art. 5º O Programa Territórios da Cidadania será implementado segundo três eixos de atuação -nação produtiva, cidadania e infra-estrutura - que orientarão a elaboração das matrizes de ações nas quais os órgãos envolvidos definirão as ações que pretendem desenvolver em cada território, segundo as respectivas competências e compromissos.

Art. 6º Fica instituído o Comitê Gestor Nacional para executar, orientar e monitorar o Programa Territórios da Cidadania, composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidade:

I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

III - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

IV - Ministério do Meio Ambiente;

V - Ministério da Integração Nacional;

VI - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

VII - Ministério de Minas e Energia;

VIII - Ministério da Saúde;

IX - Ministério da Educação;
X - Ministério da Cultura;
XI - Ministério do Trabalho e Emprego;
XII - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
XIII - Ministério das Cidades;
XIV - Ministério da Justiça;
XV - Secretaria-Geral da Presidência da República;
XVI - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;
XVII - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;
XVIII - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República; e
XIX - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

§ 1º Os membros do Comitê Gestor Nacional serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidade nele representados, no prazo de trinta dias contado da publicação deste Decreto, e designados pela Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º O Comitê Gestor Nacional reunir-se-á periodicamente, mediante convocação do seu coordenador.

§ 3º O Comitê Gestor Nacional poderá convidar para participar das reuniões representantes de outros Ministérios, de instituições públicas e da sociedade civil, bem como especialistas, para prestarem informações e emitirem pareceres.

Art. 7º Poderão ser instituídos, nos termos definidos pelo Comitê Gestor Nacional, os comitês de articulação estaduais, integrados por representantes dos órgãos federais que compõem o Programa Territórios da Cidadania e dos representantes dos governos estaduais e municipais convidados pelo Comitê.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução dos projetos advirão das dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente nos orçamentos dos órgãos e entidades envolvidos no Programa Territórios da Cidadania, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de fevereiro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Reinhold Stephanes

Fernando Haddad

Carlos Lupi

José Gomes Temporão

Edison Lobão

Paulo Bernardo Silva

Patrus Ananias

Gilberto Gil

Marina Silva
Geddel Vieira Lima
Guilherme Cassel
Márcio Fortes de Almeida
Dilma Rousseff
Luiz Soares Dulci
José Múcio Monteiro Filho
Edson Santos de Souza

RELATÓRIO PARCIAL

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEIS: INTEGRAÇÃO E PERSPECTATIVAS Território Rural do Campos e Lagos

Local: Casa Paroquial de Matinha-MA/TR Campos e Lagos

Período: 08 a 10 de Dezembro de 2008.

Público Presente:

- Conforme lista de presença em anexo, o público presente no evento foi de 90 pessoas, dentre eles atores do poder público e da sociedade civil dos 12 municípios que compõem o Território Rural do Campos e Lagos-MA.

Objetivo: Oficina de Constituição do Colegiado do Território Rural do Campos e Lagos.

Ações de Mobilização da Oficina:

A equipe da ADS realizou uma força tarefa com jornada aos municípios que compõem o território para sensibilizar os atores sobre a importância do território e sobre a constituição do Colegiado de Desenvolvimento do Território. A jornada de visitas aconteceu entre dias 1 a 6 de dezembro de 2008.



Abertura e Composição da Mesa

Carlos Douglas (Equipe de Coord. dos Órgãos Colegiados/SDT)
Álvaro Jardim- Sec. de Agricultura (Porteira da Agricultura/ADS)
Wellington Matos (Articulador Estadual/SDT)
Denivaldo (Porteira da Juventude/ADS)
Nonato Costa (Presidente da ADS)

Painel: Política de Desenvolvimento Territorial

3.1 Slides /Apresentação (Nonato Costa – Presidente da ADS)

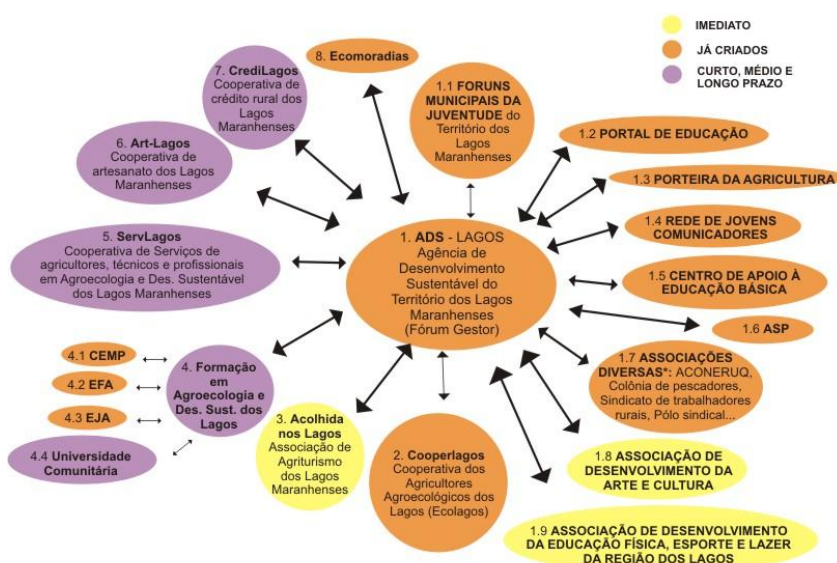
- Foi apresentado um painel sobre as experiências do trabalho da Agencia de Desenvolvimento Sustentável no Território do Campos e Lagos

Maranhenses - ADS, também designada ADS - CAMPOS E LAGOS foi constituída em 13 de janeiro de 2006 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável no território abrangido pelo CIP Jovem Cidadão. A exemplo das ações que a ADS vem apoiando são o programa Jovem Cidadão/ Cooperlagos / ServeLagos/ e outras ações junto aos Fóruns, Capacitação em Agroecologia, e para a Agricultura Familiar.

Principais Ações Empreendidas:

- ✓ Criação da Cooperlagos
- ✓ Seminário sobre matadouros
- ✓ I seminário sobre regularização fundiária e discriminatória dos campos naturais do território da baixada – campos e lagos maranhense
- ✓ Cursos para técnicos em agroecologia
- ✓ Participação na instalação e na gestão do território rural – parceria com o MDA
- ✓ Início do processo de criação da Servlagos
- ✓ Coordenação do projeto de feiras livres para o território
- ✓ Coordenação do projeto do núcleo de comercialização da agricultura familiar
- ✓ Ações apoiadas:
- ✓ Todas desenvolvidas pelo CIP Jovem Cidadão

ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ENTIDADES DOS LAGOS MARANHENSES



Foi abordado pelo apresentador a importância da política territorial do Governo Federal integrada com municípios e o estado como alternativa de reduzir as desigualdades sociais e a pobreza. “Este evento é uma oportunidade de aprofundar as discussões com os gestores dos municípios considerando a necessidade de articular as políticas públicas integradas para o desenvolvimento do território” citou. Foi apresentado as questões sobre a necessidade da disponibilidade das prefeituras com as ações no território quanto ao aspecto do compromisso de fazer com que as ações aconteçam de fato e que o sonho vire realidade, e para isso é necessário que os gestores assumam as políticas como um compromisso com os problemas, a exemplo das questões ambientais, sociais e produtivas.

3.2 Slides /Apresentação (Carlos Douglas – Equipe COAC)

1º Momento:

- Estratégia do governo federal/MDA de criação da SDT no ano de 2003
- Os programas de Desenvolvimento dos Territórios
 - O conceito de território tem tudo haver com a idéia de pertencimento e de identidade das pessoas
- Trabalho de Grupo: Desenho sobre a identidade do TR Campos e Lagos
 - Apresentação dos 3 grupos: Sentimentos das Pessoas / Desenho final



- Comentários: Conforme figuras abaixo, os desenhos foram retratados e complementados com base na percepção dos atores sobre os aspectos da realidade do TR, trataram sobre o amor

pelo lugar, das potencialidades e dos problemas dos municípios e do território e de que se sentiam orgulhosos de pertencerem ao lugar. Em cada cartaz existia uma palmeira que simboliza a palmeira babaçu, abundante e fonte de renda familiar das mulheres quebradeiras de coco. Os campos, rios, peixe, o sol, chuva foram apresentados como riquezas naturais e como as principais realidades do TR. Além disso, os problemas foram evidenciados pela maioria, principalmente sobre os problemas ambientais como a criação extensiva de búfalos (criadores), campos cercados, desmatamentos, agrotóxicos na produção de arroz, etc..



2º Momento:

- A criação de programas territoriais (PRONAT, PROINF)
 - Programa de Desenvolvimento Territorial (slide)
 - Apoiar o desenvolvimento dos territoriais
 - Estimular o fortalecimento das organizações sociais locais (sindicatos, associações, etc.)
 - Fomentar a participação de agricultores em debate de seus interesses
 - Estimular o interesse pela gestão e implementação das políticas públicas com incidência no território
 - Solucionar problemas e entraves que afetam negativamente a possibilidade de desenvolvimento
 - Suprir as comunidades rurais de infra-estrutura pública

Questionamentos:

Quais as condições para acessar os recursos do programa? (slide)

Agora com o SICONV houve algumas mudanças?

Comentários:

- Tânia ADS: falou sobre a sua participação e importancia do III Encontro dos Colegiados. “O III encontro foi um momento de grande importancia no aspecto das discussões e na constituição de uma rede dos colegiados considerando a necessidade de se constituir a rede estadual” frisou.
- **A constituição dos colegiados como instancia de gestão das políticas publicas no território**



Em seguida foi apresentado pelo Carlos Douglas/SDT os painéis: “Organização como Elemento da Gestão Social” e também “Reflexões sobre os Colegiados Territoriais”, este ultimo foi com base num levantamento realizado pela SDT sobre a realidade e funcionamento dos 60 Territórios Rurais do País.

3.3 Slides /Apresentação (Wellington – Articulador Estadual/SDT)

- SICONV – Sistema de Gestão de Convênios,
- Passo a passo para credenciamento e cadastramento

Foi apresentado pelo Articulador Estadual da SDT/MDA, Wellington Matos, os passos sobre o credenciamento e cadastramento das prefeituras e entidades da sociedade civil junto Sistema de Gestão de Convênios – SINCONV, ferramenta on line de cadastramento dos projetos, indispensável para consolidar os convênios públicos federais.



3.3 Slides /Apresentação: Jarlina Safira / João Serra (Técnicos da Sec. de Saúde do Estado)



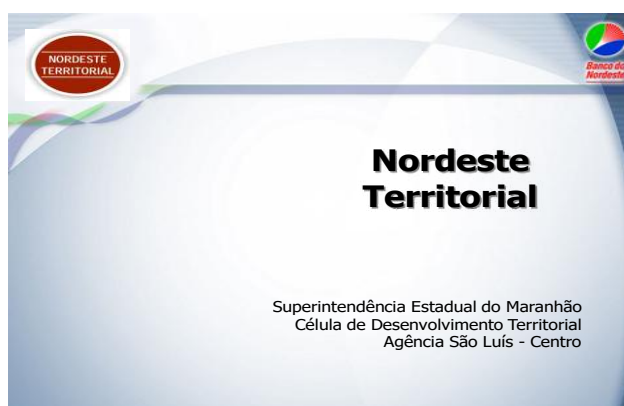
- Houve uma breve apresentação sobre os Programas de Saúde Básica que vem sendo executado nos territórios, como:
 - Equipes Saúde da Família
 - Equipes de Saúde Bucal
 - Farmácia Popular
 - Agentes comunitários de saúde
 - CEO – Centro Especializado em Odontologia

Foram alertados os problemas de execução desses programas nos territórios antigos (PTC) e alertou sobre a necessidade de uma articulação que envolva técnicos que possam orientar a cobertura das ações nos novos territórios da cidadania (TR Campos e Lagos).

“A política de saúde no território é fundamental porque envolve uma relação entre a carência de infra-estrutura de saneamento básico e a qualidade de vida das pessoas”. Foi alertado a necessidade de manejo de resíduos sólidos e destino final do lixo, e outras questões a exemplo do tratamento de esgotos.

O consórcio público é orientado como uma alternativa de solucionar esses problemas. “O governo Estadual criou um modelo interessante de unir saneamento básico na pasta da saúde pública”, citou o técnico João Serra.

3.4 Slides /Apresentação (Antônia Fernandes – BNB/Viana-Ma)





O técnico abordou a participação do BNB nos projetos de políticas públicas do governo nos territórios rurais do nordeste brasileiro e as ações no TR Campos e Lagos

Comentários:

- Ausência do movimento sindical nestes espaços é grande e torna os agricultores impotentes nos territórios frente a demanda para acessar o crédito
- “As linhas de créditos do BNB atendem com maior volume ao agronegócio e o banco tem priorizado esse setor deixando a agricultura familiar a mercê” (Lucia/MIQCB)

3.5 Slide: Apresentação Ações da SEAGRO/CEDRUS (Josenildo / SEAGRO/Depart Territorial)



O técnico da SEAGRO / Secretário do CEDRUS Sr Josenildo apresentou o Sistema SEAGRO no evento, quanto a sua estrutura de funcionamento, a missão, as ações, os programas e o convênios de ATER em parceria com o MDA. Além destes assuntos foi abordadas questões sobre o funcionamento e o papel do CEDRUS e a política de Regionalização do Governo do Estado.

Questionamentos:

- ✓ Falta de compatibilidade da matriz de planejamento de regionalização do Estado com as ações integradas dos Territórios Rurais do MDA
- ✓

3.5 Slides /Apresentação (Carlos Douglas – Equipe COAC)

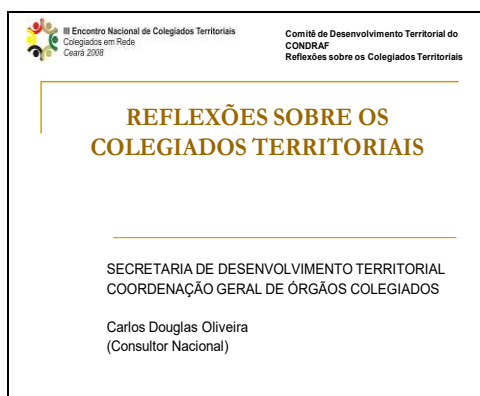
- Programa Território da Cidadania (Slide)



O Programa Territórios da Cidadania é um programa de desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais voltado às regiões rurais que mais precisam, com os seguintes objetivos:

- ✓ inclusão produtiva das populações pobres;
 - ✓ planejamento e integração de políticas públicas;
 - ✓ ampliação da participação social;
 - ✓ busca da universalização de programas básicos de cidadania
- Questionamentos:
 - Repensar na rede de entidades parceiras e ampliar as discussões
 - Como as entidades são articuladas para os territórios
 - Como melhorar o IDH do município

Trabalho de Grupo: Leitura do texto básico



- Grupo 1:
 - Qual a resposta que a SDT/MDA tem para o colegiado em relação ao assessor técnico (quanto à contratação)
 - Qual é o papel do animador? Qual é o perfil?
 - Como funcionam as redes sociais?
- Grupo 2: Desenvolvimento
 - Duvidas sobre a composição do Colegiado quanto ao número de membros do Poder Público e da sociedade civil



Grupo 3: Transparência



Qual a quantidade de membros para a composição do colegiado



Qual a entidade por município e quem pode participar
A estrutura do colegiado se mantém de que forma

- ✓ Grupo 4:
 - ✓ Proposta de composição do colegiado, sendo 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público;
 - ✓ Que o articulador territorial seja escolhido pelo colegiado

Comissão de Composição do Colegiado TR Campos e Lagos

MUNICÍPIO	NOME	PODER PUBLICO	SOC CIVIL/SEGMENTO
ARARI	ALVARO	X	
OLINDA NOVA	JEAN		FETRAF
VITÓRIA	JORGE	X	
PENALVA	EDLA	X	
PENALVA	CARLOS MAGNO		FÓRUM DA JUVENT
VIANA	ROSA		QUEB COCO
PALMEIRANDIA	RAISSA		
PALMEIRANDIA	ELISAMAR		
MATINHA	JOÃO CARLOS	X	

Proposta de Composição do Colegiado

Sociedade Civil (50%)	Poder Público (50%)
-----------------------	---------------------

Entidade	Qd	Segmento	MUN	EST	FED
STTR	01	Trabalhadores/as Rurais	SEC EDUCAÇÃO	REG AGERPE	INCRA
COLONIAS		Pescadores	SEC SAUDE	REG AGED	IBAMA
MIQCB		Mulheres / Extrativistas	SEC AGRICULTURA	REG SAUDE	
ACONERUC		Quilombolas	SEC AÇÃO SOCIAL	REG EDUCAÇÃO	
FETRAF		Agricultores Familiares	SEC ADMINIST	SEMA	
FÓRUM JUVENTUDE		Jovens Rurais	SEC OBRAS	ITERMA	
REDE DE JOVENS COMUNITÁRIOS		Jovens Rurais	SEC MEIO AMBIENTE		
ASSOCIAÇÕES			SEC FINANÇAS		
ASSENTADOS		Assentados/as	SEC CULTURA		
GTA			SEC MUN ESPORTE		
ADS		Fórum/Rede	PREFEITURAS		
COOPERATIVAS		Cooperativas	CÂMARAS MUNICIPAIS		
IGREJAS	01 Católica 01 Evangélica				
SINDICATOS PESCADORES		Sindicatos			
SINDICATOS URBANOS		Sindicatos			
CEMP		Jovens			
ONG FORMAÇÃO		ONG			
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL		Associações			

Encaminhamentos:

- ✓ Assembléia de Constituição do Colegiado, em Viana-Ma, nos dia 28 de janeiro de 2009
 - Composição do colegiado (continuar a complementação)
 - Leitura e Aprovação do Regimento Interno
 - Primeira Reunião Ordinária
- ✓ O evento será organizado pela Comissão de Mobilização, ADS e SDT

- ✓ Haverá uma reunião da comissão de mobilização e SDT para planejar o evento

Considerações Finais

O evento foi realizado conforme o planejado do CODETER.

ANEXOS:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Maranhão

Av. Santos Dumont, nº 18 – Anil. São Luís/MA.
CEP: 65046-660 - Fone/Fax: (98) 3245 3685/E-mail: dfda-ma@mda.gov.br

Of. da DFDA/MA Nº 282/2008

São Luís (MA), 25 de novembro de 2008.

C O N V I T E

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Agência de Desenvolvimento Sustentável dos Campos e Lagos – ADS vêm convidar V.Sa. para um **Seminário sobre Políticas de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Constituição do Pré-Colegiado do Território Rural do Campos e Lagos em Matinha - MA**, nos dias **09 a 11 de Dezembro de 2008**, conforme programação em anexo.

O Seminário tem como objetivo de dialogar e integrar as políticas públicas de desenvolvimento territorial entre as 3 esferas do poder público e com os diversos segmentos da sociedade civil.

A constituição do referido Pré-Colegiado é uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT / MDA, que visa estabelecer e manter suporte a articulação de ações de desenvolvimento rural sustentável no referido território.

O Território Rural do Campos e Lagos deverá apresentar um tipo de organização denominada colegiado territorial, não formal, o qual reunirá, em sua composição, organizações governamentais e da sociedade civil, cujo objetivo é realizar a gestão social do território, formulando, articulando, implementando e exercendo o controle social de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como base o território rural de identidade. Nesse contexto, a consolidação dos colegiados territoriais requer apoio, assessoria, acompanhamento e constante avaliação na sua atuação, de modo a aprimorar a sua forma de organização bem como o processo de gestão social.

Atenciosamente,

José Inácio Sodré Rodrigues

Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário no Maranhão - DFDA/MA

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEIS: INTEGRAÇÃO E PERSPECTIVA TERRITÓRIO DOS CAMPOS E LAGOS MARANHENSE

Jornada, Formação do colegiado e Reunião com Gestores Municipais

Jornada (1º a 6 de 12/08)

Formação do Colegiado e Reunião com gestores:

LOCAL: MATINHA/MA

DATA: DE 09 e 10/12/2008

- DIA 09/12

09:00h Abertura (40 min) - Composição da MESA

Objetivo / programação

Palavra do Delegado MDA/MA (20 min)

09:40 - 1ª MESA: POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (130 min)

09:40 – 10:10: MDA (30 min)

Palestrante:

10:10 – 10:40 - SEPLAN (30 min)

Palestrante:

10:40 – 11:10 – ADS (20 min)

Palestrante: Nonato Costa

11:00 – 11:30 – SISCONV (30 min)

11:30 – 11:50 - Debate : 20 min

11:50 – 13:30 - ALMOÇO

13:30 - 2ª MESA: INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (10 min)

13:30 – 13:50 - SEC MEIO AMBIENTE (20 min)

Palestrante:

13:50 – 14:10 - CONAB (20 min)

Palestrante:

14:10 - 14:30 - SEC TRABALHO (20 min)

Palestrante:

14:30 – 14:50 - MDS (20 min)

Palestrante:

14:50 – 15:10 - SEAGRO (SDT) (20 min)

Palestrante:

15:10 – 15:30 - SEAGRO/NEPE (20 min)

Palestrante:

15:30 – 15:50 – Inscrições e DEBATE

15:50 – 16:10 – INTERVALO

16:10 – 1ª MESA – **A Gestão Social do Desenvolvimento Territorial a relações entre as forças sociais (Mapa das institucionalidades em grupos) 150 min**

16:10 – 16:40 – APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÕES EXISTENTES NO TERRITÓRIOS e A FORMAÇÃO DE REDES – Os espaços de poder e decisão e a questão da representatividade territorial;

Palestrante:

16:40 – 17:00 – EXPERIENCIA DO FÓRUM GESTOR – A participação como elemento da democracia e do empoderamento;

Palestrante: Regina Cabral (20 min)

17:00 – 18:00 – PREFEITOS PRESENTES: PACTUAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (TERRITORIAIS) 60 min

18:00 – 18:30 – COMENTÁRIOS

.....
.....

DIA 10/12/2008

08:30 – ORGANIZAÇÃO COMO ELEMENTO DA GESTÃO SOCIAL

1. Princípios da Gestão Social (Grupo Giratório);
2. Elementos da Gestão Social (Apresentação);
3. Organização: Papel e Funcionamento / O Colegiado Territorial
 - 3.1 Apresentação: Reflexões sobre os Colegiados Territoriais
4. Composição do Colegiado (Constituição do Plenário);
5. Plano de Ações Imediatas;

Palestrante: Douglas / Wellington

11:40 – 12:00 – ALMOÇO

14:00 – **Constituição do Colegiado Territorial**

14:00 – 15:00 – Deliberação sobre a composição do colegiado;

- Constituição das instâncias ou da comissão provisória para coordenação executiva

15:00 – Construção de plano de ação para fortalecimento do colegiado e planejamento das ações.

15:00 – 16:00 – Suporte operacional disponibilizado pela SDT/MDA para o processo territorial;

- Definição da agenda do colegiado.

16:00 – ENCERRAMENTO.



III Encontro Nacional de Colegiados Territoriais
Colegiados em Rede
Ceará 2008

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO CONDRAF

ORIENTAÇÕES E REFLEXÕES PARA OS COLEGIADOS TERRITORIAIS

1) Apresentação

Este texto foi elaborado por um Grupo de Trabalho do Comitê de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que é coordenado pela SDT. O texto partiu das orientações para os Colegiados Territoriais, cuja essência está nas Resoluções N.º48 e N.º52 do CONDRAF e nos documentos orientadores e institucionais da SDT. Somou-se a essa fonte, a consulta aos inúmeros documentos produzidos no âmbito dos Colegiados Territoriais, bem como a contribuição de Consultores da SDT que têm acumulado conhecimento e experiência nos trabalhos de assessoria e consultoria junto à implementação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial.

O texto busca reunir, sistematizar e explicitar algumas questões relacionadas à composição, organização, funcionamento e formalização dos Colegiados Territoriais, dentro da Estratégia de Desenvolvimento Territorial. Algumas destes pontos foram, a princípio, delineadas na proposta original da Estratégia de Desenvolvimento Territorial. Outros, foram surgindo no processo de implementação desta Estratégia. Em meio às diversas e ricas experiências implementadas, essas questões foram sendo refletidas, complementadas e questionadas, o que resultou em um amadurecimento sobre a necessidade de se aprofundar os debates visando aprimorar a ação dos Colegiados. Deste modo, busca-se fomentar e orientar os debates no III Encontro Nacional de Colegiados Territoriais visando reunir as contribuições dos representantes dos mesmos em todo Brasil.

2) Gestão Social no Desenvolvimento Territorial e espaços de Gestão

Além de gerir a coisa pública, a gestão social significa administrar, cuidar dos interesses sociais colocando-os em negociação com o objetivo principal de compartilhar o poder de decisão – sobre o que pode ser feito – entre o Estado e a sociedade civil.

A gestão social é a ação de gerir assuntos públicos. Por assunto público entende-se aquilo que é de interesse de um coletivo amplo (sociedade de um modo geral: comunidade, grupos sociais, segmentos econômicos entre outros), não se limitando a questões relacionadas à administração pública de uma esfera do Estado ou de um Programa.

Quando se fala em gestão, busca-se referir ao processo que envolve planejamento, organização, direção, implementação, monitoramento e avaliação de estratégias e ações planejadas. Em síntese, a gestão social diz respeito, fundamentalmente, a um processo político de tomada de decisões de forma compartilhada entre o Estado e a sociedade. Um processo de empoderamento dos atores sociais e de ação-reflexão sobre a prática social, no sentido de desenvolver a capacidade e habilidade coletiva de transformar a realidade.

Numa sociedade tão heterogênea como a brasileira, permeada por conflitos de interesses entre grupos e classes sociais, caracterizada pela existência de fortes níveis de desigualdades sociais, econômicas e políticas, construir a gestão social das políticas públicas e do desenvolvimento dos territórios rurais representa potencializar o exercício da cidadania, significando também a criação de condições que favoreçam a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida sustentável de grupos e classes sociais historicamente excluídos.

O exercício da vivência da gestão social do desenvolvimento de um território se dá a partir da construção e consolidação de espaços institucionais de caráter territorial e participativo (conselhos, comitês, fóruns etc.) que oportunizem o diálogo, a negociação, a aprendizagem, a transparência e a democracia necessária à construção de um ambiente favorável à integração e ao estabelecimento de consensos, de acordos e de compromissos coletivos para a transformação almejada da realidade.

2.1 – Colegiados Territoriais

O Colegiado Territorial, institucionalidade territorial também denominada de Fórum ou Conselho (a depender da opção feita pelo Território), tem um papel importantíssimo para a condução e desenvolvimento da estratégia de apoio aos territórios rurais. Ela deve representar a diversidade de instituições, organizações e segmentos existente no território.

Cabe ao Colegiado Territorial, por intermédio da sua Plenária (instância máxima), o papel **deliberativo e consultivo**, assim como cabe ao Núcleo Dirigente (nível decisório intermediário) o papel **diretivo e técnico** na gestão das iniciativas territoriais.

O Colegiado Territorial tem entre as suas atribuições a orientação, a negociação e o acordo entre as partes envolvidas na implementação de iniciativas para o desenvolvimento do território. Nesse contexto podem ainda ser enumeradas como principais atribuições do colegiado para a gestão do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável¹:

- Sensibilizar, comprometer, articular e coordenar os atores sociais do território, com vistas à construção coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS);
- Promover a elaboração das agendas de prioridades, bem como a seleção dos projetos a serem implementados em cada fase do PTDRS;
- Articular, apoiar e acompanhar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos;
- Estimular e apoiar a criação, estruturação e operacionalização de Redes Territoriais de prestação de serviços (assistência técnica, capacitação, tecnologias apropriadas, informação/divulgação etc);
- Contribuir para a integração territorial, articulação intermunicipal, buscando estabelecer relações horizontais de cooperação e oportunidades;
- Apoiar a elaboração de estudos e pesquisas, bem como a produção e edição de instrumentos de divulgação, informação e formação, que contribuam para o desenvolvimento territorial;
- Representar o território perante entes públicos e privados, nacionais e estrangeiros, visando a articulação de parcerias que objetivem o desenvolvimento territorial;
- Desenvolver e apoiar programas, projetos, ações e iniciativas voltadas para o desenvolvimento territorial;
- Incentivar a qualificação e capacitação técnica dos seus membros e dos atores do território;
- Fomentar a criação e o fortalecimento de redes sociais de cooperação no território;
- Articular-se com outros colegiados, fóruns, redes, universidades e outros organismos nacionais e internacionais com o propósito de construir relações de cooperação;

1 Ver SDT/MDA. Referencias para Gestão Social dos Territórios Rurais - Série Documentos de Apoio nº 03, março 2006.

2.1.1 - Composição dos Colegiados Territoriais

No que se refere à composição dos Colegiados, até o presente momento têm sido observadas as Resoluções 48 e 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), bem como os documentos orientadores e institucionais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), donde se destacam as seguintes recomendações:

- Deve ser representativa, diversa e plural, de modo a contemplar os diferentes segmentos relacionados à promoção do desenvolvimento rural dos territórios.
- Deve ter representatividade paritária, observando que:

(i) No mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas sejam ocupadas por representantes de organizações ou entidades da sociedade civil relacionadas à agricultura familiar em suas diversas manifestações, incluindo as populações tradicionais (índios, negros, quilombolas, extrativistas, silvicultores, aqüicultores, pescadores artesanais que possam vir a ser identificados nos territórios);

(ii) No máximo 50% (cinquenta por cento) das vagas sejam ocupadas por representantes governamentais (poderes executivo, legislativo ou judiciário) vinculados à temática do desenvolvimento rural sustentável – inclusive universidades, organizações ou instituições de pesquisa e extensão rural e as organizações de caráter para-governamental (associações de municípios, SEBRAE, sociedades de economia mista cuja presidência é indicada pelo poder público, dentre outras) e de outros setores da sociedade civil organizada não diretamente vinculados à agricultura familiar (como empreendedores rurais do setor de serviços e industrial);

- Contemplar as questões de gênero, raça, etnia e geração, de modo que a diversidade de atores sociais do território, bem como a diversidade de organizações que representa seus interesses e demandas, se sinta e esteja, de fato, representada;
- Recomenda-se, ainda, que os (as) representantes sejam indicados (as) por suas respectivas organizações, anexando-se a ata da reunião que formalizou suas indicações;
- Devem ser compostos por entidades representativas e pertencentes aos territórios. As entidades extra-territoriais têm o papel de atuarem no apoio, assessoramento e prestação de serviços especializados, atendendo às deliberações do Colegiado Territorial;
- Além da diversidade de atores, é necessário considerar a pluralidade de concepções e representação de interesses, de modo a fortalecer os mecanismos de gestão social trazendo aos Colegiados concepções ou visões distintas (complementares ou divergentes) para que se negocie entendimentos e acordos sobre os rumos do desenvolvimento do território;
- A composição deve ser aberta, permitindo a adesão de novos membros, principalmente à medida que se avança na multi-dimensionalidade e na inter-setorialidade dos Planos Territoriais, o que exigirá a atuação de atores sociais ligados às novas dimensões e setores que vierem a ser incorporados.

2.1.2 - Estrutura de Funcionamento do Colegiado Territorial

Conforme as Resoluções 48 e 52 do CONDRAF, bem como com os documentos orientadores e institucionais da SDT/MDA, para que o Colegiado Territorial faça a gestão do desenvolvimento territorial com eficiência, recomenda-se que ele se estruture, minimamente, a partir das seguintes instâncias: Plenário; Núcleo dirigente; Núcleo Técnico e Câmaras Temáticas ou Câmaras Setoriais.

2.1.2.1 - Plenário

O Plenário é a instância máxima do Colegiado Territorial e tem o papel político de orientação e tomada de decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial.

Atribuições:

- Análise e aprovação dos Planos de Desenvolvimento Territorial;
- Definição do planejamento e da agenda de prioridades do Colegiado Territorial;
- Seleção dos projetos territoriais a serem implementados a cada ano, bem como indicação das entidades ou pessoas encarregadas da sua elaboração;
- Apreciação e aprovação dos relatórios de acompanhamento e avaliação, assim como outros documentos produzidos;
- Elaboração, análise e aprovação do Regimento Interno, que tem a função de regulamentar o funcionamento do Colegiado Territorial;
- Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno e outras disposições aprovadas pelo Plenário;
- Propor e deliberar sobre a constituição de mecanismos para sustentação financeira do Colegiado Territorial;
- Adotar mecanismos que propiciem a participação e o controle social nas estratégias de planejamento e de execução das políticas públicas;
- Decidir sobre a composição das instâncias do Colegiado Territorial.

2.1.2.2 - Núcleo Dirigente

O Núcleo Dirigente tem a função de coordenar as ações definidas pelo Plenário do Colegiado Territorial, articular atores sociais, instituições e políticas públicas para a construção e implementação do desenvolvimento territorial.

Atribuições:

- Mobilizar instituições e atores sociais para os processos de formulação de estratégias de Desenvolvimento Territorial;
- Definir os critérios de seleção e contratação do (a) assessor (a) técnico territorial.
- Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno e outras disposições aprovadas pelo Plenário do Colegiado Territorial;
- Coordenar ações do Colegiado, do Núcleo Técnico e das Comissões Temáticas;
- Realizar e/ou articular ações e estratégias para implementação das decisões do Colegiado, tais como os Planos de Desenvolvimento Territorial;
- Elaborar a proposta de Regimento Interno, e suas alterações quando necessárias, a serem apresentadas, discutidas, analisadas e aprovadas pelo Plenário do Colegiado;
- Promover a integração dos projetos e ações das câmaras temáticas;
- Eleger uma Coordenação Geral ou Secretaria Executiva, instância de caráter operacional subordinada ao Núcleo Dirigente, com as seguintes funções:
 - (a) Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno e outras disposições aprovadas pelo Plenário do Colegiado;
 - (b) Apoiar e participar das reuniões nas instâncias do Colegiado Territorial;
 - (c) Analisar as solicitações e os requisitos para convocação de Reuniões Extraordinárias, quando for o caso;
 - (d) Elaborar documentos e convites;
 - (e) Encaminhar os projetos aprovados pelo Colegiado Territorial às instâncias competentes;
 - (f) Dar suporte aos mecanismos de sustentação financeira do Colegiado Territorial;
 - (g) Administrar, encaminhar e arquivar os documentos provenientes do Colegiado Territorial;
 - (h) Realizar articulação com as instituições e entidades;

(i) Apoiar o Núcleo Técnico na preparação de eventos, reuniões, seminários, oficinas etc.;

(j) Acompanhar o andamento dos projetos junto às entidades proponentes e aos agentes financeiros;

(k) Manter o fluxo de informações entre as diversas instâncias do Colegiado Territorial e deste com outras instâncias;

(l) Representar o Colegiado Territorial nos contatos e articulações externas.

- O Núcleo Dirigente tem como atribuição, ainda, coordenar o trabalho do Assessor Técnico do Colegiado Territorial (nova denominação a ser adotada para o Articulador Territorial) que tem como função assessorar metodologicamente, tecnicamente e operacionalmente o Núcleo Dirigente, observando as seguintes questões:

(a) O Assessor Técnico não tem o papel de coordenar e nem de representar o Colegiado Territorial;

(b) O Assessor Técnico não tem o papel de representar ou assessorar a Entidade Parceira responsável pela sua contratação;

(c) As suas atribuições são definidas em estreita relação e diálogo com o Núcleo Dirigente, com a aprovação do Plenário Territorial.

2.1.2.3 - Núcleo Técnico

O Núcleo Técnico é uma instância de apoio técnico ao Colegiado Territorial e deverá ser composto por organizações de apoio e assessoria técnica, representativas do poder público e da sociedade civil.

Atribuições:

- Elaborar e acompanhar estudos, diagnósticos, planos e projetos territoriais;
- Desenvolver instrumentos para o acompanhamento, gestão e controle social, em conjunto com o Núcleo Dirigente e Câmaras Temáticas;
- Apoiar entidades e órgãos proponentes e executores de projetos territoriais na elaboração dos planos de trabalho e encaminhamento da documentação junto às entidades financiadoras;
- Apoiar tecnicamente o Colegiado Territorial na gestão de projetos e recursos do Território;
- Apoiar o processo de formação dos agentes de desenvolvimento territorial e sistematização de experiências.

2.1.2.4 - Câmaras Temáticas ou Câmaras Setoriais

As Câmaras Temáticas ou Setoriais são espaços criados pelo Plenário do Colegiado, e vinculados ao Núcleo Dirigente, para subsidiar suas decisões. Tem o papel de propor, dialogar e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento territorial.

Atribuições:

- Definir um (a) Animador (a) para articular e coordenar as atividades da Câmara Temática;
- Fazer levantamento, classificação e agrupamento de informações, preparação e manutenção de bancos de dados;
- Elaborar, acompanhar e monitorar projetos para o território;
- Propor critérios para seleção e priorização de projetos e emitir pareceres sobre os mesmos;

- Manter um diálogo permanente com o Núcleo Dirigente sobre o desempenho de suas ações;
- Propor e apoiar eventos e atividades de planejamento, formação e sistematização relacionadas aos temas que lhes são pertinentes;
- Apresentar às demais Câmaras e instâncias do Colegiado o registro de suas ações.

2.1.3 - Formalização dos colegiados territoriais

O Colegiado Territorial é uma instância política de deliberação sobre o processo de desenvolvimento sustentável do território. É, antes de tudo, um espaço de participação social, de representação, articulação e concertação política, onde acontece o planejamento das ações territoriais e se definem programas e projetos do território, com base em um plano territorial. O colegiado não substitui outras instituições e organizações, tais como as prefeituras, as cooperativas, as ONGs, os Sindicatos, entre outras, que também têm atribuições importantes neste processo. É fundamental esclarecer que existe um papel que é de governo e outro que é da sociedade civil, que não podem ser substituídos ou confundidos.

O Colegiado Territorial cria um ambiente que possibilita a relação de pactuação entre governo e sociedade, razão pela qual é a institucionalidade priorizada no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Territorial. Com essa compreensão, não é a formalização que garante a legitimidade ou a força do colegiado territorial, tanto no próprio território, como em outros espaços. Por isso é fundamental que os Colegiados Territoriais entendam melhor o seu papel e possam discutir se há, ou não, a necessidade de formalização desta institucionalidade, o que irá variar de acordo com as realidades e demandas dos Territórios e de cada Colegiado. O foco dessa discussão deve ser no sentido de que o colegiado territorial possa garantir e reafirmar o seu papel no processo de desenvolvimento sustentável dos territórios.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE
ELEIÇÃO DO NÚCLEO DIRETIVO E
APROVAÇÃO DO REGIMENTO
INTERNO DO COLEGIADO DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL –
CODETER DO TERRITÓRIO RURAL

DOS CAMPOS E LAGOS, REALIZADA
EM 05 DE FEVREIRO DE 2009.

Ao quinto dia do mês de fevereiro de dois mil e nove, às 9 horas, no auditório da Escola do Estado, localizado na Praça Viva Olinda, s/n, Centro, Olinda Nova do Maranhão, reuniram-se os representantes dos municípios do Território Rural dos Campos e Lagos nominados na Lista de Presença, para realizar a Assembléia de Eleição e posse do Núcleo Diretivo e aprovação do Regimento Interno do CODETER, institucionalidade territorial permanente, recomendado pela Resoluções nº. 48 e 52 do CONDRAF, que sugere ter o caráter norteador, referenciador e definidor do processo de gestão social do desenvolvimento territorial e das políticas públicas de desenvolvimento rural referidas ao território. Obedecendo a ordem do dia com o seguinte teor: a) discussão e aprovação do Regimento Interno, b) Eleição e pose do Núcleo Diretivo para triênio 2009 – 2012. Iniciando-se os trabalhos por unanimidade elegeu-se o Sr. Jean Cláudio Penha Gomes como Coordenador dos Trabalhos, que destacando a importância da criação/instalação do CODETER perguntou aos presentes se todos concordavam, tendo sido aprovada por unanimidade. Verificado o corum, iniciou – se os trabalhos após uma hora de tolerância, em segunda convocação. Instalada a Assembléia, submeteu-se a apreciação e discussão da proposição do Regimento Interno, artigo por artigo e após alterações submeteu-o a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidades, com o seguinte teor: **REGIMENTO DO COLEGIADO DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS E LAGOS MARANHENSE. TÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, ABRANGÊNCIA, SEDE, FINALIDADES, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E ABRANGÊNCIA - Art. 1º - O colegiado do Território Rural dos Campos e Lagos Maranhense, visa o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território, doravante denominado COLEGIADO, criado em 10 de dezembro de 2008, é uma instância de caráter deliberativo, sem fins lucrativos com personalidade jurídica, com duração indeterminada, e atuação dentro da área de abrangência do Território Rural dos Campos e Lagos. Parágrafo Único - A área de abrangência Territorial compreende os Municípios de: Arari, Vitória do Mearim, Cajari, Viana, Penalva, Pedro do Rosário, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, São João Batista, São Vicente Ferrer, São Bento e Palmeirândia. CAPÍTULO II - DA SEDE - Art. 2º - A sede do Colegiado Territorial fica estabelecida no Município de Olinda Nova, contando com o apoio logístico das Organizações que tem assento no COLEGIADO. § 1º - A mudança de sede poderá ocorrer por decisão da Assembléia Geral pelo voto de metade mais um de seus membros. § 2º - Independente do município sede do COLEGIADO, as reuniões ordinárias, extraordinárias e reuniões de Comissões Setoriais e câmara técnica, poderão realizar-se em outros Municípios que compõem o Território Rural dos Campos e Lagos, desde que seja previamente programado e acordado. CAPÍTULO III - DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS. Art. 3º - O COLEGIADO TERRITORIAL é uma instância de articulação, monitoramento, discussão, planejamento e tem por finalidade: I - articular e estimular a ação conjunta das entidades públicas, privadas e da sociedade civil, representativas dos diferentes segmentos da sociedade do Território Rural dos Campos e Lagos; II - promover estudos, pesquisas, viabilizar a realização de diagnóstico de problemas e potencialidades regionais e formular propostas destinadas a**

promover o Desenvolvimento Integrado e Sustentável, reduzindo os desequilíbrios inter e intra-regionais no âmbito do Território Rural dos Campos e Lagos; III - definir estratégias, diretrizes e prioridades para o Desenvolvimento Sustentável do Território Rural dos Campos e Lagos; IV - buscar apoio para a implementação de ações e projetos que visem o desenvolvimento sustentável do Território Rural dos Campos e Lagos. V - apoiar e fortalecer a rede territorial de entidades ligadas ao desenvolvimento Territorial;

VI - promover a defesa e a qualidade do meio ambiente; VII - Viabilizar organização e divulgação de informações que promovam o desenvolvimento territorial. VII - Articular fontes financiadoras para as iniciativas locais; **Art. 4º** - Os princípios que regem a atuação do **COLEGIADO** são: I - a autonomia político-institucional; II - a pluralidade e a busca de formação de consensos;

III - a formação de parcerias e a cooperação; IV - a integração e a articulação entre as entidades públicas, privadas e da sociedade civil que atuam no território; V - a regionalização das políticas de desenvolvimento; VI - preservar sua identidade territorial; VII - o esforço no sentido de garantir a continuidade de ações decorrentes das políticas públicas que favorecem o desenvolvimento do Território. **Art. 5º** - São objetivos do **COLEGIADO**: I - propor uma visão estratégica para o desenvolvimento territorial a curto, médio e longo prazo; II - integrar e articular a atuação das instituições públicas, privadas e da sociedade civil no âmbito do Território Rural dos Campos e Lagos, para a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento; III - estimular os municípios a incorporarem em seus orçamentos programas, projetos e ações decorrentes das políticas de desenvolvimento Territorial;

IV - acompanhar a execução orçamentária das ações governamentais referentes ao Território; V - respaldar as ações dos agentes públicos, privados e da sociedade civil dos doze Municípios, na busca de maior participação nas decisões nacionais de interesse do Território Rural dos Campos e Lagos; VI - promover o processo de planejamento estratégico do Território Rural dos Campos e Lagos; VII - constituir uma carteira de projetos importantes para o desenvolvimento do Território Rural dos Campos e Lagos;

VIII - promover eventos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do Território Rural dos Campos e Lagos; IX - promover o intercâmbio de experiências sobre o desenvolvimento em nível estadual, nacional e internacional, envolvendo os agentes institucionais do Território Rural dos Campos e Lagos; X - promover a equidade de gênero, raça e etnia na área do Território Rural dos Campos e Lagos, contribuindo também para inserção da juventude e populações tradicionais no projeto de desenvolvimento social, econômico e cultural; XI - Fomentar o desenvolvimento sustentável com base na matriz agroecológica.

TÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - CAPÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO - Art. 6º - A composição do **COLEGIADO** é orientada pelos seguintes princípios: I - respeito às formas de organização existentes no Território, fortalecimento da rede de organizações

protagonistas das ações de Reconhecimento do Território Rural Campos e Lagos; II - tratamento eqüitativo dos interesses das representações Municipais; III - pluralidade na composição das representações Municipais; IV - na composição das representações a garantia de no mínimo 50% da sociedade civil e no máximo 50% do Poder Público. **Art. 7º** - O **COLEGIADO** é composto por representantes de entidades públicas, privadas e da sociedade civil, cuja atuação é relevante para o

desenvolvimento do Território Rural dos Campos e Lagos. **CAPITULO II – DOS DIREITOS E DEVERES - Art. 8º -** Conforme o disposto nos artigos 6º e seus incisos e no 7º, os membros do Colegiado Territorial terão uma relação de equidade de direitos e deveres para com o desenvolvimento de ações do Colegiado Territorial. São direitos dos (as) membros(as): I - Gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pelo Colegiado Territorial; II - Votar e ser votado (a) para qualquer cargo ou função; III - Participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem; IV - Solicitar esclarecimentos e informações sobre as atividades do Colegiado Territorial e propor medidas que julgue de interesse para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento; V - Convocar a Assembléia Geral nos termos e condições previstas neste Regimento; **Art. 9º -** São deveres dos membros: I - Preservar as disposições estatutárias, bem como as deliberações tomadas pela Assembléia Geral e Colegiado Territorial; II - Respeitar os compromissos assumidos para com o COLEGIADO;

III - Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e fortalecimento do COLEGIADO; IV - Participar das Assembléias Gerais do Território. **Art. 10º -** Serão excluídos, pela Assembléia Geral, do quadro de representantes das instituições que tem assento no COLEGIADO, aqueles (as) que contrariarem o presente Regimento ou se abstiverem das atividades programadas pelo Colegiado Territorial, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadamente, sem a devida justificativa. § 1º - O membro excluído poderá recorrer por escrito ao COLEGIADO e, em caso de, também nesta, ser indeferida sua permanência, poderá recorrer em última instância a Assembléia Geral. § 2º - O membro que estiver em processo de exclusão e tenha recorrido ao Colegiado Territorial ou a Assembléia Geral, e se o recurso ainda não tiver sido apreciado ficará sem direito a voto e a ser votado.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - Art. 11 - A estrutura organizacional do COLEGIADO é composta por: I - Assembléia Geral; II - Núcleo diretivo; III - Núcleo Técnico - IV - Comissões Setoriais. **SEÇÃO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL - Art. 12 -** A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação do COLEGIADO, é composta por 56 membros, indicados para um mandato de 02 (dois) anos, sendo no máximo 50% do poder Público e no mínimo 50% da sociedade civil, assim distribuídos: I - 24 (vinte e quatro) representantes do Poder Público Municipal; II- 4 (quatro) Representantes do Poder Público Estadual e Federal; III - 24 (vinte e quatro) Representantes da Sociedade civil Municipal; IV – 4 (quatro) Representantes da sociedade civil Estadual e Territorial, atendendo os seguintes critérios: as representações da sociedade civil contemplam, Quilombolas, Agricultores familiares, Assentados da Reforma Agrária, Pescadores, Jovens, Mulheres, Cooperativas, Quebradeiras de coco (extrativistas), Artesãos e Organizações de Rede. § 1º - Cada instituição participante da Assembléia Geral do COLEGIADO definida nos incisos I, III, indicará 01 (um) representante legal e 01 (um) suplente, que o substituirá em caso de impossibilidade de comparecimento. § 2º - Para cada um dos representantes da sociedade civil organizada definido nos incisos II e IV serão indicados 01 (um) representante legal e 01 (um) suplente, que o substituirá em caso de impossibilidade de comparecimento. § 3º - Nas votações da Assembléia Geral, terão direito a voto os titulares definidos em cada inciso, e na sua ausência, o suplente correspondente. **Art. 13 -** Compete à Assembléia Geral: I - aprovar o presente Regimento e respectivas alterações; II - eleger o Núcleo Diretivo; III - eleger os membros do COLEGIADO; IV - deliberar sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território Rural dos Campos e

Lagos; **V** - apreciar o plano de ação anual e o relatório de atividades do Colegiado Territorial; **VI** - deliberar sobre os assuntos que lhe forem propostos pelo COLEGIADO; **VII** - dissolver o Colegiado Territorial; **VIII** - decidir sobre os casos omissos neste Regimento. **Art. 14** - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á: **I** - em caráter ordinário, duas vezes ao ano, com as seguintes funções: a) no terceiro bimestre do ano para acompanhamento das atividades realizadas, proposição de redirecionamentos e complementações das atividades do plano de trabalho anual e apreciação dos demais assuntos constantes da pauta de convocação; b) no último bimestre do ano para apreciação do relatório de atividades, aprovação do plano de trabalho anual para o ano seguinte e eleição dos membros do Núcleo diretivo e do Colegiado Territorial, quando se fizer necessário; **II** - extraordinariamente, sempre que convocada na forma do presente Regimento. **§ 1º** - A Assembléia Geral Ordinária é convocada: **I** - pelo Coordenador; **II** - na falta deste, pelo Vice-Coordenador ou seu substituto regimental. **§ 2º** - O edital de convocação será expedido com antecedência mínima de 10 (dez) dias. **Art. 15** - A Assembléia Geral Extraordinária só delibera sobre os assuntos constantes na ordem do dia, inseridos no edital que a convocou. **§ 1º** - A Assembléia Geral Extraordinária é convocada: **I** - pelo Coordenador; **II** - por subscrição de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Assembléia Geral. **§ 2º** - A convocação, no caso do inciso II, ocorrerá quando o Coordenador, instado, não o fizer no prazo de 15 (quinze) dias, ou o fizer sem atendimento à pauta requerida. **§ 3º** - O Edital de convocação da Assembléia Geral Extraordinária indicará, obrigatoriamente: **I** - o objeto e a pauta dos trabalhos, com a ordem do dia; **II** - o local, data e hora da instalação; **§ 4º** - O Edital será remetido com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, aos membros da Assembléia Geral, salvo por motivo de força maior. **Art. 16** - A Assembléia Geral instala-se, em primeira convocação, com metade mais um de seus membros ou, 60 (sessenta) minutos após, com no mínimo 1/3 (um terço) e mais 1 (um) de seus membros, respeitando a paridade, definida art. 6º IV. **§ 1º** - A Assembléia Geral delibera por maioria simples, exceto nos casos do inciso I e II do artigo 10 e § 1º do artigo 2º, onde a Assembléia só delibera pelo voto de metade mais um dos seus membros. **§ 2º** - A dissolução do Colegiado Territorial, prevista no art. 10, inciso VII, deste regimento, só pode ser deliberada em Assembléia Geral, com aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus membros. **§ 3º** - A Assembléia Geral é presidida pelo Coordenador do Colegiado Territorial, à exceção do caso previsto no artigo 12, § 1º, inciso II. **SEÇÃO II - DO NÚCLEO DIRETIVO - Art. 17** - O Núcleo Diretivo compõe-se de um (a) Coordenador, um (a) Vice-Coordenador, um (a) Secretário (a), um (a) Tesoureiro (a) e sete conselheiros (as) administrativos (as). **§ 1º** - Os cargos do Núcleo Diretivo, com mandato de dois anos, devem ser ocupados por representantes que tenham assento na Assembléia Geral, permitida uma reeleição. **§ 2º** - Em suas ausências ou impedimentos, o Coordenador será substituído pelo Vice-Coordenador que o sucederá e, assim, sucessivamente na seguinte ordem: Secretário, Tesoureiro. **§ 3º** - A eleição do Núcleo Diretivo será pela Assembléia Geral Ordinária dar-se-á por votação secreta, antecedida de chamada nominal, ou por aclamação, em caso de chapa única. **Art. 18** - Compete ao Núcleo Diretivo: **I** - por seu Coordenador (a): **a)** representar o Colegiado Territorial, ativa e passivamente; **b)** convocar e presidir a Assembléia Geral, do Colegiado Territorial e do Núcleo Diretivo; **c)** submeter à apreciação da Assembléia Geral o plano de trabalho anual e o relatório das atividades; **d)** exercer o

voto de “Minerva”; II - por seu (sua) Vice-Coordenador (a): a) substituir o (a) Coordenador (a) em seus impedimentos, observado o disposto no artigo 14, § 2º, e colaborar com ele nos trabalhos de rotina; b) exercer as atribuições que lhes forem designadas pelo COLEGIADO. III - por seu Secretário (a): a) administrar o expediente da sede do COLEGIADO; b) lavrar as atas das reuniões do Núcleo diretivo da Assembléia Geral e do COLEGIADO; c) gerir os demais atos pertinentes à secretaria e os que lhe forem designados pelo COLEGIADO. IV - por seu Tesoureiro (a): substituir o secretário na sua falta ou impedimento; elaborar e apresentar balancetes referentes a movimentação financeira realizada pelo Colegiado Territorial; assinar juntamente com o Coordenador os cheques, ordens de pagamento e demais documentos contábeis, fazendo os pagamentos devidamente autorizados pelo Núcleo Diretivo; ter sob sua responsabilidade, quaisquer valores do COLEGIADO.

SEÇÃO - III - DA COMPETÊNCIA DO NÚCLEO DIRETIVO - Art. 19º - Compete ao Núcleo Diretivo: elaborar as diretrizes, planos e projetos de desenvolvimento do Território Rural dos Campos e Lagos, visando ao alcance dos objetivos do Colegiado Territorial; II - coordenar a articulação interinstitucional, visando ao desenvolvimento de parcerias com o Governo Federal, os governos estaduais, municipais, organizações internacionais, universidades, e as organizações da iniciativa privada e sociedade civil; III - fortalecer entidades de apoio e execução de iniciativas e projetos do Território Rural dos Campos e Lagos, tais como agências de desenvolvimento, institutos e outros; IV - viabilizar a disponibilização de servidores públicos de órgãos dos Governos Municipais, Estadual e Federal, de instituições públicas e privadas, para a execução de projetos e serviços inerentes ao desenvolvimento integrado e sustentável do Território; V - criar comissões setoriais para apoiar as atividades de planejamento e gestão de programas e projetos; VI - coordenar os trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território e da carteira de projetos; VII - referendar convênios, termos de acordo e contratos realizados por entidades públicas, sociedades civis sem fins lucrativos e privadas que executem programas, projetos e ações propostos pelo Colegiado Territorial;

VIII - Monitorar a execução de programas e projetos propostos pelo Colegiado Territorial e realizados por entidades públicas, sociedades civis sem fins lucrativos e privadas. **SEÇÃO IV - DO NÚCLEO TÉCNICO - Art. 20** - O Núcleo Técnico compõe-se das entidades que prestam serviços de assessoria organizacional, ambiental, agrária, agrícola, educacional e cultural, que sejam membros deste Colegiado Territorial. **Art. 21** - Compete ao Núcleo Técnico: I - Assessorar o Núcleo Diretivo, nas suas deliberações e encaminhamentos; II - estudar os problemas territoriais, propondo-lhes soluções e encaminhamentos; III - elaborar e priorizar programas e projetos e ações para o Território Rural dos Campos e Lagos; V - deliberar sobre assuntos específicos da respectiva área, por delegação do Núcleo Diretivo.

SEÇÃO V - DAS COMISSÕES SETORIAIS

Art. 22 – O Núcleo Diretivo pode criar Comissões Setoriais para apoiar as atividades de planejamento e gestão de programas, projetos e ações, que terão caráter temporário e trabalharão em conjunto e sob coordenação do Núcleo Técnico. § Único – Poderão compor estas comissões, organizações da sociedade civil, universidades e pessoas, que não sejam membros do colegiado e que possuam notório saber sobre a temática a ser abordada na comissão setorial. **TÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS - Art. 23** – O Colegiado Territorial não possuirá patrimônio, todos os recursos e contribuições para seu

funcionamento advirão de contribuições dos seus membros, que serão destinadas à manutenção do mesmo. Art. 24 – Todas as instituições que compõem o COLEGIADO, contribuirão com serviços e/ou 20% do salário mínimo semestralmente para manutenção das atividades do Núcleo Diretivo e Técnico do COLEGIADO. Art. 25 – Todos os membros dos órgãos do Colegiado Territorial exercem seus cargos sem remuneração, enquanto múnus público. § 1º Consideram-se membros do Colegiado Territorial, os representantes das entidades que foram eleitas na plenária dia 10 dezembro 2008. Art. 26 – O presente Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembléia Geral e dos registros necessários. Art. 27 – O presente Regimento poderá ser revisto ou ratificado no prazo de seis meses da data da sua criação ou a qualquer tempo por decisão da Assembléia Geral. No item b) da pauta, foi apresentado todos membros das instituições com assento no colegiado: Julio de Ribamar Diniz Silva, representando a Prefeitura do município de Ararí, João Carlos Costa da Silva Leite, representando a Prefeitura do Município de Matinha.MA, Jorge Luis Pereira Vieira, representando a Prefeitura do Município de Vitória do Mearim, Urubatam de Deus Araújo Souza, representando a prefeitura do Município de São Bento, Cleyton Dias Freitas, representando a prefeitura do Município de Palmeirândia, Arienilson Costa, representando a prefeitura do Município de Olinda Nova do Maranhão, Raimundo Nonato Penha da Penha, representando a Câmara municipal de Olinda Nova do Maranhão e o Legislativo do Território Campos e Lagos, Álvaro João Batalha Jardim, representando a Secretaria Municipal de Agricultura de Ararí, Carlos Alberto Costa dos Santos, representando a Secretaria Municipal de Agricultura de Matinha.MA, João de Deus Ribeiro, representando a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de São Bento, Iralcides Chagas Marques Junior, representando a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vitória do Mearim, Iraneide Assunção Câmara, representando a Secretaria Municipal de Educação de Palmeirândia, Claudia de Moraes Souza Ribeiro, representando a Regional de Educação, por Cajarí, Drª. Ana Claudia Costa Macedo, representando a AGED (Agencia Estadual de Defesa agropecuária, no Município de São Vicente Ferrer, Maria Regina Martins Cabral, representando a ONG FORMAÇÃO (Centro de Apoio a Educação Básica), na condição de Organização Estadual da Sociedade civil, Rosenilde Gregória do santos Costa, representando o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), como organização da Sociedade civil Estadual, Jean Cláudio Penha Gomes, representando a REDE dos CMDCA's (Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente) do Território Campos e Lagos, Maria da Conceição da Costa Silva, representando a Igreja Católica de Ararí, Cleilda de Jesus Cirqueira Santos, representando a Igreja Evangélica Assembléia de Deus de São Vicente Ferrer, Evandro Pereira Soares, representando a Associação Comercial de São Bento, Moises Mendes representando o STTR do Sistema CONTAG de Vitória do Mearim, Jose Orlando Dos Santos, representando o STTR de Matinha.MA, Zulmira de Jesus Mendonça, representando o MIQCB (Movimento interestadual da Quebradeiras de Coco Babaçu), pelo Município de Viana, Maria de Fátima santos Pereira, representante da colona de Pescadores de Viana, Marcelo Silva Brito, representando a colônia de Pescadores de Vitória do Mearim, Jânio de Jesus Bogéa Dutra, representando o Fórum da Juventude de Ararí, Maximo Freitas Maranhão, representando Fórum da Juventude de São João Batista, Jéssica de oliveira Sousa, representando a REDE de jovens Comunicadores de Penalva, César Roberto Serra, representando a COOPERCAMPOS (Cooperativa

dos agricultores Orgânicos do Território), Evandro Mota dias, representando os Sindicatos Urbano, por Palmeirândia, Gilmar de Jesus Melo, representando os CEMPs (Centro de Educação Médio e Profissionalizante), pelo Município de São Bento, Denivaldo Freitas de Moraes, representando a ADS-CAMPOS E LAGOS (Agencia de Desenvolvimento Sustentável), pelo Município de Matinha, Richardson Neves Santos, representando a ADS-CAMPOS E LAGOS (Agencia de Desenvolvimento Sustentável), pelo Município de Olinda Nova do Maranhão, sendo eleitos e empossados os seguintes membros para o núcleo Diretivo para o Mandato de 2 (dois) anos: Coordenador - Jean Cláudio Penha Gomes, Vice Coordenador, João Carlos Costa da Silva Leite, Secretaria, Cleilda de Jesus Cirqueira Santos, Tesoureiro, Jorge Luis Pereira Vieira. CONSELHEIROS ADMINISTRATIVOS- Denivaldo Freitas Moraes, Rosenildes Gregória dos santos Costa, Cleyton Dias Freitas, Álvaro João Batalha Jardim, Zulmira de Jesus Mendonça, Maria de Fátima Pereira, Moises Mendes. Nada mais havia a tratar o presidente da Assembléia deu por encerrada os trabalhos, pediu que lavrasse ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo secretario, pelo Presidente e Coordenador do Núcleo Diretivo homologada pela lista de presença e demais que assim o desejarem.

Denivaldo Freitas de Moraes

Secretário da Assembléia

Jean Cláudio Penha Gomes

Presidente da Assembléia e Coordenador do Núcleo Diretivo - CODETER

TERRITORIO CAMPOS E LAGOS MARANHENSE					
01 NOME: CODETER - COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL					02. EXERCÍCIO
					2009/2011
03. TÍTULO DO PROGRAMA					
TERRITORIO DE CIDADANIA					
MUNICIPIO	CPF	09. ESPECIFICAÇÃO	ORGAO	FONE	EMAIL
ARARI		Julio de Ribamar Diniz Silva	Prefeitura	81473073	juliodiniz@ararinet.com
		Alvaro Joao batalha Jardim	sec.Agricultura	81423292	alvarobatalha@yahoo.com.br
		Ailton Barros	Forum	91369811	alvarobatalha@gmail.com
		Maria da Conceição da Costa Silva	Igrej. Catoli	34530732	
VITORIA		Jorge Luis Pereira Vieira	Prefeitura	99671932/81654037	
		Iracildes Chaves Marques Junior	sec.Saúde	81252808	juniormarques@hotmail.com
		Marcelo Silva Brito	colonia	88192705	marcelosbrito@hotmail.com
		Moisés Mendes	STTR	99643292	
CAJARI		Vilma Trindade Abreu	prefeitura	91416522	
		Raimundo Saturnino Gomes Costa	Reg.Educação	3356-1141	
		Janaina Pereira Teixeira	Sind. Pesca	33561268	91430837
		Ednaldo Padilha	Aconerug		
VIANA		Jose Raimundo Pinto Sá	Prefeitura		
			sec.Educação		
		Zulmira de Jesus Mendonça	MIQCB	87238827	zulmiraemendonca@hotmail.com
		Maria de Fatima Santos Pereira	Colonia pesca	33511715	
PENALVA		Francisco Oliveira	Prefeitura	81720309 81418077	franciscooliveira@gmail.com
			reg.Saúde		
		Jessica de Oliveira Souza	Rede J.Comun		
			MIQCB		
PEDRO ROSA		Gilberto Junior Costa	Prefeitura		
			Aconeruc		
			Agerp		
		Genésio R. de Aguiar Filho	febraf		
MATINHA		Joao Carlos Costa Silva Leite	Prefeitura		
		Denivaldo Freitas Moraes	ADS		
		Joaquim Alves da Silva	sec. Agricultura	88196964	
OLINDA		Jose Orlando dos Santos	STTR		
		Arielson Costa	Prefeitura	81248180	arielsoncosta@hotmail.com
		Cesar Roberto Serra	COOPERLAGOS		
		Raimundo Nonato Penha da Penha	camara vereador		
SJ BATISTA		Richardson Neves Santos	ADS		
			prefeitura		
		Máximo Freitas Maranhão	Forum	84059206	
		Aguiar	ADS		
S V FERRER			SEC. EDUCAÇÃO		
		Mariano Rosa de Freitas	Prefeitura	88846732	
		Ana Cláudia Costa Macedo	AGED		
			COOPERLAGOS		
SÃO BENTO			Igreja evangelica		
		Urubatan de Deus Araújo Souza	prefeitura	99345260	
		Miguel Jorge M.Barros	CEMP		
		Evandro Pereira Soares	Associação Comescial	99610301	evandrosoares@ig.com.br
ALMEIRANDI		Joao de Deus Ribeiro	sec. Agricultura	99040570	
FEDERAL	STADUA		CEMP		
		Evandro Mota Dias	SIND. PESCA		
			INCRA		
REDE	ONG		ITERMA		
			IBAMA		
			SEMA		
		Jean Claudio Penha gomes	CMDCAs		faron.jean@ig.com.br
		Maria Regina Martins cabral	FORMAÇÃO		
		Rosenilde Gregoria Dos santos Costa	GTA		
		nice	CNS		

TR CAMPOS E LAGOS-MA / PROINF 2009

Ordem	Prioridade	Descrição das Ações de INVESTIMENTO	Metas (Quant)	Ano de Execução	Valor (R\$1,00)			Nome do Proponente	Nº Identificação no SICONV
					SDT/MDA	Contra-Partida	Total		
1		Agroindustria de beneficiamento do pescado	1	2009	111.869,53	6.214,97	118.084,50	MATINHA	Empenhado
2		Agroindustria de beneficiamento do pescado	1	2009	111.869,53	6.214,97	118.084,50	S.J.BATIS TA	Reap em 2010 ESTADO
3		Agroindustria de beneficiamento do pescado	1	2009	111.869,53	6.214,97	118.084,50	PENALVA	Reap em 2010 ESTADO
4		Agroindustria de beneficiamento do pescado	1	2009	111.869,53	6.214,97	118.084,50	VITORIA DO MEARIM	Reap em 2010 ESTADO
5		Agroindustria de beneficiamento da mandioca	1	2009	99.535,16	5.529,73	105.064,89	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	Empenhado
6		Agroindustria de beneficiamento da mandioca	1	2009	99.535,16	5.529,73	105.064,89	ARARI	Empenhado
7		Agroindustria de beneficiamento da mandioca	1	2009	99.535,16	5.529,73	105.064,89	PALMEIR ANDIA	Reap em 2010 ESTADO
8		Agroindustria de beneficiamento da mandioca	1	2009	99.535,16	5.529,73	105.064,89	SÃO BENTO	Empenhado
Total de investimento:					845.618,76	46.978,80	892597,56		

TR CAMPOS E LAGOS-MA / PROINF 2010

Ordem	Prioridade	Descrição das Ações de INVESTIMENTO	Metas (Quant)	Ano de Execução	Valor (R\$1,00)			Nome do Proponente	Nº Identificação no SICONV
					SDT/MDA	Contra-Partida	Total		
1		Agroindustria de beneficiamento da mandioca	1	2010	99.535,16	5.529,73	105.064,89	PEDRO DO ROSÁRIO	ESTADO
2		Agroindustria de beneficiamento da mandioca	1	2010	99.535,16	5.529,73	105.064,89	OLINDA NOVA	ESTADO
3		Agroindustria de beneficiamento da mandioca	1	2010	99.535,16	5.529,73	105.064,89	CAJARI	ESTADO
4		Fabrica de ração	1	2010	99.535,16	5.529,73	105.064,89	MATINHA	ESTADO

5	Fabrica de ração	1	2010	99.535,1 6	5.529,73	105.064,89	VITORIA DO MEARIM	ESTADO
6	Agroindustria de beneficiamento do coco babaçu	1	2010	6.000,00	114.000,00	120.000,00	VIANA	ESTADO
7	Agroindustria de beneficiamento do coco babaçu	1	2010	6.000,00	114.000,00	120.000,00	PALMEIRANDI A	ESTADO
Total de investimento:								

Há alguns dias atrás participamos de uma videoconferência promovida pelo Governo Federal para apresentar o Plano Safra deste ano agrícola. O evento foi bastante prejudicado pela baixa qualidade de áudio, mas houve um momento muito interessante, quando o palestrante foi questionado por um dos presentes sobre o rigor com que estão expedindo as DAPs e uma Diretora da AGERP, justificando esse rigor pelos excessos cometidos no passado, relatou que os técnicos da AGERP tem orientação para ter esse rigor. O palestrante então fez a colocação que achamos interessantíssima. Ele falou que não se deve nunca perder o foco do objetivo da expedição da DAP. E o grande objetivo é **contribuir para a felicidade do agricultor familiar e de sua família**. Em seguida, deu vários exemplos de situações que, se não vistas com esse foco, podem desvirtuar esse objetivo. E CONCLUIU DIZENDO QUE O QUE DEVE PREVALECER É O BOM CENSO E NÃO O RIGOR CEGO.

Parece que nem todos concordam com esse posicionamento no MDA. O exemplo é o que aconteceu com a proposta do nosso Território para o PROINF, nestes últimos dias. Senão vejamos:

Saiu a chamada do PROINF e o TR Campos e Lagos se reuniu para discutir a proposta que apresentaria, atendendo às regras estabelecidas na chamada. Antes, a Coordenação do Núcleo Diretivo já havia estudado a chamada e achado interessante a abertura para aparelhamento de SIMs, uma necessidade muito grande para melhor estruturação do processamento de produtos da agricultura familiar e convidou técnicos da AGED para explicar aos participantes o que poderia de fato representar um SIM no Município, como deve ser instalado e qual o apoio que essa Agência poderia dar nessa ação.

Na reunião, compareceram representações de sete Municípios e, ao final, foi aprovado que seria apresentado um projeto para aparelhamento de SIMs nesses sete Municípios. A AGED procuraria um órgão do Estado para ser o proponente, enquanto o Núcleo Diretivo elaboraria a proposta que seria encaminhada a esse proponente para ser cadastrada no SICONV.

A AGED contactou com a SEDES que, em princípio, aceitou ser o proponente e o ND, já no último dia de cadastro encaminhou a proposta para essa entidade, mas aconteceu um imprevisto. O funcionário da SEDES responsável pelo cadastramento de propostas no SICONV não compareceu ao trabalho.

Para não perder a proposta, ficou acertado com a AGED e a SEDES que o Município de Arari cadastraria a proposta no SICONV como proponente e, mais tarde, seria feito um convênio para repasse dessa contrapartida de forma que não haveria sobrecarga para a prefeitura de Arari.

Nesse dia, o SICONV ficou fora do ar durante toda a tarde, somente voltando por volta das vinte e duas horas. Mesmo assim, conseguimos cadastrar parcialmente a proposta e gerar um número para ela.

Todo esse impedimento prejudicou o cadastro de propostas de vários Territórios e, por isso, o prazo para apresentação foi ampliado. Assim, nos dias seguintes conseguimos cadastrar a proposta completa mandando-a para análise e assim cumprindo tudo o que foi orientado.

Contatamos então com representantes dos 7 Municípios dando a notícia e todos começaram a tomar as medidas para a implantação dos seus SIMs, com base em orientações dadas pela AGED, marcando, inclusive reunião para aprofundarmos os detalhes dessas ações.

No dia da reunião, entretanto, fomos informados pela DFDA de que a proposta havia recebido um parecer com orientações e que procurássemos tomar as providências nesse sentido para não perdê-la.

O parecer do analista ANDRÉ LUÍS SOUSA GALVÃO era o seguinte:

“O limite de atuação da Prefeitura é o seu território, não sendo possível a aquisição de equipamentos para a estruturação de outras Prefeituras”.

“Uma proposta para aquisição de equipamentos que serão cedidos para diversas

Prefeituras deve ser apresentada por um Órgão Estadual”.

“A proposta deverá ser revista ou substituída, conforme decisão a ser adotada pelo Território Campos e Lagos”. (o negrito é nosso)

Embora não concordando com o parecer – a chamada pública, em lugar nenhum cita essa proibição e já houve projeto no Território cujo proponente foi a Prefeitura de Olinda Nova do Maranhão e por ele foram comprados equipamentos de feira da agricultura familiar que foram distribuídos por outros Municípios – procuramos imediatamente fazer a substituição do proponente.

Nesse sentido, os representantes dos sete Municípios e da AGED que estavam reunidos em Arari, se deslocaram na mesma hora para São Luís e se reuniram com o Secretário de Agricultura do Maranhão, conseguindo sensibilizar o mesmo para ser o proponente.

Tudo acertado, quando o setor competente para cadastramento de propostas no SICONV tentou cadastrar a proposta retificada, o sistema não permitiu.

Questionada a DFDA sobre essa situação, veio a informação de que a substituição do proponente era considerada uma nova proposta e a chamada não permitia isso. Conclusão: o Território da Cidadania dos Campos e Lagos acabava de perder o seu PROINF.

VOLTANDO À EXPLICAÇÃO DO PALESTRANTE DA VIDEOCONFERÊNCIA, SERÁ QUE QUEM FAZ ESSES PARECERES NAS PROPOSTAS DO PROINF OU TOMA ESSAS DECISÕES, ESTÁ DE FATO QUERENDO A FELICIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS FAMÍLIAS?

SERÁ QUE NÃO ESTÃO ASSUMINDO AS MESMAS ATITUDES DOS FARISEUS QUE COLOCAVAM LEIS E REGRAS ACIMA DO SER HUMANO? LEMBRAM-SE DO QUE JESUS FALOU A ELES?

OU MAIS: SERÁ QUE NÃO ESTÃO INTERPRETANDO OU MESMO ACRESCENTANDO REGRAS INVENTADAS POR ELES MESMOS PARA IMPEDIR A APROVAÇÃO DA PROPOSTA, SABEMOS LÁ COM QUE INTENÇÃO?

É BOM QUE FAÇAM UM EXAME DE CONSCIÊNCIA PARA VER SE ISSO NÃO ESTÁ ACONTECENDO, POIS PARA NÓS, PRIMEIRO NÃO HÁ REGRAS QUE IMPEÇAM A PREFEITURA DE SER O PROPONENTE DE UM PROJETO DE CUNHO TERRITORIAL E, SEGUNDO, A SUBSTITUIÇÃO DE UM PROPONENTE POR OUTRO EM UMA PROPOSTA NÃO SIGNIFICA NECESSARIAMENTE QUE SEJA INTERPRETADA COMO UMA NOVA PROPOSTA UMA VEZ QUE TODO O CONTEÚDO DA PROPOSTA CONTINUA O MESMO.

DE QUALQUER FORMA, ESTA FOI A ÚLTIMA PROPOSTA QUE PARTICIPAMOS DO PROINF POIS NÃO NOS SENTIMOS À VONTADE PARA CAMINHAR JUNTO COM PESSOAS EM CUJA INTENÇÃO NÃO MAIS ACREDITAMOS QUE SEJAM COINCIDENTES COM A NOSSA.

revisado em março de 2006.

(Exclusivo para detalhamento das Ações de Custeio desvinculadas de intervenção física)

Deve ser preenchido pelo proponente/tomador e entregue às Secretarias Executivas Estaduais do PRONAF para homologação ou encaminhamento à SDT ou SAF, Secretarias do MDA/PRONAF, para apreciação e oportuna aprovação.

Programa: PRONAT- PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS RURAIS.

**MODALIDADE:- Também pode ser Modalidade “Custeio”
CONTRATO/PT:-nº do contrato na CAIXA**

- Verificar enquadramento do Plano de Trabalho - PT, em uma das modalidades do Programa, como por exemplo; Infra-estrutura e serviços, Infra-estrutura e serviços – AFEM, Infra-estrutura e Serviços – Especial, Monitoramento de Ações do PRONAF, Capacitação de Agricultores Familiares, etc.

Campo 1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Órgão ou Entidade Proponente

- Nome do órgão ou entidade proponente/tomadora (Ex.: Prefeitura Municipal, Governo do Estado, ONG (nome) etc.)

Município

- Nome do município sede do órgão ou entidade proponente.

Estado

- Nome da Unidade da Federação onde localiza-se a sede do órgão ou entidade proponente.

Campo 2 – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO / METAS:

Ações de custeio (serviço) de caráter genérico que englobam as atividades da proposta.

----Copiar o objeto exatamente como está escrito no “PT” Plano de Trabalho contratado.-----

----Copiar a descrição das metas exatamente como esta escrito no “PT” Plano de Trabalho aprovado pela SDT e contratado através da CAIXA.

Exemplos:

- Capacitação de Agricultores Familiares em implantação e condução de atividades agrícolas e/não agrícolas,
- Difusão de tecnologias que possibilitem o aumento da produtividade dos sistemas de produção,
- Ações da Secretaria Executiva Estadual do PRONAF no assessoramento aos municípios beneficiários
- Ações de Desenvolvimento Territorial

Para operações do PRONAF elencar todas as metas de custeio.

Campo 3 – METAS E ATIVIDADES / DETALHAMENTO (Planilha):

3.1- META: (copiar a descrição da meta exatamente como está no PT contratado, respeitando a ordem- meta-01 no primeiro quadro , meta –02 em outro quadro sucessivamente e detalhando estas por item de despesas)

META:

- No caso de mais de uma meta, preencher tantos quadros quantas forem as metas , ou seja um quadro, no mínimo, por meta.

Ex.: Meta 1. Capacitação de agricultores familiares em atividades agrícolas e não agrícolas.

ITEM:

- Ordenar as atividades de forma hierarquizada. (META por item de despesas(ver exemplo a seguir).

DISCRIMINAÇÃO:

- Discriminar as atividades/ações de cada meta e de cada Item de despesa.

Exemplo:

1.1 –META-01- Curso de manejo de suínos:

1.1.1 ITEM DE DESPESA - Despesas com pagamento de instrutor(e assim sucessivamente)

1.1.2 - Aquisição de material de escritório (ex.: caneta, pastas, material para anotações, etc.- não é necessário detalhar este material, a citação é genérica de seu conjunto)

1.1.3 - Pagamento de despesas com alimentação

1.1.4 - Despesas com transporte / excursão a propriedades demonstrativas

1.2 –META-02 Curso de Comercialização e agroindústria

1.2.1 - Despesas com material de escritório

1.2.2 - Viagem de visita a locais de comercialização

PERÍODO

- Período, em meses, para execução da atividade. Exemplo: JAN-MAR (lembrar que o período deve ser considerado no cronograma de execução)

EXECUTOR

- Entidade contratada , se for execução direta”D” , entidade terceirizada se for execução indireta”I”

REGIME

- Execução direta - colocar “D “ – quando a própria entidade tomadora realiza as atividades
- Execução indireta - colocar ”I” – quando uma terceira entidade contratada pela tomadora executa as atividades

LOCAL DA REALIZAÇÃO

- Citar o município e/ou localidade/distrito, de realização da atividade.

Indicadores Físicos:

DURAÇÃO

- Quantidade meses, dias, horas, dispendida em cada evento. Exemplo: Curso de Citricultura: Duração: 3 dias ou 12 horas/aula (h/a).Lembrar que isso deve ser observado quando elaborar o cronograma de desembolso.

UNIDADE/PÚBLICO

- Citar a Unidade de medida da atividade e o número de seus beneficiários diretos (público beneficiado).

Exemplo: Curso de Agricultura Orgânica para agricultores familiares - Unidade = Curso, Público = agricultores, lançar na coluna (Unid./ Público) - curso/agric.

Para ações como “Elaboração de Planos ou Projetos” não é necessário preencher este campo.

QUANTIDADE

- Quantificar o número de eventos e o público beneficiário. Pelo exemplo acima seriam 10 cursos para 300 agricultores, então 10 / 300.

Para ações como “Elaboração de Planos ou Projetos” não é necessário preencher este campo.

CUSTOS (em Reais):

Unitário

- Custo unitário de cada atividade ou item de despesa. Exemplo: Custo de cada curso e das ações (itens) a serem desenvolvidas para realizar o curso, como por exemplo, transporte de pessoal, pagamento de instrutores, custeio de viagens e diárias, material de consumo (canetas, e outros materiais didáticos).

Total

- Valor obtido pela multiplicação do valor da quantidade pelo valor unitário.

Total da Meta

- Totalizar o número de ITENS / seus beneficiários e o custo total das atividades. Cuidar para não somar valores já totalizados.

Observações:

- Utilizar este campo para complementar, com informações esclarecedoras, os dados da planilha que por falta de espaço não foram registradas.

Campo 4 - Cronograma de Desembolso / desbloqueio dos recursos financeiros(obs: ele é diferente do cronograma do PT)

Programar, por **ITENS** de despesas a necessidade mensal de recursos financeiros para execução das ações planejadas no PAT, conforme está no quadro **3- METAS E ATIVIDADES / DETALHAMENTO**. As parcelas totais programadas mensalmente no cronograma serão desbloqueadas e o saldo referente as parcelas seguintes, a CAIXA aplicará numa conta remunerada a qual deverá render juros ao saldo do contrato, enquanto não utilizado. Cada parcela do cronograma implicará na elaboração de um **REA**-Relatório de Execução de Atividades. A aprovação do **REA** da primeira parcela garante o desbloqueio da terceira parcela programada no cronograma de desembolso, o **REA** da segunda libera a quarta e assim sucessivamente. Destacamos que o desbloqueio da segunda parcela ocorrerá com uma solicitação direta do conveniado junto ao EN/CAIXA. No caso de necessidade de alteração do fluxo financeiro (CRONOGRAMA) para execução das atividades, parcelamento dos recursos, submeter nova proposta à homologação do Gestor através do PAT.

Campo 5 - Metodologia de Execução das Atividades de Custeio

IMPORTANTE !

É neste campo que o proponente deve esclarecer o máximo possível as ações a desenvolver, para que haja o claro entendimento e análise técnica pelo Gestor do Programa das ações custeadas com recursos públicos, e para que seja facilitado o acompanhamento da execução das mesmas.

Meta

- Número de ordem da meta a ser descrita. (igual a ordem dos campos 2 e 3.)

Forma de Execução das Atividades

- Descrever detalhadamente como serão executadas as atividades de cada meta, de forma a ter-se o entendimento de como é planejada a execução destas ações. Neste campo podem e devem ser colocadas todas as informações necessárias ao entendimento e acompanhamento da efetividade dos trabalhos em execução. Muitas vezes as informações serão de caráter genérico, descrevendo-se, por exemplo, sobre o tipo de metodologia que se usa e sua estratégia.

Exemplos:

- Cursos - quem os ministra, locais de realização, recursos utilizados, com quais parceiros, previsão de lista de presenças e de avaliação do evento e de seus efeitos, etc.
- Assessoramentos/coordenação - consistem em atividades que incluem viagens, visitas de supervisão a que público, que contatos em geral são mantidos, etc.
- Atividades de ATER - de que tipo, visitas técnicas a agricultores, reuniões técnicas, dias-de-campo, demonstrações de resultados(DR), demonstrações de método(DM)
- Planos/Projetos - documentos a serem elaborados, forma de elaboração.

Campo 6 - Indicação de Entidade(s) que Acompanhará(ão) a Execução

- (Campo de preenchimento exclusivo para operações do PRONAF) Indicar a(s) entidade(s) representativa(s) dos beneficiários e seus representantes, que acompanhará(ão) a execução das atividades planejadas. Quando o proponente for município, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR terá indicação obrigatória. Os sindicatos de trabalhadores, cooperativas, associações, clubes de mães, de jovens certamente poderão compor o conjunto de entidades que acompanham as execuções das ações. Esta(s) entidade(s) atestará(ão) os serviços executados por ocasião da apresentação dos Relatórios de Execução de Atividades (REA) parciais e final. No caso de proponente estadual, a entidade atestante será o Conselho Estadual do PRONAF, e/ou outra entidade e o fará somente no REA final.

Campo 7 - Responsável Técnico ou Titular do Proponente / Tomador

- Nome, cargo e assinatura do técnico ou titular da entidade proponente / tomadora (presidente, diretor, etc, responsável pela execução das ações. Se for um técnico que assinou o PAT, o ofício que encaminha este documento para aprovação deve ser assinado pelo titular da entidade.
- Preencher com o nome, cargo, local e a data de assinatura do documento.

Campo 8 – Aprovação – Pela SDT/MDA ou SAF/MDA no caso de PAT apresentado por Governos Municipais poderá se homologado pela Secretaria Executiva no Estado..

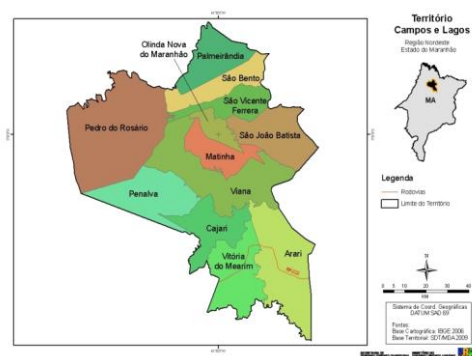
- Nas operações contratadas pela modalidade Infra-estrutura e Serviços, a aprovação fica a cargo da Secretaria Executiva Estadual se tratando de PAT com governos municipais e/ou da SDT/MDA e nas demais a aprovação compete a uma das secretarias do MDA / PRONAF, SAF ou SDT.

PROJETO DE ATIVIDADES - PAT		
(exclusivo para metas/atividades de custeio)		
1. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO		
Programa	Ação Orçamentária	Nº Contrato
2. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA		
Nome	Município	UF
3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO / METAS		
OBJETO:		
METAS:		

[illegible]

4. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO- PAT (R\$ 1,00)															
Item (Meta)	Período de Execução	Participação	ETAPA DE EXECUÇÃO / PARCELAS A DESBLOQUEAR												Total/Item
			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	
		Proponente													
		MDA													
		Total													
		Proponente													
		MDA													
		Total													
		Proponente													
		MDA													
		Total													
		Proponente													
		MDA													
		Total													
		Proponente													
		MDA													
		Total													
		Proponente													
		MDA													
		Total													
Total/Etapa		Proponents													
		MDA													
		Total													

5. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE CUSTEIO	
Meta:	Forma de execução das atividades
1	
6. INDICAÇÃO DE ENTIDADE(S) QUE ACOMPANHARA(AO) A EXECUÇÃO:	
A(s) entidade(s) representativa(s) dos agricultores familiares que acompanhará(ão) a execução das metas constantes deste Projeto de Atividades será(ão):	
ENTIDADE(S):	NOME DO TITULAR(ES)/REPRESENTANTE(S):
7. RESPONSÁVEL TÉCNICO / TITULAR DA ENTIDADE	
Nome:	
Cargo:	
Local:	
Data:	Assinatura
8. APROVAÇÃO PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA	
Nome:	
Cargo:	
Local:	
Data:	Assinatura



TERRITÓRIO CAMPOS E LAGOS

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PTDRS

OBS 1 - VERSÃO PRELIMINAR

1. Antecedentes históricos

Desde 2003 organizações do território, hoje conhecido como TR Campos e Lagos, vêm discutindo propostas voltadas para o seu desenvolvimento. Entre as organizações coordenadoras desse processo se destacaram no período de 2003 a 2008 o Portal da Educação da Baixada – articulação de Secretários de Educação e o Instituto Formação. A partir de 2004, as organizações juvenis foram se articulando, criando os Fóruns da Juventude e se inserindo ativamente nesse processo. Em 2005, os Secretários de Agricultura também decidiram se envolver nesse debate e construíram uma articulação chamada Porteira da Agricultura.

O Formação, o Portal da Educação da Baixada, a Porteira da Agricultura e os Fóruns da Juventude coordenaram um conjunto de debates, em forma de colóquios, sobre desenvolvimento local realizados em nove cidades desse território, no período de 2004 a 2006 e realizaram sobre o mesmo tema, dois grandes encontros sobre desenvolvimento local nas cidades de Arari, Penalva e Santa Inês. Nesses encontros, aprofundaram-se diagnósticos e pesquisas realizados pela equipe do Instituto Formação, com o debate permanente sobre perspectivas e propostas para o desenvolvimento das pessoas e da região onde viviam. Envolveram-se nessas discussões mais de 5 mil pessoas. Tivemos nesse processo apoio de consultores diversos, do Maranhão e de outros estados. Uma interlocução permanente foi mantida com organizações da Encosta da Serra Geral, em Santa Catarina.

Ainda em 2005, o conjunto de organizações acima citadas, decidiu criar uma estrutura para coordenar o diálogo sobre a Baixada. Nasce então a ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável. Para essa criação realizou-se muitas plenárias, reunindo sociedade civil e representantes governamentais. Somaram-se ao conjunto de organizações protagonistas desde 2003, outras muito importantes como MIQCB, ACONERUQ, Colônias de Pescadores,

Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações diversas.

A ADS foi criada e logo em seguida foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Territorial, que contou com um debate aprofundado dos secretários de agricultura, de educação e das organizações sociais do território, sob a coordenação do Instituto Formação. A ADS passa então a ser importante protagonista desse processo e desde 2005 iniciaram-se diálogos com o MDA, em nível local e nacional, para a homologação do território.

OBS 2 (caracterizar territorio)

O Território da Cidadania Campos e Lagos – MA, homologado em 2008 pelo MDA, está situado na mesoregião Norte Maranhense com as seguintes características geográficas; Área: 17.579,366 KM², com população total de 518.241 habitantes e que 57,69% dessa população vive na zona rural. Possui 24.359 agricultores familiares, 6.530 famílias assentadas e 7 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,60. Densidade: 29,5 hab/km, é composto por 12 municípios: Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, São João Batista, Viana, São Bento, São Vicente Ferrer, Vitória do Mearim, Arari e Cajari.

Trata-se de um território com predomínio de população afro-descendente e mestiça, áreas quilombolas e os indicadores confirmam a insuficiência de políticas públicas. Com relação as atividades econômicas o que predomina na região está concentrada no setor agrícola, isto é, a agricultura familiar se destaca, entretanto com baixa produção o que não causa impacto na economia da região. O babaçu está presente em todos os locais e se caracteriza como uma das riquezas do território. A pesca ainda é artesanal e se constitui como um dos principais meios de subsistência da população.

Na área da educação e cultura, as famílias tem pouco acesso aos bens culturais. Os festejos que acontecem nos povoados e as festas tradicionais na sede das cidades são os principais movimentos culturais. Apesar da educação ter contribuído para o IDH nos municípios, ela ainda é vulnerável e os índices educacionais ainda são baixos. A presença do Centro de Ensino Médio Profissionalizante – CEMP em alguns municípios contribuiu para minimizar esses índices, já que são polos difusores de conhecimento aplicados no desenvolvimento da potencialidade dessa região.

OBS 3 (descrever codeter)

O Colegiado do Território Campos e Lagos Maranhenses – CODETER foi criado em 10 de dezembro de 2008. Constitui-se uma instância de caráter deliberativo, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, e atuação dentro da área de abrangência do Território Rural dos Campos e Lagos que visa o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território.

Sua área de abrangência compreende os Municípios de: Ararí, Vitória do Mearim, Cajari, Viana, Penalva, Pedro do Rosário, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, São João Batista, São Vicente Ferrer, São Bento e Palmeirândia

O colegiado é composto por representantes de entidades públicas, privadas e da sociedade civil, cuja atuação é relevante para o desenvolvimento do

Território Rural dos Campos e Lagos. É composto por 56 membros, indicados para um mandato de 02 (dois) anos, sendo no máximo 50% do poder Público e no mínimo 50% da sociedade civil, assim distribuídos: 24 (vinte e quatro) representantes do Poder Público Municipal; 4 (quatro) Representantes do Poder Público Estadual e Federal; 24 (vinte e quatro) Representantes da Sociedade civil Municipal; 4 (quatro) Representantes da sociedade civil Estadual e Territorial, atendendo os seguintes critérios: as representações da sociedade civil contemplam, Quilombolas, Agricultores familiares, Assentados da Reforma Agrária, Pescadores, Jovens, Mulheres, Cooperativas, Quebradeiras de coco (extrativistas), Artesãos e Organizações de Rede.

2. Metodologia adotada na construção da minuta do plano – versão julho 2010

A história do TR Campos e Lagos enquanto território articulado para ações de dinamização de sua gente e de sua economia nasce antes da política do MDA, ainda no ano de 2003. Esse processo está todo registrado, por isso, ao retomarmos como decisão do CODETER Campos e Lagos a elaboração do PTDRS tivemos a necessidade de resgatá-la.

Nesta edição do PTDRS, discutido e reconstruído no primeiro semestre de 2010 durante duas plenárias do Colegiado e aprovado em julho de 2010, pelo CODETER, seguimos os seguintes passos:

- 1 – Resgate da sistematização já realizada até o momento (janeiro 2010);
- 2 – Sistematização dos dados da nova pesquisa (realizada entre 2008 e 2010) para ser contemplado no texto – como diagnóstico (janeiro a junho 2010);
- 3 – Reorganização do texto-base para apreciação de trabalhadores da agricultura familiar e de outros protagonistas e agentes de desenvolvimento do TR Campos e Lagos, a partir das novas discussões na Baixada e da proposta apresentada pelo MDA para a elaboração dos PTDRs (janeiro a março 2010);
- 4 – Debate desse texto em seminários ou plenárias municipais (foi enviado entre abril e junho de 2010);
- 5 – Realização de plenária territorial específica para aprovação do texto final julho (2010).

3. Diagnóstico

O projeto territorial de desenvolvimento sustentável dos lagos maranhenses tem, como base inicial, a promoção da organização dos agricultores familiares na produção, beneficiamento e industrialização de alimentos com base agroecológica e do desenvolvimento de outras atividades econômicas decorrentes das potencialidades emergentes deste território, na geração de emprego, aumento da renda familiar e de outros projetos que possibilitem a retenção dos jovens, como condicionante ao desenvolvimento sustentado deste território. Entre essas outras atividades produtivas, podem ser destacadas, o turismo, o artesanato e a produção cultural.

O TR Campos e Lagos é uma região riquíssima, com enorme potencial natural e onde vive uma população predominantemente empobrecida.

A cultura, tradições, alimentação são fatores comuns entre sua população, no entanto, os campos e lagos constituem elementos de uma identidade comum de seus moradores e o elo de integração que orienta a proposta territorial deste Plano.

Para a elaboração deste Plano foram consideradas as diferenças, especificidades, potencialidades, organização e interesses de cada município, que no seu conjunto de propostas e na referencia territorial dos lagos, consolidam esta região como um território integrado ao projeto de desenvolvimento sustentável a seguir detalhado.

Trata-se, portanto de um Plano territorial de animação econômica, de revitalização e valorização do espaço rural e das atividades da agricultura familiar, que tem nos agricultores familiares, a participação organizada dos jovens, dos moradores representados pelas entidades sociais organizadas, seus principais e verdadeiros protagonistas.

O foco inicial é a produção primária com base agroecológica, agregação de valor, industrialização e turismo, e na sequência, projetos em atividades econômicas associativas não agrícolas no espaço rural.

O projeto fundamenta-se em três fatores básicos:

- a) associativismo
- b) organização
- c) protagonismo local

Espera-se que este Plano possa fomentar a construção e consolidação de uma rede de colaboração de entidades do território, que exercitem de forma permanente o ciclo de planejamento e realização de projetos, com resultados positivos no curto prazo, junto aos agricultores orgânicos e, no médio e longo prazo venham a refletir e melhorar as condições da qualidade de vida de toda a população deste território.

O diagnóstico deste Plano foi elaborado a partir da pesquisa desenvolvida pelo Instituto Formação, com o título **Trabalhadores e trabalhadoras no território rural dos campos e lagos na região da Baixada Maranhense: condições de vida e de trabalho.**

O conteúdo do relatório dessa pesquisa, publicada em livro está organizado em sete itens:

- 1- Introdução
- 2-Elementos históricos, geográficos, econômicos e sociais do TR Campos e Lagos
- 3-Estrutura fundiária e políticas de assentamento no TR Campos e Lagos
 - 3.1 - Mobilização dos sem-terra
 - 3.2 - A luta e a conquista de terras quilombolas
 - 3.3 - Organização das comunidades negras quilombolas
 - 3.4 - As quebradeiras de côco - extrativistas em processos de produção e organização
 - 3.5- Comunidades indígenas – subtração da terra e da dignidade dos povos indígenas
 - 3.6- Pescadores – organização das colônias para fortalecimento da piscicultura
 - 3.7 - Análise comparativa do Índice de Gini sobre a distribuição do uso da

terra

4 - Crédito – a valorização do agrobusiness X a prática da agricultura familiar

4.1- Acesso e modalidades de crédito

5- Assistência técnica – extensão rural

5.1 - Qualificação profissional de trabalhadores e trabalhadoras

6- Infra-estrutura no meio rural – energia, acesso, habitação

6.1-Serviços de educação, cultura, esporte e saúde.

6.2-Espaços de entretenimento e socialização

7-Conclusão

4. Planificação do PTDRS

4.1. Proposições - Estabelecimento do futuro desejado:

População respeitada em suas diversidades de gênero, geração, etnico-raciais, sexo, deficiências, crenças.

População com educação básica e saúde de qualidade.

TR Campos e Lagos com produção agroecológica e segurança alimentar.

Formação profissional em nível básico, técnico, tecnológico e superior.

Pesquisa, assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares na perspectiva agroecológica.

Redes de comercialização e distribuição de alimentos e produtos da agricultura familiar.

Agroindústrias de processamento e beneficiamento como dinamizadoras da produção e agregadoras de valor à produção local.

Água potável e disponível para consumo e produção 12 meses ao ano.

Saneamento básico e moradias saudáveis.

Garantia de saúde preventiva e curativa.

Construção e manutenção permanente de vias de acesso às propriedades.

Acesso às mídias, tecnologias e meios de comunicação e informação.

Acesso à arte, cultura, esportes e ao lazer.

Organizações Políticas e Sociais fortalecidas.

Gestão territorial compartilhada

4.2. Diretrizes

Primar pela eficiência econômica, redução da pobreza, qualidade de vida e aperfeiçoamento das relações político-institucionais.

Trabalhar em sintonia com a conservação do meio ambiente do TR Campos e Lagos.

Atuar nas áreas estratégicas para consolidação de políticas estruturantes do desenvolvimento econômico, social, cultural e político.

4.3. Eixos aglutinadores

1. Produção para geração de renda no TR Campos e Lagos, em atividades da agricultura familiar e de seu entorno produtivo.
2. Conservação e uso racional dos campos, rios e lagos do território.
3. Conservação e uso racional das matas do território.

Eixo de Aglutinador 1: Produção para geração de renda no TR campos e Lagos.

Linhas de Ação:

- *Dinamização da produção de alimentos para sustentabilidade e comércio local.*
- *Fortalecimento da produção de alimentos para comercialização fora do território.*
- *Fomento ao Turismo Rural, Ecológico e de base comunitária*
- *Apoio ao processamento de alimentos de origem vegetal e animal*

Projetos:

Mapeamento e resgate das sementes crioulas

Agroindústrias familiares (beneficiamento e processamento)
 Quintais produtivos (em redes)
 Pomares Caseiros (em redes)
 Rizicultura e criação de patos em médias e pequenas propriedades
 Mapeamento de espécies da mandioca e implantação de viveiro de mudas para melhoramento genético
 Criação de animais de pequeno e médio porte para corte
 Polo de turismo ecológico e de base comunitária
 Manejo e tratamento de resíduos sólidos (coleta, compostagem, processamento, formação de coletores e da sociedade – com autosustentabilidade)
 Construção de estradas de acesso para fluxo de alimentos.
 Regularização fundiária das terras do território.
 Ampliação de linhas de crédito fundiário para aquisição de terras.
 Titulação de novas áreas quilombolas as demarcadas e outras a serem reconhecidas.
 Centros de Ensino Médio Integrado – pontos de desenvolvimento de território – ensino, pesquisa e extensão em nível médio
 EJA Profissionalizante – formação profissionalizante em nível básico

Eixo de Aglutinador 2: Conservação e uso racional dos campos, rios e lagos do território.

Linhas de Ação:

- Manejo adequado dos recursos hídricos, com especial atenção à captação e retenção da água das chuvas e combate ao uso de agrotóxicos
- Fortalecimento das estruturas e da capacidade de gestão e monitoramento dos recursos naturais
- Saneamento e controle ambiental dos entornos dos mananciais e onde estão aglomerados populacionais rurais.

Projetos:

- Energias renováveis em propriedades da agricultura familiar
- Limpeza dos campos, rios e lagos
- Reflorestamento e revitalização das áreas degradadas.
- Recuperação de fontes e mananciais aquíferos
- Implantação de cisternas rurais
- Construção de poços, açudes, barragens e diques para conservação de água e criação de peixes
- Implantação de viveiro para criação de alevinos
- Povoamento de rios, lagos e açude
- Capacitação e Educação ambiental

Eixo de Aglutinador 3: Conservação e uso racional das terras e matas do território.

Linhas de Ação:

- Conversão da agricultura convencional para a agricultura agroecológica e orgânica

- *Manejo adequado dos recursos de solo e da mata com especial atenção ao combate às queimadas e derrubada de árvores das áreas de extrativismo*
- *Revitalização das áreas de preservação permanente e reservas legais*

Projetos:

- *Análise e correção de solos – apoio à agricultura familiar*
- *Processamento de produtos com matéria prima a partir da vegetação do território (áreas extrativistas)*
- *Viveiro para reflorestamento das áreas de preservação com mudas de frutas típicas da Amazônia maranhense*

MATRIZ DE PLANIFICAÇÃO PARA DEFINIÇÃO DOS PROJETOS ESPECÍFICOS

EIXO AGLUTINADOR 1: <i>Produção para geração de renda no TR campos e Lagos.</i>				
LINHAS DE AÇÃO	PONTOS FORTES (Potencialidades)	PONTOS FRACOS (Limitações)	O QUE AINDA PRECISAMOS CONHECER (Diagnóstico)	PROJETOS
<i>Dinamização da produção de alimentos para sustentabilidade e comércio local.</i>	Grande população residente na área rural. Trabalhadores interessados. Jovens formados em cursos de agroecologia em Centros de Ensino Médio. Muitas organizações sociais envolvidas no processo: de mulheres, trabalhadores, jovens.... Área de rios.	Pouca estruturação das Secretarias de Agricultura. Falta de assistência técnica e investimentos na dinamização e estruturação dos circuitos. Crédito. Falta de terra regularizada. Falta reter a água das chuvas em açudes construídos adequadamente. Política continuada (sem interrupção) de dinamização econômica da agricultura familiar. Fluxo e comercialização de alimentos.	Técnicas de cultivo e criação. Produção de mudas.	<i>Mapeamento e resgate das sementes crioulas Quintais produtivos (em redes)</i> <i>Pomares Caseiros (em redes)</i> <i>Construção de estradas de acesso para fluxo de alimentos.</i> <i>Regularização fundiária das terras do território.</i> <i>Ampliação de linhas de crédito fundiário para aquisição de terras.</i> <i>Titulação de novas áreas quilombolas as demarcadas e outras a serem reconhecidas.</i> <i>Centros de Ensino Médio Integrado – pontos de desenvolvimento de território – ensino, pesquisa e extensão em nível médio</i> <i>EJA Profissionalizante – formação profissionalizante em nível básico</i>
<i>Fortalecimento da produção de alimentos para comercialização fora do território.</i>	Grande população residente na área rural. Trabalhadores interessados. Jovens formados em cursos de agroecologia em Centros de Ensino Médio. Muitas organizações sociais envolvidas no processo: de mulheres, trabalhadores, jovens.... Área de rios.	Pouca estruturação das Secretarias de Agricultura. Falta de assistência técnica e investimentos na dinamização e estruturação dos circuitos. Crédito. Falta de terra regularizada. Falta reter a água das chuvas em açudes construídos adequadamente.	Processamento de alimentos de origem vegetal e animal.	<i>Rizicultura e criação de patos em médias e pequenas propriedades</i> <i>Mapeamento de espécies da mandioca e implantação de viveiro de mudas para melhoramento genético</i> <i>Criação de animais de pequeno e médio porte para corte</i>

		Política continuada (sem interrupção) de dinamização econômica da agricultura familiar. Fluxo e comercialização de alimentos.		
<i>Fomento ao Turismo Rural, Ecológico e de base comunitária</i>	Beleza dos campos e lagos. Roteiros de turismo de base comunitária estruturados. Outros roteiros de turismo convencional em discussão.	Infraestrutura de estradas, transportes, hospedagens, alimentação.	Conteúdos relacionados com hospedagem, alimentação. História para Guias turísticos. Resgate da história oral de Guardiães da memória.	<i>Polo de turismo ecológico e de base comunitária</i> <i>Manejo e tratamento de resíduos sólidos (coleta, compostagem, processamento, formação de coletores e da sociedade – com auto-sustentabilidade)</i>
<i>Apoio ao processamento de alimentos de origem vegetal e animal</i>	Grande população residente na área rural. Trabalhadores interessados. Jovens formados em cursos de agroecologia em Centros de Ensino Médio. Muitas organizações sociais envolvidas no processo: de mulheres, trabalhadores, jovens.... Área de rios.	Pouca estruturação das Secretarias de Agricultura. Falta de assistência técnica e investimentos na dinamização e estruturação dos circuitos. Crédito. Política continuada (sem interrupção) de dinamização econômica da agricultura familiar. Fluxo e comercialização de alimentos.	Processamento de alimentos de origem vegetal e animal.	<i>Agroindústrias familiares (beneficiamento e processamento)</i>

EIXO DE AGLUTINADOR 2: Conservação e uso racional dos campos, rios e lagos do território.

LINHAS DE AÇÃO	PONTOS FORTES (Potencialidades)	PONTOS FRACOS (Limitações)	O QUE AINDA PRECISAMOS CONHECER (Diagnóstico)	PROJETOS

<i>Manejo adequado dos recursos hídricos, com especial atenção à captação e retenção da água das chuvas e combate ao uso de agrotóxicos</i>	Jovens mobilizados. Jovens formados em cursos de agroecologia e gestão ambiental em Centros de Ensino Médio. Muitas organizações sociais envolvidas no processo: de mulheres, trabalhadores, jovens.... Área de rios e babaquais.	Pouca estruturação das Secretarias de Agricultura. Desmatamentos. Queimadas para roça do toco. Falta de controle das áreas de babaquais. Rios assoreando. Muito lixo espalhados nos campos e ruas das cidades. Falta reter a água das chuvas em açudes construídos adequadamente. Política continuada (sem interrupção) de dinamização econômica da agricultura familiar. Poluição de campos e rios com agrotóxicos. Destruição dos campos naturais pelos bubalinos.	Gestão do meio ambiente. Produção de alevinos para repovoamento.	<i>Limpeza dos campos, rios e lagos</i> <i>Recuperação de fontes e mananciais aquíferos</i> <i>Implantação de cisternas rurais</i> <i>Construção de poços, açudes, barragens e diques para conservação de água e criação de peixes</i> <i>Viveiro para criação de alevinos</i> <i>Povoamento de rios, lagos e açudes</i>
<i>Fortalecimento das estruturas e da capacidade de gestão e monitoramento dos recursos naturais</i>	Jovens mobilizados. Jovens formados em cursos de agroecologia e gestão ambiental em Centros de Ensino Médio. Muitas organizações sociais envolvidas no processo: de mulheres, trabalhadores, jovens.... Área de rios e babaquais.	Pouca estruturação das Secretarias de Agricultura. Desmatamentos. Queimadas para roça do toco. Falta de controle das áreas de babaquais. Rios assoreando. Muito lixo espalhados nos campos e ruas das cidades. Falta reter a água das chuvas em açudes construídos adequadamente.	Produção de mudas de árvores nativas e frutíferas. Reflorestamento. Energias renováveis.	<i>Capacitação e Educação ambiental</i> <i>Energias renováveis em propriedades da agricultura familiar</i>

		Política continuada (sem interrupção) de dinamização econômica da agricultura familiar. Poluição de campos e rios com agrotóxicos. Destruição dos campos naturais pelos bubalinos.		
<i>Saneamento e controle ambiental dos entornos dos mananciais e onde estão aglomerados populacionais rurais.</i>	Jovens mobilizados. Jovens formados em cursos de agroecologia e gestão ambiental em Centros de Ensino Médio. Muitas organizações sociais envolvidas no processo: de mulheres, trabalhadores, jovens.... Área de rios e babaçuais.	Pouca estruturação das Secretarias de Agricultura. Desmatamentos. Queimadas para roça do toco. Falta de controle das áreas de babaçuais. Rios assoreando. Muito lixo espalhados nos campos e ruas das cidades. Falta reter a água das chuvas em açudes construídos adequadamente. Política continuada (sem interrupção) de dinamização econômica da agricultura familiar. Poluição de campos e rios com agrotóxicos. Destruição dos campos naturais pelos bubalinos.	Produção de mudas de árvores nativas e frutíferas. Reflorestamento.	<i>Reflorestamento e revitalização das áreas degradadas às margens dos rios.</i> <i>Campanha educativa articulando saúde, educação e agricultura</i>

EIXO DE AGLUTINADOR 3: *Conservação e uso racional das terras e matas do território.*

LINHAS DE AÇÃO	PONTOS FORTES (Potencialidades)	PONTOS FRACOS (Limitações)	O QUE AINDA PRECISAMOS CONHECER (Diagnóstico)	PROJETOS
<i>Conversão da agricultura convencional para a agricultura agroecológica e orgânica</i>	Terra Rios Agricultores	Terras sem titulação e concentradas em poucas mãos. Aumento do agronegócio do arroz com uso de defensivos químicos. Queimadas para roçados.	Agroecologia (ampliar conhecimentos) Defensivos naturais.	Análise e correção de solos – apoio à agricultura familiar
<i>Manejo adequado dos recursos de solo e da mata com especial atenção ao combate às queimadas e derrubada de árvores das áreas de extrativismo</i>	Terra Rios Agricultores	Terras sem titulação e concentradas em poucas mãos. Aumento do agronegócio do arroz com uso de defensivos químicos.	Agroecologia (ampliar conhecimentos) Defensivos naturais.	Processamento de produtos com matéria prima a partir do território (áreas extrativistas)
<i>Revitalização das áreas de preservação permanente e reservas legais</i>	Terra Rios Agricultores Quebradeiras de coco organizadas.	Terras sem titulação e concentradas em poucas mãos. Aumento do agronegócio do arroz com uso de defensivos químicos.	Gestão e preservação de babaquais. Gestão e preservação de campos naturais.	Viveiro para reflorestamento das áreas de preservação com mudas de palmeiras e árvores frutíferas típicas do território.

5. Próximos passos ...

Com recursos do novo PAT vamos aprofundar o PTDRS e investir na construção de metodologias e dos projetos propostos para cada eixo.